

Samara Dantas Palmeira Guimarães

**O PAPEL DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA  
O DESENVOLVIMENTO (PNUD) NA CONSTRUÇÃO DO  
GOVERNO DA REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL: A Atuação do  
PNUD do Período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Annoni

Florianópolis  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guimarães, Samara Dantas Palmeira

O Papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na Construção do Governo da República do Sudão do Sul: A Atuação do PNUD do Período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012) / Samara Dantas Palmeira Guimarães; orientador, Danielle Annoni - Florianópolis, SC, 2013.

125 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. PNUD. 3. Sudão do Sul. 4. ONU. 5. Governança. I. Annoni, Danielle. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Samara Dantas Palmeira Guimarães

**O PAPEL DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA  
O DESENVOLVIMENTO (PNUD) NA CONSTRUÇÃO DO  
GOVERNO DA REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL: A Atuação do  
PNUD do Período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 18 de março de 2013.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Salomón González  
Coordenadora do curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Annoni  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Anne Pamplona  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karine de Souza Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Lyra Viggiano Barroso  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Ricardo Soares Stersi dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina



Este trabalho é dedicado aos meus pais  
Marise Dantas e José Palmeira  
Guimarães, que sempre incentivaram a  
minha educação.



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é o desfecho de todo um longo processo de construção acadêmica, que teve início com os estudos sobre migrações no Sudão ainda na graduação em Relações Internacionais.

Neste sentido, agradeço a professora Dr.<sup>a</sup> Sílvia Garcia Nogueira, que mostrou-me uma gama de novas possibilidades no campo a partir do rico ensinamento de teorias pós-positivistas, antropologia e sociologia.

A todos os professores que estimularam meu aprendizado e contribuíram para que eu desejasse fazer mestrado. Em especial ao professor Ms. Henry Iure de Paiva, que compartilhou suas experiências na pós-graduação, aconselhou-me e incentivou-me.

Agradeço à Ilha da Magia, que encantou-me desde a primeira vez que coloquei meus pés em seu solo e senti a brisa suave do mar na apaixonante Barra da Lagoa. Agradeço a energia recebida de suas belezas naturais, que me ajudou a seguir.

Aos amigos de verdade que fiz nesta etapa, em especial Bruno Moser, Rafael Rocha, Rafael de Miranda, Andreia da Silva, Kamilla Brandl, Nicolas Lindner, Luiz Felipe Rebello, Flora Lucena, Paulo Valente, Ricardo Bez, Alexandre Fontes e Amanda Hass.

Aos amigos catarinenses Thiago Berti Thomaz e Ana Luiza Barcelos, pela acolhida durante a seleção e pela força durante o processo.

A Diego Sousa pela amizade e por todas as experiências compartilhadas nestes últimos dois anos que vivemos em uma nova cidade.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em RI da UFSC, que incentivaram meus estudos e ensinaram-me novas perspectivas. Em especial à Dr.<sup>a</sup> Karine de Souza, pelas orientações no estágio docência e por ser um exemplo de professora e ser humano.

À minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Danielle Annoni, por todos os conselhos, elogios, críticas construtivas, ideias e reflexões, que me incentivaram todos os dias a seguir com minha pesquisa e a torná-la real.

Aos professores Dr.<sup>a</sup> Juliana Viggiano, Dr. Ricardo Stersi, Dr.<sup>a</sup> Danielle Pamplona e Dr.<sup>a</sup> Karine de Souza Silva, por terem aceito fazer parte da banca de defesa da dissertação.

À CAPES, pelo investimento e por ter tornado a minha estadia em Florianópolis viável economicamente.

Aos Dantas e em especial à minha mãe Marise, meu irmão Pedro e minha tia Maria D'água por todo apoio e amor.

Aos irmãos Marcelo, Marconi e Mônica Guimarães, por estimularem minha formação e incentivarem-me desde criança.

A meu pai José Palmeira Guimarães e à minha avó Maria Adélia Dantas, que mesmo não estando presentes fisicamente inspiram-me de maneira grandiosa a ser impermanente.

A Bené Fonteles, por todos os ensinamentos e por contribuir para que eu acredite mais na possibilidade de um mundo mais humano.

A Paulo José de Sousa, Maria D'alva Paiva, Dione Paiva, Jair Silveira e Elizabete Paiva, por incentivarem-me durante todo o processo.

Ao meu amado companheiro Vítor Baptista, por sempre estimular meu aperfeiçoamento e por ter apoiado-me ao longo do mestrado, tornando desafios possibilidades palpáveis, motivando-me e incentivado-me sempre a melhorar.

A todos os meus amigos, imprescindíveis em minha vida e que sempre estiveram ao meu lado, tornando a conclusão dessa etapa possível. Em especial a Lidiane Vasconcelos, Anna Karoline Carneiro, Suéllen Araújo, Denise Oliveira, Élison Silva, Pedro Felipe, José Rafael, Rafael Lacet e Lucas Carvalho.

Aos sul-sudaneses, por inspirarem em mim o desejo de compreender a construção da paz e de contribuir de alguma forma para que ela seja alcançada.



“Não há um caminho para a paz. A paz é o caminho.”

(GANDHI)



## RESUMO

A presente dissertação analisará a atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na construção do Governo da República do Sudão do Sul de 2009 a 2012, a partir do estágio final do Amplo Acordo de Paz, que culminou com a independência do país em 9 de julho 2011, com foco no papel da agência no processo eleitoral do país no período pré-referendo e na manutenção dos projetos pós-referendo até 2012. A República do Sudão do Sul declarou-se independente, mas o novo membro da Organização das Nações Unidas nasce como um Estado com características de “Estado falido”. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, serão estudados os projetos na área de governança democrática realizados pela agência. Para a elaboração do trabalho serão utilizados conceitos trazidos por teóricos que pesquisam sobre governança global e “Estados falidos”.

**Palavras-chave:** PNUD. Sudão do Sul. ONU.



## **ABSTRACT**

This dissertation will examine the role of the United Nations Program for Development (UNDP) in the construction of the Government of the Republic of South Sudan from 2009 to 2012, from the final stage of the Comprehensive Peace Agreement, which ended with the country's independence on July 9, 2011, focusing on the agency's role in the electoral process of the country in the pre-referendum and maintenance of projects post-referendum until 2012. The Republic of South Sudan declared its independence, but the newest member of the United Nations was born as State with characteristics of a “failed State”. To achieve the overall goal of the research, projects will be studied in the area of democratic governance conducted by the agency. For the preparation of the work it will be used concepts brought by authors who research “failed States” and global governance.

**Keywords:** UNDP. South Sudan. UN.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
CPA – Comprehensive Peace Agreement  
CSAC – Community Security and Small Arms Control  
GoNU – Government of National Unity  
GoSS – Government of South Sudan  
HIV – Human Immunodeficiency Virus  
MTCDS – Medium Term Capacity Development Strategy  
NEC – National Elections Commission  
ONGs – Organizações Não-Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPAC – Political Parties Affairs Council  
SPLA/M – Sudan People's Liberation Army/Movement  
SPLA – Sudan People's Liberation Army  
SPLM – Sudan People's Liberation Movement  
SSCCSE – Southern Sudan Centre For Census, Statistics and Evaluation  
SSEHC – Southern Sudan Elections High Committee  
SSRC – South Sudan Referendum Commission  
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural  
UNIFEM  
UNIFSA – United Nations Interim Force For Abyei  
UNIRED – United Nations Integrated Referendum and Electoral  
Division  
UNMIS – United Nations Mission in Sudan  
UNMISS – United Nations Mission in South Sudan  
UNPOL – United Nations Police  
UNV – United Nations Volunteers





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2 A CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-POLÍTICA</b> .....	27
2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICO-POLÍTICA DOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO DO SUDÃO E O CONTEXTO DE INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL .....	27
2.2 O AMPLO ACORDO DE PAZ E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL .....	39
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA NA ÁFRICA E ESTADOS FALIDOS .....	43
<b>3 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL</b> .....	71
3.1 ELEMENTOS DE ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PNUD NO SUDÃO DO SUL .....	75
3.2 CONSTRUÇÃO DO GOVERNO NO SUDÃO DO SUL PRÉ-ELEIÇÃO .....	81
3.3 A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DO PNUD NA CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL .....	89
3.3.1 Principais Projetos Realizados na Área de Governança Democrática .....	89
3.3.2 Situação da Governança no Sudão do Sul um ano após a Independência .....	92
3.3.3 Críticas à Atuação do PNUD na Governança Democrática do Sudão do Sul .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	105
<b>ANEXOS</b> Figura 1 – Mapa do Sudão pré-secessão .....	111
Figura 2 – Mapa dos Estados e Municípios do Sudão do Sul .....	112
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DIGITAIS</b> .....	118



## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação discorrerá sobre a atuação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na construção do Governo do Sudão do Sul de 2009 a 2012, a partir do estágio final do Amplo Acordo de Paz (CPA<sup>1</sup>), que culminou com a independência do país em julho de 2011 até um ano após a secessão, julho de 2012.

*O trabalho propõe-se a responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual o papel do PNUD na construção do Governo do Sudão do Sul?*

A República do Sudão do Sul declarou sua independência em julho de 2011 a partir de referendo realizado sobre a separação com o Norte, após décadas de conflito civil entre ambas as partes, marcando o desmembramento da porção sul do território sudanês. O mais recente país africano nasce em pobreza absoluta como Estado fraco, devastado por décadas de guerras e abalado por conflitos étnicos.

A falta de hospitais, clínicas, estradas, saneamento básico, assistência social e serviços básicos, de maneira geral, demanda a atuação conjunta de organizações internacionais que promovam a reconstrução estatal sul-sudanesa, em áreas essenciais para o desenvolvimento do país, como assistência humanitária, construção civil, repatriação de refugiados e reconstrução do Estado de direito, por exemplo, pois o Estado parece necessitar de apoio financeiro, estrutural, material e logístico para reestruturar-se.

---

1 O Amplo Acordo de Paz (*Comprehensive Peace Agreement* – CPA), também conhecido como Naivasha Agreement, foi assinado em 2005 entre o Movimento de Liberação do Povo do Sudão (SPLM) e Governo do Sudão, com o intuito de encerrar a Segunda Guerra Civil Sudanesa, desenvolver a governança democrática na região, e estabelecer um cronograma pelo qual o Sudão do Sul teria um referendo sobre sua independência. A ONU apoiou o acordo sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Disponível em: <<http://unmis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=515>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

2 Aproximadamente 99% da população do sul votou a favor da secessão e independência em relação ao norte. Fonte: <<http://www.africaportal.org/events/focus-sudan-what-does-independence-mean-north-and-south>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

Existem diversas organizações internacionais atuando no país, mas o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca-se pela atuação multidimensional, atuando em ações diversas junto às instituições do Governo em todos os níveis, de acordo com as diretrizes expressas.<sup>3</sup> Entretanto, diversas organizações internacionais<sup>4</sup> atuam também em áreas comuns à atuação do PNUD, algumas desenvolvendo políticas isoladas, outras conjuntas.

O Sudão, maior país do continente africano, após uma longa e recorrente história de conflitos étnicos e entre facções contrárias ao governo, vivenciou um processo de secessão que culminou com a declaração de independência da República do Sudão do Sul em julho de 2011, resultado final da implementação do Acordo de Paz (CPA) implementado pela ONU em 2005 como tentativa de reconciliação entre Norte e Sul.

O conflito entre o Governo do Sudão e o Exército Popular do Sudão teve suas raízes fincadas na disputa por recursos, poder e religião, conflito este que devastou grande parte do país, causou o deslocamento de refugiados, minou recursos naturais já escassos, contribuindo assim para a falta de desenvolvimento da região.

A introdução da *Shari'a*, corpo da lei religiosa islâmica que reforça a simbiose entre religião e direito no Governo do Sudão não foi bem absorvida pela região sul do Sudão, pois nesta região concentram-se grupos cristãos e de tradições tribais.

Apesar de possuir grandes reservas de petróleo, o mais novo membro da Organização das Nações Unidas (ONU) nasce como um dos países mais pobres do mundo. A recente separação já suscita debates relacionados ao futuro da área petrolífera no Sudão do Sul, pois a disputa nas fronteiras dos estados ricos em petróleo que faziam parte da região Norte ainda não está encerrada.

O Sudão do Sul já nasce desmembrando-se de um Estado considerado falido, ou seja, nasce com muitos desafios<sup>5</sup>, abrindo um vasto campo de estudos acerca da possibilidade de superação dos

---

3 Os principais documentos de pesquisa e publicações serão obtidos através do sítio oficial do PNUD no Sudão do Sul.

4 As principais organizações que atuam no Sudão do Sul serão apresentadas no trabalho.

5 Mais informações em: *Operation Briefing On South Sudan*, documento publicado pelo ACNUR/UNHCR. Disponível em: <<http://www.eacnur.org/>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

conflitos relacionados à disputa por recursos energéticos e às diferenças interétnicas.

A independência do país provoca o estudo sobre o caminho para a consolidação do aparelho estatal sul-sudanês, além de um mapeamento sobre as perspectivas internacionais sobre o reconhecimento do novo país. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem realizando ações no Sudão do Sul a partir de iniciativas que contribuem principalmente para a organização institucional, auxiliando na estruturação de áreas como governança e promoção dos direitos básicos dos cidadãos.

Entretanto, o foco será dado na atuação do PNUD na promoção da governança democrática no Sudão do Sul, a partir do apoio dado pela agência no período pré-eleitoral e no período pós-eleitoral.

O PNUD enfrenta diversos desafios no país, relacionados principalmente à pobreza, à fraca infraestrutura, ao acesso limitado a serviços básicos, à baixa escolaridade da população, às violações dos direitos das mulheres, aos conflitos interétnicos, às disputas por recursos energéticos, às disputas pela posse de gado e ao armamento de civis.

Para combater estes problemas, o PNUD tem apoiado ações em áreas como finanças, gestão, planejamento urbano, engenharia civil e Estado de Direito. Além disso, tem auxiliado o país na consolidação dos direitos das mulheres, que viveram historicamente sob a lei islâmica que restringia seus direitos.

O tema poderá ser aprofundado na área de conhecimento das Relações Internacionais, pois o Sudão do Sul está atualmente passando por uma mudança política muito importante, que no nível externo abre um leque de possibilidades de pesquisas relacionadas às questões de segurança internacional, como a repatriação de refugiados, desenvolvimento sustentável e principalmente ligadas à cooperação internacional de agências internacionais e/ou supra-nacionais e ao processo de construção de autonomia do Estado.

Neste sentido, a cooperação internacional consubstanciada na forma de instituições internacionais (neste caso, a ONU) surge em grande parte para facilitar a cooperação auto-interessada, reduzindo a incerteza e estabilizando expectativas dos Estados, expectativas estas que vão depender em parte da natureza e força destas instituições. Entretanto, a atuação das agências da ONU sucinta o debate sobre os interesses ocidentais por trás das ações da ONU e fundamentalmente dos países mais poderosos que a formam.

Robert Keohane (2008), considerado o maior expoente do institucionalismo nas Relações Internacionais, aborda a noção de que as

instituições internacionais facilitam a cooperação através da provisão de informações e redução dos custos das transações, destacando interesses mútuos para a cooperação, representada por alianças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais, por exemplo. A cooperação internacional que se destaca na pesquisa é a de fins humanitários.

Além disso, a África foi negligenciada por muito tempo pelos teóricos de Relações Internacionais do *mainstream*, que posicionam a “periferia” apenas como “consumidora de teoria” sendo que o continente africano tem muitas contribuições para o desenvolvimento teórico das RI.

A nível nacional, a pesquisa faz-se interessante pois o Brasil já faz parte de um fórum de diálogo com país africano, a África do Sul, sendo possível que futuramente o país expanda mais ainda sua relação com países africanos, pois o Brasil enfrentou alguns problemas semelhantes aos problemas enfrentados no Sudão atualmente e poderá exportar seu *know-how* na produção de coquetéis anti-HIV, por exemplo, ou na elaboração de projetos voltados à melhoria das condições sociais, como o Fome Zero.

O trabalho irá compreender também as principais dificuldades encontradas no estabelecimento da governança no Sudão do Sul e possíveis lacunas de atuação do PNUD no processo eleitoral do país. Para isso, serão abordados critérios que tornam possível a identificação de **Estados falidos** e **Estados fracos**, além de conceitos relacionados à **governança**.

Tal estudo pode fortalecer os campo da Segurança Internacional, em crescimento nas Relações Internacionais, pois a África revela um vasto campo de estudos na área, envolvendo Estados de pós-colonização recente, com regimes ditatoriais, fundamentalismos, instituições fragilizadas, disputas por recursos minerais especialmente petróleo e diamante, além de conflitos interétnicos e fronteiriços, entre outras questões-chave.

O estudo possibilitará a projeção de serviços básicos por parte de países colaboradores. Para isso, é necessário um estudo profundo sobre a região, pois são povos de diferentes etnias que dividem o mesmo espaço, em que um pacote “ocidental” de melhorias não seria conveniente. Desta maneira, é necessário um estudo sobre as particularidades culturais e diferenças nos processos de cooperação internacional.

A fim de atingir o objetivo geral proposto, a dissertação será dividida em dois capítulos, seguindo o modelo francês.

O primeiro capítulo será dividido em três partes, conectadas entre si ao tema “Construção do Governo do Sudão do Sul”. A primeira parte apresentará parte da história do Sudão com foco nos processos de governança do Sudão, na perda de legitimidade do governo e nos conflitos que levaram o país a ser considerado um Estado falido, auxiliando na compreensão sobre o legado colonial conflituoso que o Sudão do Sul nasce enfrentando.

O segundo subtópico versará sobre o Amplo Acordo de Paz (CPA) e o contexto de independência do Sudão do Sul no período pré-secessão, fundamentando o estudo da governança do PNUD, parceiro na implementação do CPA no Sudão do Sul.

A terceira parte concentrará o aporte teórico da pesquisa, a partir da contextualização da governança e seus conceitos, conexões das doutrinas da ONU para governança e a introdução dos critérios que indicam a classificação de Estados falidos e fracos e os indicadores do Sudão do Sul nesta área, além de identificar elementos dentro da ideia de governança que relacionam-se aos critérios de Estados falidos.

O segundo capítulo versará sobre a atuação do PNUD na construção do governo do país, com foco no período pré-eleição, nos projetos realizados ou não pela agência na área de governança democrática, respondendo se estes projetos funcionaram ou não no processo de consolidação da governança. Neste sentido, será apresentada no primeiro subtópico uma seção para análise crítica dos documentos divulgados pelo PNUD e documentos alternativos publicados por outras organizações e autores na área de governança democrática no Sudão do Sul.

No segundo subtópico serão elencados os principais projetos realizados no período pré-referendo, e no terceiro subtópico serão apresentados os principais projetos realizados no período pós-eleitoral, com foco na contextualização da ideia de construção de governança realizada pelo PNUD. Serão identificados também os avanços e retrocessos do país um ano pós-eleição. O PNUD atua pós-eleição? Quais projetos mantiveram-se? Quais resultados obtidos até então?

Partindo da hipótese de que as contribuições do PNUD no Sudão do Sul beneficiaram a construção do Governo, apesar de algumas falhas, *o objetivo geral da pesquisa é analisar a atuação do PNUD neste processo de construção, a partir da verificação de resultados, entraves e contribuições da agência, para análise final da eficácia destas políticas na estabilização e organização do aparelho estatal do país.*

Na elaboração da dissertação será utilizada pesquisa bibliográfica a partir do estudo de artigos científicos e de livros que versem principalmente sobre governança e Estados falidos e sobre o contexto de independência do Sudão do Sul, que nasce com características de Estado falido.

Para a construção da pesquisa em relação às políticas empregadas pelo PNUD no Sudão do Sul, será realizado levantamento sistemático de bibliografia a partir da reunião de fontes obtidas através de meios digitais como relatórios publicados no sítio oficial do Banco Mundial, PNUD no Sudão do Sul, entre outros.

Parte principal da bibliografia acerca das próprias agências da ONU que atuam no Sudão do Sul, são encontradas em meios digitais. Assim, serão analisadas as publicações oficiais de agências onusianas além de informativos, folhetos, livros, periódicos, relatórios e artigos relacionados ao tema.

As publicações do *The Human Rights Watch*<sup>6</sup> serão de fundamental importância para a elaboração do trabalho, pois versam sobre as políticas calcadas na preservação dos Direitos Humanos adotadas em várias instâncias e sobre a atuação de agências onusianas em locais conflituosos. Tais relatórios atraem a atenção da comunidade internacional para violações de direitos humanos, criando pressão sobre os governos, além de sistematizarem a atuação de agências onusianas.

Serão reunidas fontes da imprensa do Sudão do Sul na tentativa de possibilitar a representação da opinião do próprio povo sobre o país em questão. Além disso, serão utilizados também sítios de jornais do Sudão do Sul que disponibilizem entrevistas com a população local e que apresentem a situação política atual do país, como por exemplo: *Jornal South Sudan News Agency, The Juba Post, Sudan Tribune*, portal oficial do Governo do Sudão do Sul, *South Sudan Info*, etc.

Relações Internacionais (RI) é uma disciplina interdisciplinar e teoricamente plural, caracterizada por ser um subcampo das Ciências Políticas, por ser formada por grandes debates teóricos, por tentar conectar questões normativas com problemas práticos, etc.

Apesar da predominância dos estudos de caso único ou comparação no campo da política ambiental internacional e em outros subcampos das RI, nota-se um aumento de análises estatísticas e formais a partir da compreensão de ambos os textos. Além destes fatores, a pesquisa multi-método auxilia fortemente na extração de informações a

---

6 Organização Não Governamental estadunidense dedicada à proteção dos direitos humanos que pesquisa e advoga no campo.



partir de dados em um campo de conhecimento onde a quantidade de dados só aumenta pelas constantes mudanças no cenário político internacional, além do fato de ser um campo multidisciplinar que envolve a interação da História, Filosofia, Ciências Políticas, Economia, Sociologia e Antropologia, por exemplo.

O uso eclético e pluralista de metodologias enriquece a qualidade da pesquisa empírica em Relações Internacionais. Logo, métodos qualitativos e quantitativos serão utilizados na pesquisa, pois para os estudos de Segurança Internacional oferecem uma rica variedade de ferramentas para um melhor entendimento da nossa complexa realidade.

Os métodos utilizados para a compreensão do processo de construção do aparelho estatal do Sudão do Sul serão o método dedutivo e análise de dados primários e secundários.

O processo de rastreamento como sub-metodologia é fundamental, pois permite uma compreensão detalhada acerca de um processo estudado. No caso estudado, é necessário realizar uma análise histórica para compreender a situação de conflito que ocasionou a separação do Sudão.



## **2 A CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-POLÍTICA**

Neste capítulo inicial parte da história da África será retratada, assim como a história do Sudão e as razões que o tornaram um Estado falido e o contexto da independência do Sudão do Sul.

### **2.1 PERSPECTIVA HISTÓRICO-POLÍTICA DOS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO DO SUDÃO E O CONTEXTO DE INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL**

A fisiografia da África dificultou a colonização por parte dos europeus, transformando-a num continente “autofechado” (CASTRO, 1981, p. 32). Os rios africanos, de modo geral, não desempenharam a função de vias de comunicação e de portas de acesso ao continente, impedindo qualquer movimentação de penetração para o interior. Tais características levaram o europeu a colonizar a América em primeiro lugar, tornando a África simples ponto lucrativo de ouro, marfim, pimenta e escravos. (CASTRO, 1981, p. 32)

Em 1870 a África apresentava um cenário de agudas rivalidades entre as nações europeias que disputavam os mercados africanos e a ocupação do continente, como França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra<sup>7</sup> e Portugal. Com um traçado de fronteiras intrincado, o mapa político da África refletiu o resultado de um jogo diplomático disputado entre várias potências coloniais.

A colonização africana não teve cunho cultural nitidamente católico como na América, pois ao norte existiam comunidades islâmicas e reformistas, por exemplo. A evolução política da África configurou-se em um continente formado por protetorados europeus, dependências e mandatos da Liga das Nações.

A revolução política africana iniciou-se durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Abissínia (atual Etiópia) recuperou sua independência em 1941.

Na década de 60 começaram a ser concedidas independências, a partir da criação de países com heterogeneidade étnica cujos governos passaram a ser liderados por líderes inexperientes, convulsionados por políticos que refletiam ideais do Ocidente ou Oriente. (CASTRO, 1981)

---

7

A Inglaterra teve hegemonia no vale do Nilo. (CASTRO, 1981, p. 60)

A colonizações apresentava práticas unilaterais repletas de excessos semelhantes aos regimes totalitários, como massacres, confisco de bens, racismo, repressão, imposição de religiões e medidas civilizatórias, além do trabalho forçado. (FERRO, 2004)

Os africanos começaram a reconhecerem-se como povo dominado em seu próprio continente, em que a cor influenciava completamente no tratamento que recebiam de seus governantes brancos. Na África, a emergência do nacionalismo está diretamente ligada à emergência da consciência de classe entre os africanos. (MAZRUI, 1977)

Além do liberalismo, o socialismo também teve papel significante na história da África. O marxismo trouxe elementos anti-imperialistas e ofereceu uma base de explicação e plataforma de rebelião contra os próprios regimes no continente e contra a estrutura internacional de privilégio e poder. (MAZRUI, 1977)

“Os primórdios do imperialismo repousam no universo dos valores; e valores são o que a cultura é afinal.” (MAZRUI, 1977, p. 89) A cultura é uma categoria em que são absorvidos elementos políticos, econômicos e científicos. Na colonização africana, os valores religiosos e a moral tem papel central, em um processo em que missionários cristãos na África tornaram-se educadores, fundando escolas missionárias. (MAZRUI, 1977)

O colonialismo europeu era baseado em uma estrutura de dominação e condenação, em que a estrutura de dominação incluía o mecanismo do controle colonial, variando do Escritório Colonial em Londres ao governante na cidade principal da colônia, em uma estrutura de controle direto. Sobre a estrutura de condenação, as sanções usadas eram religiosas, como parte de um processo de obtenção de obediência e submissão. (MAZRUI, 1977)

A Conferência de Berlim, em 1884, foi um encontro de quinze nações realizado por Otto von Bismarck em parte para reduzir o perigo de guerra entre os poderes europeus sobre a partilha da África. A causa de tensão imediata era a desconfiança portuguesa e britânica sobre as ambições da Bélgica e França no Congo, assim como o receio do expansionismo alemão na África Oriental e Camarões. (MAZRUI, 1977)

A Conferência teve como tônica o princípio de que não haveria reconhecimento da posse por parte de um Estado colonizador se não

---

8 O termo colonização aplica-se à ocupação de terra estrangeira acompanhada de instalação de colonos. (FERRO, 2004)

houvesse efetiva ocupação do território, prevalecendo o antigo sistema do Pacto Colonial, substituindo o direito histórico. (CASTRO, 1981, p. 60)

A partilha gerou movimentos de resistência por ter sido realizada sem o devido cuidado em relação às características culturais de cada povo. Atualmente, é possível observar os reflexos da partilha através dos conflitos interétnicos que ocorrem no continente, fomentados também por razões ainda mais complexas. Muito do debate sobre a crise do Estado Africano foca-se no papel dos Estados coloniais e pós-coloniais em desencadear o conflito entre diversos grupos étnicos na África. (IDRIS, 2005)

A tendência dos autores de focarem no período colonial ou pós-colonial, sem enfatizar o pré-colonial, levou muitos a sugerirem a democracia liberal como uma solução para as guerras civis e conflitos étnicos na África. Entretanto, a adoção da democracia como mecanismo político em países como Nigéria, Ruanda, Sudão e Etiópia não freou a violência. (IDRIS, 2005)

Além disso, a transição democrática não foi muito além da adoção de políticas multipartidárias na África, e uma das razões desse fracasso é que poucas elites governantes africanas estavam preparadas para enfrentar o passado colonial e a crise da cidadania na África pós-colonial. (IDRIS, 2005)

O debate contemporâneo centrado na transformação dos sistemas políticos, competição eleitoral e mudança de regime como pré-condições para a democracia no estilo ocidental é baseado no conhecimento inadequado das histórias, identidades e dinâmicas de formação do estado na região. (IDRIS, 2005)

O legado do passado tem um forte impacto na compreensão da persistente violência atual que assola os Estados no continente e no Sudão. A escravidão e colonialismo na crise da cidadania pós-colonial nos Estados africanos é central para a compreensão da situação atual do Sudão do Sul, pois os conflitos recorrentes no país contribuíram para que o Estado nascesse com características de Estado “falido”, que atualmente tem o seu Governo construído com a participação de instituições internacionais. Neste caso, as ações do PNUD na área de governança serão estudadas ao longo do trabalho.

No Sudão, o legado escravista é significativo para a compreensão da formação do Estado e da violência, mostrando a dificuldade em promover a cidadania democrática e a estabilidade política no estado pós-colonial. (IDRIS, 2005)

No Sudão, o legado histórico<sup>9</sup> de conflitos envolve diferentes grupos rebeldes, que representam correntes aparentemente irreconciliáveis dentro da sociedade sudanesa, como os muçulmanos e não-muçulmanos, laicos e religiosos, os que querem um Sudão unido e os que o querem dividido. (ZWIER, 1999)

Além da história antiga do Sudão que remonta ao Reino da Núbia, há três tentativas significantes de formação do Estado no país: o período Turco de 1821 a 1885, o período Mahadista<sup>10</sup> de 1885 1898 e o condomínio Anglo-Egípcio, de 1898 a 1956, que definiu o território atual do Sudão, a partir da assinatura de tratados com Etiópia, Bélgica e Inglaterra. (ELNUR, 2009)

Aproximadamente 66% da população do país é muçulmana. Os muçulmanos tem dominado politicamente a região, vivendo principalmente na região norte. Cerca de 25% da população segue religiões locais, e 5% são cristãos. Os muçulmanos formam uma vasta gama de grupos étnicos sudaneses, como os Árabes, Núbios, os *Fur* de Jebel Marra e os *Beja* de Red Sea Hills. (ZWIER, 1999)<sup>11</sup>

9 Aproximadamente em 1.500 A.C Núbia tornou-se uma extensão do Império Egípcio, conhecida como Kush. Em 350 d.C. o reino de Aksum na Etiópia conquistou Meroe, ao norte de Cartum. Aksum era cristão, e sua conquista espalhou o cristianismo pelo norte e partes orientais de Núbia. Poucos anos após a morte do profeta Maomé em 630 d.C. conquistas militares trouxeram o Islã rapidamente ao Egito, e conseqüentemente a Núbia, pois os egípcios influenciavam fortemente a cultura no norte da região. Os muçulmanos que governaram o Egito realizaram tratados em que o povo de Núbia trocavam escravos por bens egípcios, e desta forma os comerciantes, líderes religiosos e exércitos muçulmanos entraram em Núbia e estabeleceram uma base de poder na região. Aproximadamente em 1500 o Islã substituiu o cristianismo em todos os reinos do norte e cidades-estados do Sudão. Aos poucos, poderosos sultanatos foram surgindo no Sudão, consolidando os grupos políticos islâmicos no país. (ZWIER, 1999)

10 Durante este período houve incorporação de tribos nômades ao Norte do Sudão e conflito entre os sudaneses 'ribeirinhos' e os nômades do Sudão Ocidental. (ELNUR, 2009)

11 No período pós-Mahdista missionários cristãos foram enviados ao sul do Sudão. Os missionários criaram e operaram serviços sociais na região, a partir da criação de clínicas médicas e escolas. A história do norte do Sudão é bem documentada, mas pouco é sabido sobre o sul. O norte tinha ligações com civilizações que mantinham registros escritos como os egípcios, persas, gregos e romanos. No norte, a antiga civilização do Vale do Nilo floresceu não apenas no Egito, mas no Sudão depois de 2.000 A.C., quando as trocas entre as duas regiões desenvolveram-se. No século 7, conquistadores muçulmanos

O contato entre árabes e negros sempre foi problemático na história do país. O confronto entre ambos consolidou-se em um impasse que durou mais de mil anos, até que o governante otomano no Cairo invadiu a região. Enquanto as tropas turcas governaram o Sudão os britânicos expandiram suas forças no Egito. Os otomanos retiraram-se do território em 1880<sup>12</sup>, e em 1899 os britânicos assumiram o controle do Sudão, após breve período de independência, governando Norte e Sul como regiões distintas.

O General Herbert Horatio Kitchener liderou as tropas egípcias e britânicas contra os Mahdistas, que foram derrotados em 1898. Em 1899 foi estabelecido o regime chamado Condomínio Anglo-Egípcio, um sistema de controle conjunto sobre o Sudão. Entretanto, em termos práticos os britânicos governaram o Sudão, tomando decisões e comandando as tropas.

O Sudão, 10 vezes maior que a Inglaterra, dificultava o controle de todo o território por parte dos colonizadores ingleses, que instalaram-se em Cartum, atual capital do país, e conferiram poderes limitados aos chefes tribais nas províncias.

Simultaneamente, os ingleses estimularam a adoção ao islamismo ao norte assim como o uso da língua árabe, e adoção do cristianismo e da língua inglesa ao sul. Os ingleses concentraram seus esforços e recursos no norte do país, conectando as cidades do norte com faixas ferroviárias e telégrafos, mas tal desenvolvimento não foi estendido às regiões do sul.<sup>13</sup>

Além da natureza religiosa e étnica, a causa das tensões no Sudão é geográfica. Religiões, línguas, indumentárias e músicas podem ser definidas pelo lugar em que as populações vivem em relação ao Nilo,

---

descobriram que muitos dos moradores de Núbia, como era conhecido o Vale do Nilo do norte do Sudão na antiguidade, eram cristãos. A Núbia caiu sob o controle do Egito aproximadamente em 1.500 A.C. (ZWIER, 1999)

12 Em 1882 navios britânicos bombardearam Alexandria. O governante Otomano no Egito tornou-se uma mera pessoa representativa, e em nome do Egito os britânicos conceberam um plano para lidar com o Mahdi do Sudão. (ZWIER, 1999)

13 Em relação ao legado colonial britânico, pode-se citar a expansão da via férrea para exportação de algodão, a instalação de sistemas de irrigação, construção de fábricas para produção de bens de consumo essenciais como sabão, artigos de vidro, fósforos, etc. Os britânicos enfrentaram diversos desafios administrativos na região sul, como a falta de um grupo central de líderes no sul ou um exército e a existência de diversos grupos étnicos, ressentidos com estrangeiros. (ZWIER, 1999)

que flui do sul ao norte através do Sudão e molda os padrões de agricultura do país.

Com território extenso e grande diversidade étnica e linguística, o Sudão compartilha também grupos étnicos com os nove países que fazem fronteira com suas terras. A longa história de guerras civis acompanha o processo de construção do Sudão, auxiliando na compreensão sobre a transformação do país em um Estado falido. A história do país é formada por etapas de incorporação de grupos e culturas diversas em um processo contínuo de fluxos migratórios. (ELNUR, 2009)

O processo de “Sudanização” iniciado pela população ribeirinha sudanesa significou o processo de incorporação de “Árabes” e “não-Árabes”, em que os islâmicos desempenharam papel predominante na disseminação do Islã e do Arabismo ao longo do Sudão. (ELNUR, 2009)

A administração colonial britânica explica o atual desenvolvimento desigual e assimétrico do Sudão e Sudão do Sul. Todos os projetos de desenvolvimento foram concentrados no triângulo ripícola e sua região adjacente ao ocidente em Kordofan e em Kassala ao leste. Tal desenvolvimento desigual beneficiou e reproduziu o domínio de elites antigas formadas por líderes religiosos e comerciantes, e posteriormente por servidores civis emergentes e grupos profissionais.

Embora informal, a divisão norte-sul fomentou longos períodos de guerra civil. Em 1956, o Sudão tornou-se independente, mas sua autonomia foi logo marcada por um processo recorrente de guerras civis entre o Norte e o Sul.

A primeira guerra civil aconteceu de 1955 a 1972, quatro meses antes da independência. A rivalidade entre a elite árabe-muçulmana no norte e a elite sulista aumentou após a retirada do poder colonial britânico. A elite árabe do Norte emergiu como poder dominante desde então, conduzindo uma política de “arabização” e “islamização” do Sul, que manteve um posicionamento de resistência frente à essas políticas.<sup>14</sup> (LETURCQ, 2010)

O combate entre o governo e os grupos rebeldes do sul foi intensificado pela divisão do sul em três unidades administrativas, realizada pelo governo. A divisão diluiu o poder dos *Dinka*, maior grupo étnico da região, o que fez com que os grupos do sul respondessem à divisão armando-se. (ZWIER, 1999)

---

14 Leturcq é Secretário Científico e Administrativo do Centro Francês de Estudos Etíopes.



Experiências políticas contemporâneas no Sudão sugerem que embora crucial, a democracia política não é necessariamente suficiente – no contexto de histórias contestadas e identidades – para garantir e manter os direitos civis de cidadania ou sustentar um democrático Estado de direito. Direitos civis de cidadania tem sido sempre violados no Sudão durante os chamados períodos democráticos. Sem assegurar os direitos civis de todos os cidadãos, a realização da cidadania democrática não é cumprida. A história e a natureza do estado na África contemporânea é profundamente enraizada na fundação colonial. O domínio colonial institucionalizou os direitos étnicos e raciais, direitos, e privilégios, e assim criou formas desiguais de cidadania.<sup>15</sup> (IDRIS, 2005, p. 10)

Os conflitos políticos e as guerras civis ameaçaram desmontar o Estado pós-colonial no Sudão, que suportou longos períodos de conflitos violentos que resultaram em grande sofrimento humano e no maior número de refugiados e pessoas deslocadas visto na África. (IDRIS, 2005)

O Estado sudanês possui algumas características históricas, como a reivindicação por parte do grupo dominante do direito divino de comandar os súditos baseados na unidade histórica, principalmente pelo poder militar. (IDRIS, 2005)

A complexa identidade social e cultural do Sudão impôs um dilema aos governos que assumiram o poder após a independência. Dominados pelos nortistas baseados em Cartum, esses governos falharam em responder às necessidades de diferentes grupos de pessoas,

---

15 Contemporary political experiences in the Sudan suggest that although crucial, political democracy is not necessarily enough – in the context of contested histories and identities – to secure and maintain the civil rights of citizenship or to sustain a democratic rule of law. Civil rights of citizenship have always been violated in the Sudan during so-called democratic periods. Without securing the civil rights of all citizens, the realization of democratic citizenship is unfulfilled. The history and nature of state in contemporary Africa is deeply embedded in the colonial foundation. Colonial rule institutionalized ethnic and racial entitlements, rights, and privileges, and thus created unequal forms of citizenship. (IDRIS, 2005, p. 10). Traduzido pela autora.

particularmente os habitantes do sul, localizados longe do centro de poder.

As revoltas contra o Estado emergiram primeiro como oposição política ao despotismo centralizado e demanda por mais inclusão nas instituições estatais. Porém, os grupos dominantes minaram a capacidade das pessoas marginalizadas na busca por justiça. (IDRIS, 2005)

A tensão cresceu a partir da década de 60, por influência dos países recém-independentes ao sul do Sudão, estabelecendo conexões com outros movimentos independentistas do Império Britânico do Leste Africano, o que influenciou a elite sulista. Desta maneira, o discurso sul-sudanês assumiu uma retórica anti-imperialista<sup>16</sup>, referindo-se ao Norte como novo poder colonial, que perseguia outra missão civilizatória no Sul, assim como os britânicos. (LETURCQ, 2010)

Os rebeldes sulistas combateram as tropas do governo central durante a década de 60, e 500 mil pessoas morreram antes que os dois lados cessassem as hostilidades, em 1972, a partir da Paz de Addis Ababa, um cessar-fogo temporário que serviu para que os beligerantes recompusessem-se para mais um conflito. (LETURCQ, 2010)

Entretanto, o regime de Nimeiri foi enfraquecendo-se ao longo da década de 70, aumentando a insatisfação popular em relação à improvável unidade do país. Em 1981, o presidente formou várias alianças com a Irmandade Islâmica Muçulmana do norte. Paralelamente, o poder econômico do país decaiu, ocasionando turbulência no Sul e aumentando a tensão social.

Em 1983, após a quebra do Acordo Addis Ababa, ressurgiu o conflito entre o Governo do Sudão e o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA, na sigla em inglês), principal grupo rebelde do sul,

---

16 Os movimentos guerrilheiros *Anyanya* (conhecidos também como Movimento de Libertação do Sudão do Sul) aconteceram nas regiões mais ao sul, e depois espalharam-se pelas regiões centrais do país. Os territórios conquistados tornaram-se o que é considerado como Sudão do Sul. Neste sentido, infere-se que as fronteiras geográficas entre Norte e Sul são um subproduto da guerra civil, fortalecendo a ideia de um “nacionalismo dividido”. Em 1969, a revolução liderada por Nimeiri, futuro presidente do Sudão, foi baseada em uma ideologia Árabe e Africana anti-imperialista, visando também a resolução de conflitos a nível nacional e a recuperação econômica do Sudão. O regime socialista de Nimeiri promoveu a ideia de “reconhecimento das diferenças culturais do Norte e do Sul” baseado na ideia de um “Sudão socialista unido”. (LETURCQ, 2010)

conflito este que tem as raízes fincadas na disputa por recursos, poder e religião.

A segunda guerra civil (1983-2005) foi ocasionada como consequência direta da imposição da Shari'a<sup>17</sup> ao país inteiro. O Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA) e sua ala política, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM) surgiram no cenário político emitindo manifesto em Julho de 1983, sobre a questão da nacionalidade e religião, abordando o racismo, tribalismo e etnicidade e declarando os objetivos do SPLA/M de unificar todos os movimentos de guerrilha do Sul. O líder do SPLA/M, John Garang de Mabior, assumiu o comando de áreas rurais no Sul, expulsando o controle governamental destas áreas. (LETURCQ, 2010)

O conflito recorrente devastou grande parte do Sudão, minando ainda mais os recursos naturais escassos e contribuindo para a falta de desenvolvimento na região. A introdução da Shari'a no território não foi bem absorvida pela região sul do Sudão, pois nesta região se concentram grupos cristãos e de tradições tribais.

Em 1985, um golpe de Estado mudou o regime socialista para um regime fundamentalista islâmico-militar em Cartum, colocando Hassan-al-Turabi e seguidamente Omar Hassan al-Bashir no poder. (LETURCQ, 2010)

O regime de al-Bashir continuou a marginalizar o Sul, além de impor uniformidade cultural e religiosa a uma população heterogênea, reprimindo a diversidade do país, a fonte de sua grande força e riqueza.<sup>18</sup>

Além da opressão ideológica, a agenda do regime era a exploração impiedosa de regiões e povos marginalizados para seu próprio enriquecimento. A preocupação central do governo relacionada ao sistema político nacional foi a implementação da Shari'a. Em muitas sociedades islâmicas, por serem teocracias, os textos religiosos equivalem a leis, baseadas em escrituras sagradas. A Shari'a<sup>19</sup>, conjunto de severas leis islâmicas, reforça essa simbiose entre religião e direito, regulando aspectos públicos da sociedade islâmica como economia e política tanto quanto aspectos privados, além de regular a conduta dos indivíduos no aspecto moral e pessoal.

---

17 Corpo da Lei Islâmica.

18 Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/5050/fatin-abbas/sudan-secession-resolving-divisions>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

19 Mais definições da Shari'a disponíveis em: <<http://www.answers.com/topic/sharia>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

Em 1990 a guerra civil foi marcada por disputas étnicas, em que a principal estratégia do regime de Cartum foi apoiar as rivalidades tribais dos *Nuer* contra a orientação *Dinka*<sup>20</sup> do SPLA. O SPLA intensificou seu recrutamento, inscrevendo crianças em seus exércitos, e também usou o ataque a alvos civis como ameaça e meio de pressionar seus inimigos.

Este foi o período mais violento da guerra, em que organizações internacionais estimam que aproximadamente 6.1 milhões de pessoas foram deslocadas internamente, e 550.000 refugiados fugiram para países vizinhos. (LETURCQ, 2010)

Na tentativa de criar um SPLA mais inclusivo, Garang convidou elites do Sul para fazer parte do SPLA. A natureza autocrática e a intolerância de Garang tornou-se insuportável para os seus colegas tolerarem em dado momento, ocorrendo a “Divisão”,<sup>21</sup> evento histórico do Sudão. Em Agosto de 1991, Riek Machar e outros altos oficiais do SPLA tentaram um golpe contra a liderança de Garang. Entretanto, o golpe fracassou, mas resultou no surgimento de uma facção dissidente *Nuer* do SPLA liderada por Riek Machar, que afirmara que a secessão era o certo a ser feito como agenda política. (COSTELLO, 2011)

Devido a intolerância de Garang frente à secessão do SPLA, sob seu governo o Exército favoreceu os *Dinka*<sup>22</sup> em papéis de liderança

20 Cabe salientar que o comandante John Garang era da tribo *Dinka*. *Dinka* e *Nuer* formam as maiores comunidades étnicas no Sudão, e foram estes dois grupos que compuseram a maior parte da força contra o regime cada vez mais fundamentalista islâmico do Norte. Em 1983, soldados *Nuer* juntaram-se a 3.000 *Dinka* de Bor, no sul do Sudão, liderados por Garang. Além das tensões étnicas, a visão unificadora de Garang, que lutava por um Sudão unificado e secular, livre do regime agressivo de Cartum, intensificou as competições de liderança entre Garang e os soldados *Nuer*.

21 “The Split”. Traduzido livremente pela autora.

22 A tribo *Dinka* subdivide-se em vários clãs, e sua população migra dependendo do período de seca ou cheia do lugar em que vivem. Os *Dinka* acreditam em um Deus, *Nhialic*, o que ressalta o fato de que nem todos os grupos étnicos são animistas, além de incorporarem o cristianismo em rituais. *Dinka* é o maior grupo étnico do Sul, de população aproximada de 1,5 milhões de pessoas. As brigas internas entre tribos do Sul já desencadearam muitas mortes, além dos conflitos com o Norte antes da independência. Os *Dinka* são os principais representantes da guerrilha separatista, e é importante citar que o conflito perene ocasiona a perda de dialetos e de tradições antigas. Durante a guerra civil, centenas de mulheres *Dinka* foram violentadas, milhares foram mortos e muitos tornaram-se escravos no norte, fomentando até hoje a

e na distribuição geográfica de ajuda humanitária, marcando a hostilidade recorrente entre ambos os grupos étnicos e a presença marcante dos *Dinka* na elite sul-sudanesa atual. (COSTELLO, 2011)

Após golpe de Estado, o General Al-Bashir subiu ao poder e proscreeu todos os partidos políticos<sup>23</sup> no Sudão, com exceção da Frente Nacionalista Islâmica, partido de ideologia fundamentalista.

A superioridade militar do Governo lançou movimentos de represália contra a guerrilha, porém o SPLA buscou o apoio de países vizinhos na sua empreitada na busca pela autodeterminação do Sudão.

O General Omar al-Bashir mantém-se há duas décadas na presidência do Sudão. A Corte Penal Internacional emitiu uma ordem de prisão por crimes contra a humanidade perpetrados em Darfur<sup>24</sup>, porém o presidente não pode ser preso a menos que esteja em outro país. <sup>25</sup>

O governo de al-Bashir é marcado por guerras civis constantes intensificadas pela orientação islâmica radical de seu governo, que transformou o combate às sociedades não-islâmicas em um dos mais longos conflitos do continente africano. (BADMUS, 2008, p. 84)

Outro fato que destacou-se na sociedade internacional durante o regime de al-Bashir foi o abrigo concedido pelo presidente a Osama Bin Laden, ex-líder da *al-Qaeda* durante cinco anos, sendo expulso apenas após forte pressão dos Estados Unidos da América. Neste sentido, o acolhimento de terroristas é associado a Estados falidos.<sup>26</sup>

A busca por legitimidade após forte isolamento internacional em 2000 levou o General a promulgar nova Constituição e iniciar conversações com os grupos rebeldes, dificultadas pelas rivalidades

hostilidade em relação ao norte. O conflito também destruiu escolas, postos de saúde e muitas outras instituições de suma importância para a população, causando assim um grande fluxo de refugiados sudaneses para as regiões vizinhas. Mais informações sobre os *Dinka* no livro de Francis Mading Deng – *The Dinka Of The Sudan*. Waveland Press, Michigan University, 1984 e no sítio: <<http://www.everyculture.com/wc/Rwanda-to-Syria/Dinka.html>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

23 MRE. Disponível em: <[http://www2.mre.gov.br/deaf/daf\\_3/sudao2.htm](http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/sudao2.htm)>. Acesso em: 2 ago. 2012.

24 O SPLM/A e o *Justice and Equality Movement* (JEM) acusaram o governo de negligenciar a região dos africanos em favor dos árabes.

25 Por Darfur. Disponível em: <<http://www.pordarfur.org>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

26 Folha. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u529278.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

tradicionais aqui já postas, relacionadas a disputas interétnicas e religiosas, além da disputa pelos lucros do petróleo.

A expansão islâmica no maior país africano corroborou para a manutenção das guerras recorrentes entre civis muçulmanos e não-muçulmanos. A Frente Islâmica Nacional foi responsável por uma limpeza étnica, principalmente em Darfur, reflexo da crise do governo no âmbito nacional, causando um enorme afluxo de refugiados no sul do país.

Para classificar um conflito de natureza étnica, é preciso identificar “[...]que ele ocorra entre diferentes comunidades étnicas” (MELO, 2006, p.115). No Sul, a presença de vários clãs que tem forte ligação com o território onde vivem e possuem tradições e história comuns forma um espaço de diferentes etnias.<sup>27</sup>

A segunda guerra civil sudanesa foi marcada por anos de carnificina, sendo encerrada apenas em 2005, quando esforços diplomáticos levaram à assinatura do Amplo Acordo de Paz – CPA.

*Pojulu, Nuer, Bari, Shilluk, Kuku, Kakaw, Ngangwara, Acholi, Lotuhu e Mundari*<sup>28</sup> são outras tribos que vivem no sul e no extremo sul do Sudão.<sup>29</sup> Os *Nuer, Dinkas, Ngangwaras e Mundaris* são as tribos mais estudadas por antropólogos. Os *Nuer* vivem no Sudão do Sul<sup>30</sup> e na parte ocidental da Etiópia, formando um dos maiores grupos étnicos dessa região africana, de acordo com estudos do antropólogo britânico Edward Evans-Pritchard.<sup>31</sup>

27 Estimativas sugerem que cerca de 572 povos diferentes vivem no Sudão. (ZWIER, 1999).

28 *Mundari* é uma tribo menor que torna-se alvo fácil para grupos como *Dinka*. Esta tribo é Nilótica, relacionada aos povos que vivem nas áreas próximas ao Nilo e falante de uma das línguas nilóticas. As tribos *Mundari* localizam-se ao norte de Juba, capital do Sudão do Sul. A pecuária é a principal forma de sustento desta tribo, e os hábitos agro-pastoris são compartilhados por todos estes povos do Sul que sobrevivem também da dádiva do Nilo.

29 Disponível em: <<http://www.healthcare.reachinformation.com/Sudan.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2012.

30 Disponível em: <<http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Nuer>>. Acesso em: 12 out. 2012.

31 Mais informações sobre os *Nuer* nos livros de E. E. Evans-Pritchard “O *Nuer* do Sudão do sul”. Em *Sistemas políticos africanos*. M. Fortes e E.E. Evans-Pritchard, eds., Londres: Pressão da universidade de Oxford, P. 272-29, 1940 e *O Nuer: Uma descrição das modalidades dos meios de subsistência e de*

Os conflitos interétnicos, o processo colonial e seus padrões administrativos desiguais, além da clara dominação do sul pelo norte no período pós-independência contribuíram para que o Sudão fosse considerado por alguns autores como um Estado falido.

No próximo subtópico será apresentado o Amplo Acordo de Paz, fundamental para a compreensão sobre a atuação do PNUD no Sul com foco no processo eleitoral do país.

No ponto 1.3 serão apresentados critérios que definem Estados como falidos, além de uma contextualização da governança na África a partir das doutrinas da ONU.

## **2.2 O AMPLO ACORDO DE PAZ E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL**

O Amplo Acordo de Paz (*Comprehensive Peace Agreement* - CPA) foi assinado em Janeiro de 2005 (Tratado de *Naivasha*) pelo presidente Omar al-Bashir e o líder do SPLA/M John Garang, marcando o cessar-fogo e a aliança entre o Exército Popular do Sudão e a Aliança Democrática Nacional.

O objetivo principal do CPA<sup>32</sup> era apoiar o processo de construção da paz através de cessar-fogo e afirmar o reconhecimento político explícito do Sudão do Sul pela elite governante do Norte. O CPA incluía também provisões para um período transitório até 2011, com realização de referendo que decidiria a secessão ou unificação do país.

Um termo chave do CPA consagrado na Constituição Nacional Provisória e na Constituição do Sudão do Sul era a criação de um sistema federal, sob o qual o Sul teria autonomia através de seu próprio sistema judicial, em que o direito consuetudinário teria papel importante.

O Acordo foi um documento básico que estabeleceu o quadro para a segurança nacional no Sudão, bem como estrutura para que a partilha do poder e bem-estar econômico acontecesse entre as duas regiões. Em termos de organização política, previa um período de “um Estado, dois sistemas” até 2011, baseado na criação de um autônomo

---

*instituições políticas de um pessoa de Nilotic*. Oxford: Pressão de Clarendon, 1940.

<sup>32</sup> O texto completo do Acordo está disponível no sítio: <<http://www.unmis.org/English/documents/cpa-en.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

Governo do Sudão do Sul (GoSS) e também uma representação política para o Sudão do Sul em um Governo da Unidade Nacional (GoNU). No final de 2005, ambos já tinham sido estabelecidos. (LETURCQ, 2010)

O CPA assegurou ao Sul do Sudão autonomia relativa, com Constituição baseada na distinção entre religião e Estado, além de exército e moeda próprios. O SPLM passou a ser comandado por Salva Kiir<sup>33</sup>, atual presidente do Sudão do Sul, após a morte de Garang. A partir da assinatura do CPA, o SPLM mudou de rumo e procurou incorporar líderes de facções *Nuer* em altos cargos no governo e no exército.

A reconstrução política do país era a prioridade das recentes autoridades empoderadas a partir de 2005, além da busca por parceiros internacionais como as Nações Unidas, Banco Mundial e doadores bilaterais. Após a assinatura, as autoridades que formavam o GoSS, o GoNU e a comunidade internacional estabeleceram a agenda para implementação da paz no Sudão. (LETURCQ, 2010)

A agenda foi construída em consulta estreita com as autoridades sudanesas, e foi emitido um “Quadro para Paz Sustentada, Desenvolvimento e Redução da Pobreza”, onde o objetivo declarado era promover a paz sustentada baseada na reconciliação nacional e reconstrução. (LETURCQ, 2010)

Os documentos para implementação da paz focavam no bem-estar econômico e poder, mas incluíam também amplo projeto social de reconciliação, o que reforça o desejo de construção de uma nação que pudesse superar os efeitos das baixas e das causas da guerra.

O CPA afirmava o objetivo de buscar “valores de justiça, democracia, boa governança, respeito aos direitos fundamentais e liberdades do indivíduo, compreensão mútua e tolerância à diversidade.”<sup>34</sup>

O reconhecimento da diversidade cultural também destacava-se no documento como de extrema importância para o processo de construção da nação, onde a identidade estatal surgia como questão central no processo de resolução de conflitos e implementação da paz.

Em 2006, cerca de 4 milhões de sudaneses encontravam-se desalojados no próprio Sudão, misturados entre deslocados internos e refugiados de guerra. Além de seus próprios refugiados, o país lida com o afluxo de refugiados de países vizinhos como Etiópia, Chade, Uganda

---

33 Salva Kiir é *Dinka*.

34 CPA, 2005, p.2.



e Quênia, de acordo com relatórios do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).<sup>35</sup>

O longo processo de guerra civil chamou a atenção de agentes externos, que já contribuem financeira e humanitariamente há anos na tentativa de pôr fim ao conflito e reconstruir o Estado. Entretanto, a guerra na região é complexa e intrínseca à cultura de alguns grupos locais, além de que o Sudão dificultou o processo diplomático assim como a implementação de resoluções propostas por países vizinhos.

As atuais estatísticas demográficas do país revelam claramente o fato de que a composição cultural interna da população sudanesa faz do país um microcosmo da África, cultural, étnica e fisicamente. Atualmente, 70% do total da população de 38 milhões são muçulmanos, 25% são animistas com crenças tradicionais, enquanto os 5% restantes são cristãos, sobretudo do sul. Além da divisão baseada na linha religiosa, há também clivagens étnico-culturais entre os árabes (que constituem em torno de 39% da população), os africanos negros (52%) e os Beja (grupo étnico que compõe 6% da população sudanesa) e outras formações étnicas (que representam os 9% restantes). Muitas vezes, essas múltiplas composições têm colocado os defensores de um Estado sudanês "islâmico" e os apóstolos de um Sudão "secular" em desentendimento, com repercussões negativas sobre os tecidos socioeconômicos do Sudão. (BADMUS, 2008 p. 313-314)

Em 9 de janeiro de 2005, o Acordo Geral de Paz (CPA) foi assinado pelos líderes do sul e do norte, garantindo autonomia parcial aos sulistas e uma nova Constituição Provisória. Em 9 de janeiro de 2011, os sulistas votaram pela independência da nação em relação ao Sudão com mais de 98% dos votos, em um referendo previsto pelo CPA.

Em 9 de julho de 2011, a República do Sudão do Sul nasceu, tornando-se o 193º Estado-Membro da ONU. O Sudão do Sul é

composto por 10 estados<sup>36</sup>: Central Equatoria, Eastern Equatoria, Jonglei, Lakes, Northern Bahr El Ghazal, Unity, Upper Nile, Warrap, Western Bahr El Ghazal and Western Equatoria. O país faz fronteira com a República Centro-Africana no oeste, Etiópia no leste, Sudão no norte e Uganda, Kenya e República Democrática do Congo no sul.

Lideranças políticas de ambos os lados parecem respeitar o resultado, embora haja desconfiança nas relações entre nortistas e sulistas, troca de acusações mútuas e hostilidade no trato de questões como demarcação de fronteiras, além de haver disputas em regiões onde existem reservas de petróleo.

O petróleo desponta como recurso energético que gera conflito no Sudão do Sul recém-independente, pois a maior parte das reservas fica no Sudão do Sul, porém o governo do Sudão controla todas as refinarias e a distribuição das receitas.

Atualmente, acredita-se que o Sudão possui as mais importantes e inexploradas reservas de petróleo da África, e o petróleo corresponde a 95% da receita do Sudão do Sul, e 60% do Sudão.<sup>37</sup>

Em 1997 a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), tornou-se ativa no Sudão e começou a produzir petróleo no país, iniciando sua corrida para entrar no mercado mundial. A indústria petrolífera sudanesa realmente nasceu em 1999, quando os primeiros barris de petróleo foram exportados da CNPC.

O PNUD trabalhou junto ao GoSS<sup>38</sup> durante o período interino do CPA. Entretanto, a independência do Sudão do Sul, que marca o período pós-CPA, requer maior esforço coordenado e mais concertado por parte da comunidade internacional, para assegurar a sustentabilidade do governo.

O PNUD deu assistência ao referendo como parceiro chave do GoSS, conduzindo a votação em todos os dez estados do Sudão do Sul. O referendo, último marco do CPA, aconteceu de 9 a 15 de janeiro de 2011 e resultou na secessão do Sudão.

---

36 A população do Sudão do Sul é de 9 milhões de pessoas, com área de 640.000km. Disponível em: <<http://ss.undp.org/country-info.php.html>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

37 Disponível em: <[http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/o-conflito-no-sudao-esta-longo-do-final-aposta-especialista\\_120358.html](http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/o-conflito-no-sudao-esta-longo-do-final-aposta-especialista_120358.html)>.

Acesso em: 10 ago. 2012.

38 GoSS – *Government Of South Sudan*. A sigla será utilizada ao longo do trabalho.

## 2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA NA ÁFRICA E ESTADOS FALIDOS

O tema governança global vem ganhando destaque nos dias atuais em um contexto de globalização, que gera mudanças rápidas e em grande escala além de alterar o papel dos atores no cenário mundial, tornando atores não-estatais mais autônomos e interdependentes. (MILANI, 1999)

Em relatório publicado em 1996 intitulado “*Our global neighborhood*”, a Comissão sobre Governança Global<sup>39</sup> aborda a necessidade de mudanças na cooperação internacional e define governança como:

A totalidade das diversas maneiras que indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus assuntos comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 2)

A proposta desta Comissão apresenta-se como uma preocupação por parte dos líderes que a endossaram sobre a consolidação de uma comunidade global capaz de assumir a existência de responsabilidades que transcendam às ações dos Estados, e de promover a democracia participativa através de ações sustentáveis, assumindo responsabilidades diversas.

---

<sup>39</sup> Desta Comissão sobre Governança Global (1996) originou-se o livro “Nossa Comunidade Global”. A Comissão foi criada em 1996 em Estocolmo a partir da preocupação de líderes mundiais com a consolidação de uma comunidade global que impulsionasse através de ações sustentáveis a segurança, direitos humanos, democracia participativa e outras áreas. No livro “Nossa Comunidade Global” a idéia de governança integra vários atores, que devem trabalhar construtivamente a favor da comunidade global, Faz-se importante ressaltar que governança global não é o mesmo que governança mundial, e a analogia com o âmbito doméstico não é adequada. (KARABOLAD, 2010)

A governança conta a com participação de diversos atores internacionais, sejam eles organizações não-governamentais<sup>40</sup>, redes de articulação política, atores subnacionais, etc; assumindo lugar central nas políticas mundiais e levantando novas demandas sociais e instâncias de regulação.

Estes atores podem desempenhar papéis independentes, exercendo papel importante na governança ao operarem como “partes de redes”. (NYE; KEOHANE, 2000, p. 22)

Quando os Estados criam regimes internacionais e cedem poder às organizações intergovernamentais para governar questões específicas a governança acontece através de instituições multilaterais, (NYE; KEOHANE, 2000) como o que está ocorrendo no Sudão do Sul, onde o país “cede” parte de sua soberania para o PNUD, enquanto agência de uma organização intergovernamental para que a mesma assuma funções de governança em seu território.

No nível global, o que encontramos não é um governo mundial mas a existência de regimes de normas, regras e instituições que governam um surpreendente número de questões nas políticas mundiais. As ilhas de governança são mais concentradas densamente entre estados desenvolvidos, mas eles frequentemente tem extensão global.<sup>41</sup> (NYE; KEOHANE, 2000, p. 20)

Rosenau<sup>42</sup> define governança global como “concebida para incluir sistemas de governo em todos os níveis da atividade humana – da família às organizações internacionais – em que a busca por objetivos

---

40 Enquanto grupo, as ONGs fornecem mais ajuda do que todo o sistema da ONU, mobilizando ações políticas, provendo serviços e informação aos governos. (NYE; KEOHANE, 2000)

41 At the global level, what we find is not world government but the existence of regimes of norms, rules, and institutions that govern a surprisingly large number of issues in world politics. The islands of governance are more densely concentrated among developed states, but they often have global extension. (NYE; KEOHANE, 2000, p. 20) Traduzido pela autora.

42 James N. Rosenau é diretor do Instituto de Estudos Transnacionais e professor de Relações Internacionais e Ciência Política na Universidade da Califórnia Meridional. O autor publicou o livro “Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial” em co-autoria com Ernst-Otto Czempiel.

através do exercício do controle tem repercussões transnacionais.”<sup>43</sup>  
(ROSENAU, 1995, p. 13)

Governança global refere-se mais do que instituições e organizações formais através das quais a gestão de assuntos internacionais é ou não é sustentada. O sistema das Nações Unidas e governos nacionais são certamente centrais para a condução da governança global, mas são apenas parte da imagem completa. (ROSENAU, 1995, p. 13)<sup>44</sup>

A noção de ordem global e governança tornaram-se uma questão transcendente frente às mudanças políticas mundiais, em um mundo onde a autoridade está constantemente sob relocação através de entidades supranacionais e grupos subnacionais<sup>45</sup>. (ROSENAU, 1995)

A globalização das economias, interdependências globais, movimentos sociais, terrorismo, poluição, problemas ambientais, avanço tecnológico, declínio da hegemonia, desaparecimento das fronteiras e outros temas transnacionais da agenda global atual tem transformado os governos nacionais e deslocado os centros de autoridades para coletividades subnacionais.

De acordo com o autor (ROSENAU, 1995), os governos ainda são soberanos de várias maneiras, entretanto, algumas de suas funções de governança estão sendo realizadas por atividades originadas em outras instâncias, como por exemplo as coletividades subnacionais.

A governança não é o mesmo que governo, pois governo sugere atividades respaldadas por autoridade formal e pode operar mesmo com oposição, enquanto a governança refere-se a atividades apoiadas por objetivos comuns que podem não derivar de responsabilidades formalmente legais, e tem legitimidade apenas quando aceita pela maioria. (ROSENAU, 1995)

---

43 Traduzido pela autora.

44 Global governance refers to more than the formal institutions and organizations through which the management of international affairs is or is not sustained. The United Nations system and national governments are surely central to the conduct of global governance, but they are only a part of the full picture. (ROSENAU, 1995, p. 13) Traduzido pela autora.

45 A publicação do livro “Governança sem Governo” de Rosenau em 1995 marcou o lançamento do debate conceitual em governança. (DINGWERTH; PATTBERG, 2006)

Nesse sentido, a “[...]governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos”. (ROSENAU, 1995, p. 16)

A governança também envolve mecanismos não-governamentais, e na pesquisa o PNUD é um braço da ONU que conduz a governança e articula mecanismos formais e informais para consolidar o Governo do Sudão do Sul, satisfazendo suas necessidades. A ONU tem papel central na governança global desde a II Grande Guerra Mundial, pois é a única organização intergovernamental de adesão e abrangência quase universais. (KARNS; MINGST, 2010)

Entretanto, a ideia de governança internacional conectada à retórica de harmonia internacional em um mundo cada vez mais interdependente e multilateral não é tão consensual quanto parece.

A intervenção de 1999 em Kosovo, apesar de todo o aparato institucional existente à época para regulação do conflito, expôs a fraqueza de sistemas tidos como consensuais ou universalistas, neste caso a aliança da ONU e OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que atuou além do que previa sua criação.

Neste caso, a ONU não foi capaz de responder de forma efetiva ao problema quando as tensões intensificaram-se, e em 1999 a OTAN realizou unilateralmente ataques aéreos na região do Kosovo sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos é um dos membros fundadores da OTAN, maior aliança militar do mundo, e este fato cria grandes discussões sobre os interesses por trás das ações da aliança, já que um dos seus membros fundadores é formado por um dos países mais influentes do mundo, detendo grande poder sobre a aliança e servindo assim como instrumento para a política externa estadunidense.

Tal intervenção da OTAN, mesmo sob a bandeira do humanitarismo em um momento de desastre foi uma transgressão das normas do direito internacional e marcou a falta de capacidade do Conselho de Segurança em atingir um consenso por parte de seus Estados-membros sobre o estabelecimento de uma medida mais coercitiva quando as tentativas de acordo diplomático não deram certo.

Este caso marcou uma falha da ONU, que como principal órgão internacional responsável pela manutenção da paz e estabelecimento da segurança internacional, não foi capaz de conter o conflito étnico no Kosovo, o que levanta a discussão sobre a seletividade nas escolhas das intervenções da ONU por parte de seus Estados-membros e sobre as fraquezas das políticas de intervenção da organização.

No livro “*A New World Order*”, a autora Anne-Marie Slaughter (2004), referência na discussão sobre governança global, traz impressões sobre o conceito, discorrendo também sobre as novas esferas de autoridade nas políticas mundiais, independentes da soberania dos Estados-Nações.

Slaughter (2004) discorre sobre a importância das redes globais, e cita algumas redes como redes de oficiais do governo, redes ambientais e redes de reguladores financeiros como atores importantes nas políticas mundiais, que aumentam a efetividade na regulação de algumas áreas. Na área ambiental, por exemplo, as redes de fiscalização tem oferecido assistência técnica às agências ambientais, fomentando assim a regulação das políticas ambientais a nível global e a troca de conhecimento. (SLAUGHTER, 2004)

De acordo com Slaughter (2004), redes de governo podem prover apoio multilateral para as instituições nacionais em estados enfraquecidos, e o Sudão do Sul destaca-se como Estado em construção que possui instituições nacionais sendo fortalecidas pelo PNUD.

Igualmente importante, estas diferentes lentes tornam possível imaginar um genuíno novo conjunto de possibilidades para uma futura ordem mundial. Os blocos de construção dessa ordem não seriam estados mas partes de estados: cortes, agências regulatórias, ministérios, legislaturas. Os oficiais do governo dentro destas diversas instituições participariam de muitos diferentes tipos de redes, criando eles através das fronteiras nacionais e entre instituições nacionais e supranacionais.<sup>46</sup> (SLAUGHTER, 2004, p. 34)

Klaus Dingwerth e Philipp Pattberg no artigo “*Global Governance as a Perspective on World Politics*” afirmam que “o termo governança global é um conceito analítico que provê uma perspectiva nas políticas mundiais diferente das noções mais tradicionais de relações

---

<sup>46</sup> Equally important, these different lenses make it possible to imagine a genuinely new set of possibilities for a future world order. The building blocks of this order would not be states but parts of states: courts, regulatory agencies, ministries, legislatures. The government officials within these various institutions would participate in many different types of networks, creating links across national borders and between national and supranational institutions. (SLAUGHTER, 2004, p. 34) Traduzido pela autora.

internacionais” (DINGWERTH; PATTBERG, p. 185, 2006) e que pode auxiliar na compreensão das interações e transformações observadas nas políticas mundiais em um cenário de globalização.<sup>47</sup>

Atores supranacionais, organizações intergovernamentais e atores judiciais, por exemplo, são atores considerados na governança global, implicando que a governança global engloba uma perspectiva de atores múltiplos nas políticas mundiais. (DINGWERTH; PATTBERG, 2006)

O PNUD é um destes atores da governança global, enquanto rede de desenvolvimento da ONU, vista como ferramenta de governança com autoridade suficiente para implementar políticas que formam o curso dos eventos. A principal área de atuação da agência no Sudão do Sul será a governança democrática, com foco na construção do governo do país.

O relatório *UN World Development* defende o fortalecimento de instituições da ONU, como a possibilidade da criação da Assembleia Geral bicameral e um banco central mundial. Entretanto, a governança com caráter realmente global parece inviável atualmente, ao menos sem uma grande ameaça a nível global que demande uma maneira unificada de enfrentamento. (NYE; KEOHANE, 2000)

Tal noção de governança global pode ser vista como uma medida de expansão da ONU perigosa, ao passo que os moldes de desenvolvimento da instituição são ocidentais, e os interesses refletem também os desejos dos países mais poderosos que contribuem com recursos para seu crescimento.

No livro “*Global Governance and the UN: An Unfinished Journey*” publicado por Thomas G. Weiss e Ramesh Thakur em 2010, os autores discorrem sobre a teoria e a prática da governança. De acordo com os autores (WEISS; THAKUR, 2010) o mundo é governado mesmo sem um governo mundial graças à governança global, e as Nações Unidas surgem como organização intergovernamental capaz de prover serviços semelhantes aos dos governos nacionais na ausência de um governo mundial.

---

47 Alguns autores resumem governança global como governança na era da globalização. Há diversas correntes teóricas que explicam o fenômeno da globalização, mas tais teorias não serão abordadas no presente trabalho. Entretanto, faz-se interessante salientar que a interdependência econômica na globalização também leva a resultados assimétricos, em que os benefícios não são igualmente distribuídos entre parceiros, gerando prosperidade para alguns países e povos e exclusão para outros.



'Governança global' – que pode ser boa, má ou indiferente – refere-se à existência de arranjos coletivos para resolver problemas. Adaptando nossa definição de governança, 'governança global' é a soma de leis, normas, políticas e instituições que definem, constituem, e mediam relações entre cidadãos, sociedade, mercados e o estado na área internacional – os detentores e objetos do poder público internacional. Mesmo na ausência de uma abrangente autoridade central, arranjos coletivos existentes trazem mais previsibilidade, estabilidade e ordem aos problemas transfronteiriços do que podemos esperar. (WEISS; THAKUR, 2010, p. 6)<sup>48</sup>

Desta maneira, a governança global provê mecanismos que articulam interesses coletivos a partir da atuação de diversos atores, que auxiliam no estabelecimento de instrumentos de regulação, mediando também as diferenças entre estes atores, que podem ser estatais e não-estatais.

Os autores (WEISS; THAKUR, 2010) afirmam que os fóruns intergovernamentais da ONU adotam resoluções que constroem novos princípios de governo e objetivos, além de autorizarem programas que visam a consecução destes objetivos.

Alguns documentos da ONU apresentam-se como códigos de conduta incorporados em convenções e tratados internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, entre outros. (WEISS; THAKUR, 2010)

De acordo com os autores (WEISS; THAKUR, 2010) em face do aumento do caráter transnacional dos problemas mundiais, a ONU expandiu a conceituação de governança global, incluindo forças

---

48 'Global governance' – which can be good, bad or indifferent – refers to existing collective arrangements to solve problems. Adapting our definition of governance, 'global governance' is the sum of laws, norms, policies, and institutions that define, constitute and mediate relations among citizens, society, markets, and the state in the international arena – the wielders and objects of international public power. Even in the absence of an overarching central authority, existing collective arrangements bring more predictability, stability and order to transboundary problems than we might expect. (WEISS; THAKUR, 2010, p. 6) Traduzido livremente pela autora.

transnacionais de mercado e a sociedade civil. Além disso, a ONU tem três contribuições distintas para a governança global: “identificar e diagnosticar problemas, desenvolver normas, e formular recomendações.” (WEISS; THAKUR, 2010, p.51)

No caso da governança da ONU na África, o conflito de Darfur parece ser uma lacuna no histórico de intervenções da ONU, o que sucinta o debate sobre os interesses por trás das operações da mesma e sobre as deficiências de um modelo ocidental de construção política em território fragmentado por conflitos interétnicos e disputas por recursos naturais. (QUACH, 2004)

Tal lacuna pode estar associada à falta de recursos apropriados e autoridade do Conselho de Segurança, configurando-se como uma lacuna observada na instituição. Na questão do aquecimento global, por exemplo, embora exista consenso que ações devam ser tomadas contra o aquecimento, a recusa dos Estados Unidos em assinar o Protocolo de Kyoto configura-se como uma lacuna institucional.

Neste sentido, cabe a reflexão sobre o fraco interesse de Estados poderosos que são membros da ONU em países frágeis como o Sudão, mais especificamente Darfur, que apesar de possuir recursos naturais estratégicos como o petróleo, aparentemente não chama a atenção dos mais poderosos, vide o genocídio em Darfur e as fracas respostas da sociedade ocidental neste caso. Existe a aceitação de normas e instituições relacionadas ao genocídio, mas há pouca capacidade de coação nessa área, e o genocídio ainda acontece. (WEISS; THAKUR, 2010)

A governança é um conceito analítico que provê perspectivas das políticas mundiais diferentes das tradicionais definições em RI<sup>49</sup>, envolvendo o estudo de problemas de ordem normativa, relacionados

---

49 Neste sentido, é possível fazer uma ligação com o construtivismo nas relações internacionais, pois é uma abordagem teórica em que o modo pelo qual o mundo material é formado pela ação e interação humana, dependendo de interpretações normativas do mundo material. Além disso, o construtivismo descreve bem o sistema internacional atual pois não prende-se à balança de poder e às relações entre Estados como o realismo nas RI, por exemplo, mas baseia-se no debate agente-estrutura, onde os atores moldam o mundo e vice-versa, levando em conta os interesses e crenças dos atores. O construtivismo auxilia assim na compreensão das mudanças que ocorrem no nível da sociedade e no nível estatal. Além disso, a pluralidade de agentes e atores que envolvem a governança global, inserindo demandas diversas e sendo formados por culturas diferentes, pode ser contemplada pelo construtivismo, que pode auxiliar no desenvolvimento de ações que contemplem diversos níveis.

por exemplo ao impacto dos arranjos trazidos pelas instituições no modo de vida dos indivíduos, que podem até cercear as liberdades dos mesmos.

A literatura sobre governança é extensa e envolve diversas perspectivas. No trabalho, os critérios apresentados para a identificação de Estados falidos e a importância da estruturação da governança para o desenvolvimento destes Estados serão utilizados para a compreensão do Sudão do Sul enquanto Estado frágil e o papel do PNUD na construção do Governo, com foco no referendo realizado em 2011.

Em documento publicado pelo PNUD há um quadro com a definição de conceitos chave para o estudo. Governança é conceituada como: “o exercício de autoridade política, econômica e administrativa na gestão dos assuntos de um país em todos os níveis. Governança é um conceito neutro compreendendo os mecanismos complexos, processos, relacionamentos e instituições através dos quais cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercem seus direitos e obrigações e mediam suas diferenças.”<sup>50</sup> (UNDP, p. 2, 2008)

As iniciativas do PNUD para apoiar a governança democrática são fomentar a participação inclusiva da população, promover a prevenção de conflito, fortalecer instituições governamentais responsivas e possibilitar a entrega de bens públicos.

A boa governança é um fator chave para a consolidação da estabilidade de um Estado. O Sudão do Sul nasce como Estado sem estrutura política, econômica e social, cercado pelo estigma de Estado falido.

No estudo sobre o papel do PNUD na construção da governança do Sudão do Sul faz-se fundamental compreender a discussão sobre Estados falidos.

A compreensão sobre o fenômeno é imprescindível para que formuladores de políticas elaborem métodos de prevenção de falência, e em alguns casos, como no Sudão do Sul, de assistência no processo de construção. Porém, analistas não chegaram a um consenso sobre os conceitos de “Estados frágeis”, “falidos” ou “fracos”, e a discussão perpassa também pela semântica.

Todavia, esta multiplicidade de conceitos torna sua utilização por vezes indiscriminada e politicamente interessada em alguns casos, e faz-se interessante ter muito cuidado ao classificar Estados. Apesar de existir uma noção comum sobre o significado de Estado falido, as percepções variam de autor para autor. (ROTBERG, 2003)

Alguns autores focam nas questões de segurança, enquanto outros levam em consideração questões como a legitimidade do governo, democracia e desenvolvimento por exemplo. O autor Robert Rotberg (2013), por exemplo, afirma que um Estado falido é aquele que não consegue manter o funcionamento do legislativo e judiciário independentes; prover educação; controlar fronteiras; oferecer educação, serviços de saúde e segurança; manter a ordem política.

Alguns autores tem posicionamento mais restrito, afirmando que Estados fracassados são os que não conseguem prover domesticamente paz, ordem e segurança.

De acordo com Rocha (2009), a discussão fundamenta-se na premissa de que o papel do Estado é prover serviços públicos. Os serviços públicos que destacam-se são a segurança dos cidadãos, bem-estar e direitos econômicos fundamentais. Quando presume-se a falência das instituições locais, que são avaliadas com base em parâmetros utilizados pelas democracias ocidentais, atribui-se à comunidade internacional a responsabilidade de restabelecer a autoridade pública nestes Estados.

Neste sentido, ao PNUD foi atribuída a função de consolidar as instituições nacionais do Sudão do Sul e fomentar o desenvolvimento de capacidade a longo prazo. A participação da ONU durante o referendo foi solicitada pelo Governo do Sudão do Sul, e fazia parte das ações do CPA, que a ONU tinha comprometido-se a realizar.

Todavia, presumir a falência de um Estado sob moldes ocidentais sucinta discussões sobre as intervenções humanitárias que ferem o princípio da intervenção e da soberania em nome da segurança humana. Entretanto, o estudo não focará na crítica às intervenções humanitárias realizadas pela ONU em nome da comunidade internacional, ao passo que a intervenção estudada não é militar, caracterizando-se como ajuda humanitária, concentrando-se no fornecimento de bens e serviços. (TATHAM; PETTIT, 2010)

O PNUD pode não ser tão polêmico como uma Missão de Paz das Nações Unidas, mas como braço da ONU pode exercer influência política e ideológica no Governo sul-sudanês sob os moldes de construção da moderna democracia ocidental, que pode não ser bem aceita em um Estado multiétnico como o Sudão do Sul. (SCHRITZMEYER, 2008)

Como foi explanado no ponto 1.1, a história do Sudão é marcada por conflitos civis recorrentes por motivos diversos, com a longa presença de líderes que forçaram políticas que atendiam seus

próprios interesses e não os do povo e tentativas forçadas de busca de legitimidade após forte isolamento, características de um Estado falido.

O conflito em Darfur em 2003 atraiu a atenção mundial para o Sudão, pois o conflito deixou cerca de 200.000 mortos e dois milhões de deslocados internos. Além de Darfur, o Sudão foi acusado de genocídio em outras guerras civis contra o sul, além de ter relações problemáticas com Chad, República Central Africana, Uganda, Quênia e Etiópia. (DIAB, 2010)

As violações de direitos humanos, a escravidão, a imposição do Islã, o acolhimento a Osama Bin Laden e outras questões problemáticas levaram o Sudão a ser classificado como Estado falido<sup>51</sup>. Além disso,

De acordo com o *Sudan Abductee Database*, mais de 11.000 pessoas foram sequestradas nos últimos 20 anos para as regiões do sul. De acordo com o último Índice de Estados Falidos de 2009, o Sudão ocupa a terceira posição marcando mínimo 7/10 em pressão demográfica, refugiados, queixas de grupo, deslocamento humano, desenvolvimento desigual, deslegitimação do estado, serviços públicos, direitos humanos, aparato de segurança, elites faccionárias e intervenção externa. Independentemente de todas as questões negativas do Sudão, o crescimento é visto apenas no norte. (DIAB, 2010, p. 1)<sup>52</sup>

Por serem caracterizados pelo predomínio de tensões internas, existência de grupos armados e conflitos enraizados percebe-se que a violência identifica os Estados falidos, quando é recorrente e voltada contra um governo, por exemplo.

Francis Fukuyama (2005) afirma que os Estados falidos tornaram-se um grande problema para a ordem internacional desde o

---

51 Do original *failed state*, em inglês. Traduzido pela autora.

52 According to the Sudan Abductee Database, over 11,000 people have been abducted in the last 20 years to southern regions. According to the latest Failed States Index of 2009, the Sudan is ranked third scoring minimum 7/10 in demographic pressure, refugees, group grievances, human flight, uneven development, delegitimization of the state, public services, human rights, security apparatus, factionalized elites and external intervention. Regardless of all the negative issues of Sudan, growth is seen but only in the north. (DIAB, 2010, p. 1) Traduzido pela autora.

final da Guerra Fria, pois nestes Estados são cometidos abusos aos direitos humanos e são gerados problemas transnacionais, como por exemplo as ondas de emigração. Além disso, questões que antes eram consideradas humanitárias passaram a representar uma dimensão de segurança, sendo incorporadas às agendas internacionais.

Em alguns Estados como Somália, Haiti, Camboja, Ruanda e Libéria a comunidade assumiu a governança dos protagonistas locais, apesar de as intervenções terem sido consideradas tardias e com recursos insuficientes. (FUKUYAMA, 2005)

A partir de 11 de setembro os Estados Unidos da América foram orientados por uma lógica de política externa baseada na pretensão de assumir a responsabilidade pela governança dos Estados fracos, articulando guerras preventivas contra o Afeganistão em 2001, por exemplo. (FUKUYAMA, 2005)

Tal atitude é permeada por um unilateralismo observado nas tentativas de mudança de regime por parte do governo Bush, como no caso da intervenção no Iraque, permeada por críticas atreladas ao imperialismo estadunidense na busca por recursos naturais como petróleo e por controle político.

Neste sentido, um dos perigos da adoção do conceito de Estado falido por parte das grandes potências pode ser a justificação de intervenções externas.

A governança fraca solapa o princípio da soberania, sobre o qual foi construída a ordem internacional posterior ao Tratado de Westfália<sup>53</sup>, porque os problemas que os Estados fracos geram para si mesmos e para outros Estados aumentam em muito a probabilidade de que outro membro do sistema internacional decida unilateralmente intervir nos seus negócios para resolver o problema à força. Aqui o termo fraco se refere à força do Estado e não ao seu escopo, [...] significando falta de capacidade institucional para implementar políticas e forçar o respeito a estas, com frequência causada pela subjacente falta de legitimidade do sistema político como um todo. (FUKUYAMA, 2005, p. 127-128)

---

53 A Carta da ONU repousa na concepção *Westfaliana* de soberania, baseada em princípios de autonomia e território. (NYE; KEOHANE, 2000)

Entretanto, no caso do Sudão do Sul cabe ressaltar que a atuação do PNUD na construção do governo não foi estabelecida unilateralmente, mas a partir do apoio a objetivos implementados pelo CPA em que funções de governança foram transferidas ao PNUD.

O autor (FUKUYAMA, 2005) traz um ponto interessante ao debate, que é a possibilidade de a comunidade internacional eliminar as fracas capacidades estatais dos Estados que recebem auxílio. Em alguns casos, como na Bósnia, apesar de funções de governança terem sido desempenhadas, a capacidade local não desenvolveu-se, o que pode ser perigoso caso a comunidade internacional perca o interesse e a situação de um Estado falido ou fraco piorar e voltar aos quadros iniciais. (FUKUYAMA, 2005)

Neste sentido, o caso da Bósnia é emblemático, pois depois da conclusão de um acordo que pôs fim à Guerra, o país continuou a ser governado pelo Gabinete do Alto Represente das Nações Unidas na Bósnia, que usou seus poderes para demitir representantes e aprovar leis, sem levar em conta as preferências do povo. (GHONIEM, 2003)

O sucesso da construção de nações pode ser medido de maneira menos exigente, pela realização de eleições democráticas e recuperação do PIB aos níveis anteriores, por exemplo. (FUKUYAMA, 2005)

No caso do Sudão do Sul, o suporte à realização do referendo de secessão por parte do PNUD será a primeira medida a ser estudada, pois marca o surgimento do Estado.

Cabe salientar que existe um viés crítico sobre esta perspectiva de Estados falidos em que não há garantia de bens públicos essenciais, vista como hierarquizadora da estatalidade, em que é uma armadilha pensar a segurança como segurança do Estado, território e recursos.

Armadilha porque, em rigor, essa segurança não só não tem correspondência material na afirmação de um corpo político e institucional minimamente consistente como vem a constituir uma contribuição de primeira grandeza para a acentuação da insegurança existencial cotidiana das pessoas à guarda do referido Estado e que, dessa forma, perfilam-se como vítimas em dobro: vítimas da ausência do Estado, quando o contrato social o exigira na prestação dos serviços públicos essenciais, e vítimas da sobrepresença do Estado, aniquilador primário da esfera de autonomia e liberdade dos mesmos cidadãos. (PEREIRA, 2009, p. 26)

O autor de “*State Failure and State Weakness in a Time of Terror*”<sup>54</sup> categorizou o Sudão como Estado falido<sup>55</sup>, justificando que o Sudão tem a maior população de refugiados e deslocados do mundo, de 4 milhões de pessoas, além do fraco aparelho estatal do norte que provê em níveis mínimos alguns serviços aos constituintes muçulmanos e bombardeia os cidadãos do sul. (ROTBERG, 2003)

Neste sentido, o alarmante número de refugiados do Sudão torna-se um indicador forte na classificação do Estado como falido, e faz-se interessante citá-lo pois o Sudão do Sul nasce a partir da secessão com o Sudão.

Ao afirmar que os Estados falham pois são “[...]convulsionados pela violência interna e não podem mais entregar serviços políticos positivos aos seus habitantes” (ROTBERG, 2003, p. 1) o autor sucinta o debate sobre a perda de legitimidade do governo perante seus cidadãos.

De acordo com o autor (ROTBERG, 2003) a função primordial do Estado é prover o bem político da segurança, prevenindo invasões territoriais e eliminando ameaças domésticas e permitindo que cidadãos resolvam suas desavenças com o Estado e com os outros habitantes sem coerção física ou uso de armas.

Outras categorias de serviços políticos fornecidos tipicamente pelos Estados como assistência médica e sanitária, educação, infraestruturas físicas como estradas, infraestruturas de comunicação e sistema bancário, por exemplo, estabelecem um conjunto de critérios

54 Robert T. Rotberg foi presidente da *World Peace Foundation*, criador do *Index of African Governance*, e autor de diversos livros e artigos sobre política externa estadunidense, africana, asiática e caribenha.

55 No *Failed States Index* publicado pela *Foreign Policy* o Sudão está desde 2009 em terceiro lugar como Estado falido. Nesse *ranking*, as variáveis que categorizam os Estados falidos são: “pressões demográficas, movimentos massivos de refugiados e deslocados internos, perseguições de grupos internos, êxodo de recursos humanos, desenvolvimento econômico desigual, declínio econômico, criminalização do Estado, deterioração dos serviços públicos, violação dos direitos humanos, autonomia do aparato de segurança, ascensão de elites facionárias e intervenção de atores externos”. Em uma escala de 0 a 10, o Sudão apresenta a seguinte pontuação nas variáveis citadas, respectivamente: 8.4; 9.9; 10.0; 8.3; 8.8; 7.3; 9.5; 8.5; 9.4; 9.7; 9.9; 9.5. Disponível em: <[http://www.foreignpolicy.com/failed\\_states\\_index\\_2012\\_interactive](http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive).> Acesso em 02 abr. 2013.



para que os Estados-Nações modernos possam ser julgados como fortes, fracos ou falidos<sup>56</sup>. (ROTBERG, 2003)

Rotberg (2003) afirma que o Sudão é um dos Estados falidos na contemporaneidade, demonstrando indicadores que validam sua listagem. O Sudão do Sul nasce separando-se de um Estado considerado falido, e considerando os critérios apresentados por autores como Rotberg (2003), o país caracteriza-se como Estado fraco ou falido.

Considerando as categorias listadas anteriormente, o Sudão do Sul pode ser considerado fraco pois enfrenta problemas em todas elas, recebendo assistência do PNUD e de outras organizações nestas áreas.

Já os Estados fortes administram bem estas categorias, enquanto os fracos atuam bem em algumas áreas e outras nem tanto, e ao não atuarem bem, os Estados fracos que não atendem a esses critérios podem indicar a categoria de Estados que estão “falhando”<sup>57</sup>. (ROTBERG, 2003, p. 4)

Estados fracos incluem um amplo contínuo de estados que são: inerentemente fracos por conta de restrições econômicas fundamentais, geográficas ou físicas; basicamente fortes, mas temporariamente ou situacionalmente fracos por causa de antagonismos internos, gestão de falhas, ganância, despotismo, ou ataques externos; e uma mistura dos dois. Estados fracos normalmente abrigam tensões étnicas, religiosas, linguísticas ou outras tensões intercomunais que ainda não, ou não completamente, tornaram-se publicamente violentas. Taxas de crimes urbanos tendem a ser maiores e crescentes. Nos estados fracos, a capacidade para fornecer as medidas adequadas de outros serviços políticos é diminuída ou está diminuindo. Redes de infraestrutura físicas deterioraram-se. Escolas e hospitais mostram sinais de negligência, particularmente fora das grandes cidades. PIB per capita e outros indicadores econômicos importantes caíram ou estão caindo, às vezes dramaticamente; níveis de corrupção venal são vergonhosamente altos e

---

56 Em 2003, os Estados falidos eram Angola, Afeganistão, Congo, Burundi, Libéria, Serra Leoa e Sudão. (ROTBERG, 2003)

57 Do inglês *failing*. Traduzido pela autora. O trabalho focará nos conceitos de Estados fracos e falidos.

crecentes. Estados fracos costumam honrar preceitos do Estado de direito. Eles assediam a sociedade civil. Estados fracos são frequentemente governados por déspotas, eleitos ou não. (ROTBURG, 2003, p. 4)<sup>58</sup>

Níveis altos de violência interna associam-se a fracasso ou falha, em que os Estados falidos são contestados constantemente por facções em guerra e insurgências em diversos níveis, além da dissidência direcionada ao Estado e a grupos do Estado.

Neste sentido o Sudão do Sul pode ser categorizado como Estado falido, pois apresenta altos índices de violência associada a conflitos interétnicos, disputas fronteiriças, disputas por recursos naturais e favoritismo tribal em cargos públicos, por exemplo, apresentando insurgências e dissidências, indicadores trazidos por Rotberg (2003).

O caráter duradouro da violência identifica um Estado falido, e o autor (ROTBURG, 2003) exemplifica Angola, Burundi e Sudão<sup>59</sup> como Estados falidos que apresentam violência duradoura, em que as ações contra governos e regimes são inflamadas pelas demandas locais relacionadas a poder compartilhado e autonomia.<sup>60</sup>

---

58 Weak states include a broad continuum of states that are: inherently weak because of geographical, physical or fundamental economic constraints; basically strong, but temporarily or situationally weak because of internal antagonisms, management flaws, greed, despotism, or external attacks; and a mixture of the two. Weak states typically harbor ethnic, religious, linguistic, or other intercommunal tensions that have not yet, or not yet thoroughly, become overtly violent. Urban crimes rates tend to be higher and increasing. In weak states, the ability to provide adequate measures of other political goods is diminished or diminishing. Physical infrastructural networks have deteriorated. Schools and hospitals show signs of neglect, particularly outside the main cities. GDP per capita and other critical economic indicators have fallen or are falling, sometimes dramatically; levels of venal corruption are embarrassingly high and escalating. Weak states usually honor rule of law precepts in the breach. They harass civil society. Weak states are often ruled by despots, elected or not. (ROTBURG, 2003, p. 4) Traduzido pela autora.

59 Neste sentido, faz-se interessante o cuidado para não identificar heterogeneidade étnica, linguística e cultural de alguns Estados como causas de falha estatal.

60 Além disso, a violência criminal é outro indicador de falha, onde a violência nas cidades torna-se mais comum, com o espraio do tráfico de

O Sudão do Sul herdou o caráter duradouro da violência sudanesa, pois em dois anos de nascimento do país aconteceram conflitos étnicos, fronteiriços e relacionados às insatisfações do povo perante a dominação do poder público por parte de apenas um clã.

Além das guerras civis, a falta de controle das fronteiras também caracteriza um Estado como falido, em que há perda de autoridade sobre seções do território, por exemplo, que também acontece no Sudão do Sul.

Desde o fim de março de 2012, o Sudão voltou a bombardear o Sudão do Sul em diversos momentos, indicando a possibilidade de uma guerra aberta entre os rivais. Os ataques aconteceram a princípio essencialmente em torno da zona de Heglig, que assegura cerca da metade da produção de petróleo bruto do Sudão, também reivindicada pelo Sudão do Sul.

Em Bentiu<sup>61</sup>, capital do Estado de Unidade, fronteira rica em petróleo, cinco civis morreram e seis ficaram feridos em abril de 2012.<sup>62</sup> No mesmo mês, o Sudão bombardeou um acampamento de capacetes azuis da ONU também no Estado de Unidade, cidade de Mayom, rica em petróleo. De acordo com o porta-voz da UNMISS Kouider Zerruk, “Não há vítimas, ninguém foi ferido”, mas o acampamento sofreu danos, e outros bombardeios sobre Mayom deixaram sete mortos e 14 feridos.<sup>63</sup>

Além da disputa em Heglig, há conflito na fronteira de Abyei, zona contestada tomada por tropas sudanesas antes da independência do Sudão do Sul, demandando a implantação de observadores da Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNIFSA).

Artigo publicado no Diário de Notícias em 23 abril de 2012 refere-se a recuperação das forças armadas de Cartum da sua principal zona petrolífera reivindicada por Sudão e Sudão do Sul, situada na região de Heglig. O comandante do exército sudanês Kamal Marouf

armas e drogas e o aparecimento de senhores de guerra ou outras figuras que representam fortalecimento étnico, por exemplo. (ROTBURG, 2003)

61 Heglig está situado a cerca de 60 quilômetros de Bentiu.

62 Folha Uol. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1076151-sudao-volta-a-bombardear-o-sudao-do-sul-e-mata-cinco.shtml>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

63 Notícias Terra. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5721361-EI17615.00-Sudao+bombardeia+acampamento+de+capacetes+azuis+no+Sudao+do+Sul.html>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

revelou que as forças do Sudão do Sul tiveram 1.200 mortos, e Juba, capital do país, admitia a existência de poucas baixas.<sup>64</sup>

Além desta reportagem, podemos observar através de notícias publicadas diariamente no sítio do Governo do Sudão do Sul por organizações não-governamentais e jornais nacionais e internacionais, que as relações entre ambos os países permanecem tensas, e a delimitação das fronteiras e a questão da repartição dos lucros das petrolíferas são as questões-chave a serem tratadas.

Percebe-se que o Sudão do Sul evita a guerra ao retirar-se de Heglig, buscando mediação internacional e soluções pacíficas, através de consulta com membros da União Africana e da Organização das Nações Unidas para a estruturação dos próximos passos a serem tomados. Neste sentido, autoridades sul-sudanesas declararam em entrevistas que preferem recorrer à arbitragem internacional para resolver o conflito nas áreas contestadas<sup>65</sup> Abyei e Heglig.

O Ministro de Informação Barnaba Marial Benjamin<sup>66</sup> anunciou que ainda no primeiro semestre de 2012 o Sudão do Sul interrompeu a produção de petróleo devido às disputas com o Sudão, acusado de ter desviado milhões de dólares da venda do petróleo bruto durante a passagem por seu território.

Com as acusações, cerca de mil pessoas marcharam para o parlamento para apoiar a decisão do governo de encerrar a produção de petróleo.<sup>67</sup> Entretanto, as receitas do petróleo compõem 98%<sup>68</sup> da renda do Estado, demandando novas medidas de autoridade para compensar a baixa na produção de petróleo e seus derivados.

---

64 DN Globo. Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2436660&seccao=%C1frica&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2436660&seccao=%C1frica&page=-1). Acesso em: 30 mai. 2012.

65 *South Sudan News Agency*. Mais informações sobre conflitos fronteiriços disponíveis em: <http://www.southsudannewsagency.com/opinion/analyses/current-negotiations-between-khartoum-and-juba-in-addis-ababa-ethiopia-the-view-from-khartoum>. Acesso em: 30 mai. 2012.

66 Notícias Terra. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0..OI5568160-EI17615.00-Sudao+do+Sul+interrompe+producao+de+petroleo+por+disputa.html>. Acesso em: 30 mai. 2012.

67 Disponível em: <http://tpa.sapo.ao/noticias/internacional/sudao-do-sul-anuncia-medidas-de-austeridade>. Acesso em: 30 mai. 2012.

68 75% do petróleo encontra-se no Sudão do Sul, porém todos os oleodutos correm para o Norte.

Em entrevista à BBC, o vice-presidente do Sudão do Sul Riek Machar afirmou que o país sobreviveria apesar do congelamento da produção vital de petróleo, pois os serviços básicos continuariam sendo oferecidos.<sup>69</sup>

Apesar de desmentir o posicionamento de Omar al-Bashir, presidente do Sudão, de que a guerra entre as duas nações estava mais próxima que a paz, Riek Machar admitiu que não há perspectiva imediata dos dois países chegarem a um acordo sobre muitas questões que os dividem.

Os conflitos fronteiriços e interétnicos além das disputas de poder político entre os maiores clãs do país citadas anteriormente influenciam na categorização do país como Estado falido, seguindo os indicadores apresentados que predizem a falência.

Desde o início de 2011 milhares foram mortos em disputas internas, conflitos interétnicos e relacionados à disputa de gado, além de conflitos entre SPLA e as Forças Armadas Sudanesas (SAF, em inglês), resultando em execuções extrajudiciais, tortura, estupro e outros tratamentos desumanos de civis.<sup>70</sup>

Em 2011, aproximadamente 250.000 foram deslocados no país. O governo foi criticado por impunidade, por não tomar as devidas providências para punir oficiais que cometeram abusos, de acordo com relatório publicado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e examinado em matéria publicada no *Sudan Tribune – Plural News and Views on Sudan*. O relatório também cita o recrutamento de crianças pelo exército; ataques a membros de organizações internacionais no país; violência contra mulher e contra as crianças; tráfico de pessoas; violência tribal; trabalho infantil.

A Constituição Provisória do Sudão do Sul prevê penalidades criminais por atos de corrupção, mas de acordo com o relatório, o GoSS foi acusado de falhar na implementação da lei, onde os oficiais continuam a engajar-se em práticas corruptas com impunidade. A Comissão Anti-Corrupção, como já foi citado anteriormente, não tem mandato suficiente para processar os implicados em práticas corruptas.

A resposta do GoSS, também publicada no *Sudan Tribune*, foi de recusa às denúncias de violação aos direitos humanos feitas pelo

---

69 BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17080658>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

70 *Sudan Tribune*. Disponível em: <<http://sudantribune.com/US-report-accuses-S-Sudan-of-human.42724>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Departamento de Estado dos EUA, reiterando o compromisso do Governo em proteger os direitos humanos fundamentais dos cidadãos.

Barnaba Benjamin Marial, Ministro da Informação e porta-voz do GoSS refutou a autenticidade do relatório lançado pelo Escritório de Democacia, Direitos Humanos e Trabalho dos Estados Unidos; alegando que era um plano para denegrir a imagem do país.<sup>71</sup>

Como citado anteriormente, Rotberg (2003) afirma que em Estados fracos os níveis de corrupção são vergonhosamente altos, e no Sudão do Sul não é diferente, em que a elite governante já foi acusada de desvio de verbas públicas

Em Junho de 2012, *Sudan Tribune* publicou matéria<sup>72</sup> sobre a carta escrita em Maio pelo presidente Salva Kiir direcionada a oficiais corruptos que roubaram 4 bilhões de dólares no Sudão do Sul.

Através da carta, Kiir encorajava os que desviaram o dinheiro a retornar os fundos roubados de maneira parcial ou total, prometendo anistia e confidencialidade, uma medida que visava salvar a reputação do país<sup>73</sup>. A carta endereçada a 75 oficiais e indivíduos próximos ao GoSS solicitava aos destinatários que prestassem conta das grandes somas de dinheiro que eles alegadamente desviaram e tampouco depositaram em contas no exterior ou investiram em propriedades.

No sítio do jornal *South Sudan News Agency*<sup>74</sup> (SSNA), foi publicado o posicionamento do SPLM sobre a carta de Kiir aos oficiais do GoSS na matéria *South Sudan's Leading Independent News Source*. O Dr. Lam Akol, presidente do SPLM afirmou que não é novidade que o GoSS desde 2005 é essencialmente corrupto, mas agora o presidente tenta passar a responsabilidade para os outros em seu governo, em que o dinheiro doado pela comunidade internacional na esperança de ajudar o

---

71 *Sudan Tribune*. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/Sudan-dismisses-US-report-on,42751>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

72 *Sudan Tribune*. Disponível em: <[http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf\\_article&id\\_article=42815&nom\\_fichier=article\\_42815](http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf_article&id_article=42815&nom_fichier=article_42815)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

73 Foi criada pelo presidente Salva Kiir a Comissão Anti-Corrupção do Sudão do Sul (sigla SSACC, em inglês, como parte da política governamental contra a corrupção. Entretanto, o organismo não tem competência para processar os acusados de corrupção. *Sudan Tribune*. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/Civil-society-body-backs-Kiir-s,42815>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

74 Disponível em: <<http://www.southsudan.net/>>. Acesso em 24 ago. 2012.

país terminaram nas contas bancárias de líderes inescrupulosos do Sudão do Sul.

Akol ressalta que o Sudão do Sul recebeu mais de 20 bilhões de dólares só em receitas de petróleo desde 2005, e que o povo não deve ser enganado sobre a quantidade dinheiro em falta informada pelo presidente do país, no valor de 4 bilhões. Além da quantia de 20 bilhões de dólares, Akol afirma que entraram no orçamento nacional ainda subsídios e empréstimos, mas apesar de tamanha quantia, pouco foi mostrado em serviços prestados ao povo.<sup>75</sup>

Outro indicador de falha estatal é quando Estados dirigidos por hostilidade étnica vitimizam seus cidadãos ou alguns que são considerados hostis e beneficiam outros, o que provoca a reação de grupos. No Sudão do Sul, isto acontece na forma de disputas por poder entre os principais clãs que formam o Estado.

A matéria “*The Color of Ethnic Domination in South Sudan*”<sup>76</sup> publicada no mesmo sítio por Gordon Buay, ex-Secretário-Geral da Frente Democrática do Sudão do Sul<sup>77</sup> (SSDF, em inglês), aborda a questão da dominação étnica no Sudão do Sul, ponto chave para compreensão da construção da identidade nacional do país.

Buay (2012) cita que quando o país tornou-se independente, muitos esperavam que o país seria construído sob os princípios da igualdade étnica, democracia, Estado de direito e federalismo.

---

75 Além disso, o posicionamento do SPLM sobre o caso foi de que a corrupção roubava do povo fundos que deveriam ser utilizados para prover serviços básicos, educação e vida decente; os culpados deveriam ser suspensos de seus cargos e investigados pelas autoridades legais competentes; o GoSS deveria mostrar por ações e não palavras que está comprometido com o slogan “tolerância zero à corrupção”. Disponível em: <<http://www.southsudannewsagency.com/news/press-releases/position-of-the-splm-dc-on-the-presidents-letter-to-corrupt-government-officials>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

76 Disponível em: <<http://www.southsudan.net/thetribalism.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

77 A Frente Democrática do Sudão do Sul visa a implementação da democracia independente de origens étnicas, incluindo unidade na diversidade, baseada no federalismo e em sistema multipartidário. O partido defende a construção de uma sociedade que preserve o multiculturalismo, a unidade nacional e a integração nacional. *Sudan Tribune*. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/Political-vision-of-South-Sudan,23943>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

O povo do Sudão do Sul lutou pela igualdade no velho Sudão por mais de 50 anos, o que de acordo com Buay, é o argumento daqueles que almejam que o Sudão do Sul seja um paraíso de igualdade.

Entretanto, Buay (2012) destaca a dominação de poder *Dinka* no Sul e a marginalização dos sul-sudaneses pelo Norte antes da secessão, que tinham fraquíssima representação nas instituições do governo do Sudão. O argumento de Buay (2012) é que o tribalismo<sup>78</sup> político das tribos do Norte é menos destrutivo que o sul-sudanês. No Norte, a participação política era baseada mais na afiliação política do que na origem tribal, diferente do que acontece no Sudão do Sul atualmente, de acordo com o mesmo, em que a elite *Dinka* baseia a construção nacional a partir da dominação étnica.

Gordon Buay (2012) considera a dominação étnica a partir da prática de tribalismo em cada ministério do GoSS como algo extremamente perigoso, que pode até levar o país a tornar-se um Estado falido.

Os ministérios foram estabelecidos em 2005, e desde então houveram práticas de exclusão tribal. Como exemplos, Buay (2012) cita o Ministério de Assuntos Jurídicos e Desenvolvimento Constitucional, que empregava *Dinka Bor* em sua maioria; o Ministério das Finanças e Desenvolvimento Econômico, que era dominado pela tribo *Dinka*.<sup>79</sup>

O propósito do artigo do ex-Secretário-Geral Gordon Buay também é revelar à comunidade internacional as raízes das causas da violência étnica em curso do país, auxiliando na compreensão sobre a identidade nacional do novo país, focando na dominação *Dinka*, “perseguida” pelo presidente Salva Kiir Mayardit.

A violência que irrompeu em Dezembro de 2005 em Jonglei entre *Dinka* e *Nuer* e a tribo *Murle* foi alimentada por gado e principalmente fomentada pela dominação *Dinka* no poder, e envolveu o presidente Kiir, em conflito entre seu regime e os Movimentos rebeldes em Jonglei, Upper Nile e Unity State. (BUAY, 2012)

Buay (2012) afirma que negligenciar as políticas de dominação é uma técnica que foi utilizada também no Norte no passado, quando ditadores culpavam poderes coloniais por violência étnica no continente anos após a saída dos colonizadores. O ex-Secretário condena a mídia

---

78 O autor utiliza o termo tribalismo com sentido de etnocentrismo.

79 Dependendo de onde vieram os Ministros que compuseram os ministérios em 2005, os mesmos são preenchidos por uma única tribo ou clã. (BUAY, 2012)



que recusa a discriminação étnica que está sendo praticada por Kiir, e que coloca a questão como prática comum entre africanos, que dão preferência a seus grupos étnicos; confundindo domínio público e tribalismo na esfera privada.

De acordo com o Buay (2012), o que está causando a violência no Sudão do Sul é um domínio público étnico que nega a não-*Dinka* cargos públicos por causa de suas origens étnicas. Tal domínio foi responsável pela grilagem de terras em Juba, Numeli e Yei; massacre de *Shilluks* em 2010; assassinato de 10 civis *Bari* em Juba. Tal tribalismo patrocinado pelo Estado, afirma Buay, é divisivo e de forma paroquial pode levar à violência.

A experiência de muitos países africanos atestou que a política de dominação étnica que está sendo praticada pela elite *Dinka* mergulhou muitas nações em atoleiros de conflitos sangrentos e instabilidade. Antes de Yuweri Musevani assumir o poder através de revolução em 1986, o tribalismo em seu nível extremo reduziu a Uganda de um dos países mais promissores da África a um dos mais pobres. Em 1994, cerca de um milhão de mulheres, crianças, homens e jovens morreram na Ruanda porque foram massacrados por seus conterrâneos devido ao tribalismo patrocinado pelo Estado similar ao que Salva Kiir está instituindo atualmente no Sudão do Sul. É uma coisa para Salva Kiir comportar-se como chefe *Dinka* na aldeia em que pode não se preocupar com igualdade étnica em sua área administrativa. Mas é outra coisa para um Presidente de um país favorecer quem recebe um trabalho do governo, onde construir um hospital ou uma ponte, com quem ser justo em um julgamento, ou a quem dar uma bolsa de estudos para se matricular em uma universidade estrangeira. No Sudão do Sul sob Salva Kiir, a administração do Estado, os cargos políticos, os principais ministérios e comissões do governo central são compartimentadas segundo linhas étnicas e discriminação étnica e favoritismo.<sup>80</sup> (BUAY, 2012)

---

80 Experience from many African countries attested that the politics of ethnic domination being practised by *Dinka* elite plunged many nations into

Gordon Buay (2012) confirma em números seu ponto de vista, afirmando que Salva Kiir após a independência formou gabinete com 42% de oficiais *Dinka*, dando cargos centrais ao seu clã, *Dinka Rek*. O Presidente agradeceu seu estado, Warrap, com dez cargos ministeriais, o Chefe de Segurança, Chefe de Justiça da Suprema Corte do Sudão do Sul, e o Governador do Banco do Sudão do Sul. Em 2012, embaixadores *Dinka* apontados constituíam 53% dos cargos, enquanto todas as outras tribos do país combinadas formaram apenas 47%.<sup>81</sup>

Tal dominação por parte de uma única tribo em prática pode ser pior do que a marginalização étnica do Sudão do Sul por parte do Sudão no passado, onde os sul-sudaneses eram minoria dentro de um Estado dominado por muçulmanos. Os *Dinka* formam apenas 25% da população do Sudão do Sul, porém estão controlando 55% do poder estatal. (BUAY, 2012)

Buay (2012) afirma que alguns embaixadores são apontados apenas por seu lugar de origem e lealdade à classe dominante, sem possuir diploma. Logo, a afiliação tribal e favoritismo parecem mais importantes do que a capacidade intelectual e atribuições pessoais no serviço público do país.

De acordo com Buay (2012), a elite *Dinka* não está interessada em igualdade étnica, mas controle de poder estatal com posição política

---

quagmires of bloodletting strife and instability. Before Yuwari Museveni took over power through revolution in 1986, tribalism in its extreme level reduced Uganda from one of Africa's most promising countries to one of the poorest. In 1994 about a million Rwanda's women, children, men, old and young died because they were butchered by their countrymen due to state-sponsored tribalism similar to what Salva Kiir is currently instituting in South Sudan. It is one thing for Salva Kiir to behave like a *Dinka* chief in the village who may not be concerned about ethnic equality in his administrative area. But it is another thing for a President of a country to favor who gets a government job, where to build a hospital or a bridge, whom to give justice to in a trial or whom to give scholarship to enrol in a foreign university. In South Sudan under Salva Kiir, the state administration, the political posts, the key ministries and central government commissions are compartmentalized along ethnic lines and ethnic discrimination and favouritism. (BUAY, 2012). Traduzido livremente pela autora.

81 *A tribo Dinka é minoria demográfica se comparada sua população aos outros grupos étnicos sul-sudaneses. Além disso, entre os clãs Dinka, os de Unity e Upper Nile tem sido marginalizados, e não são representados em posições diplomáticas.*

e econômica dominante, desvalorizando princípios de igualdade étnica proclamados por John Garang. Além disso, Buay (2012) pontua que seguindo os princípios do SPLM de representação justa e equitativa dos grupos étnicos, os *Dinka*, que representam 25% da população, devem assumir um papel minoritário. Entretanto, como a elite *Dinka* tem operado no país de maneira inversa à proposta por Garang, o SPLM está operando como instrumento de coerção e dominação, em vez de igualdade e liberdade.

Se realmente a elite *Dinka* estiver ocupando mais posições interessada e controlar o poder, o Sudão do Sul provavelmente pode passar por mais um conflito interno, dificultando ainda mais a estruturação estatal do país.

Para o Ex-Secretário-Geral da Frente Democrática do Sudão do Sul, a construção do país tem sido caracterizada pelo monopólio econômico dos *Dinka*, dominação militarista e repressão brutal dos direitos dos partidos políticos que opõem-se ao SPLM. (BUAY, 2012)

A experiência de outros países reconhecidos como de terceiro mundo demonstra que o governo de uma minoria em um país diverso poder levar a um cenário de caos. No caso do Sudão do Sul, a maioria pode erguer-se e tomar uma ação desesperada e violenta para libertar-se do comando despótico de um grupo minoritário. (BUAY, 2012)<sup>82</sup>

A formação de movimentos rebeldes atual no país é uma consequência da rejeição à dominação étnica imposta de cima. A construção de instituições nacionais a partir do tribalismo impede diretamente a igualdade e equidade entre grupos étnicos, almejada nos discursos de independência.

Além disso, a corrupção relacionada ao favoritismo tribal já acontece no país, em que milhões são desviados para construção de mansões para alguns membros da elite, enquanto milhares de crianças morrem de doenças tratáveis. (BUAY, 2012)

As consequências da *dominação Dinka* podem ser desastrosas para o futuro do país, incitando conflitos entre grupos étnicos que sentem-se trapaceados e marginalizados e o GoSS, vide a experiência de países como Nigéria e Libéria, em que a etnização do poder estatal levou a guerras civis.

---

82 O ex-Ministro do Desenvolvimento Rural formou um Movimento rebelde um mês após a independência do Sudão do Sul por conta da rejeição do GoSS da igualdade étnica e adoção de uma Constituição Provisória com freios e contrapesos. (BUAY, 2012)

A marginalização de outras tribos e clãs pode impulsionar a violência no Sudão do Sul, mergulhar o país numa recessão econômica, além de dificultar a construção de uma identidade nacional, que fica pulverizada.

Se a elite é formada devido a sua tribo de origem, e não às suas conquistas pessoais, o sul-sudanês pode ver sua representação ameaçada, e o sentimento de pertencimento à nação desconstruído.

David de Chand, atual Presidente do SSDF, em entrevista para o *Sudan Vision*<sup>83</sup>, diário sudanês, afirmou que para compreender a situação do Sudão do Sul pós-secessão é importante considerar a falta de segurança, devido aos problemas internos do SPLM, como conflitos tribais, corrupção<sup>84</sup> e falta de desenvolvimento.

O desrespeito em relação a outras tribos associado aos *Dinka* em diversas matérias e artigos lidos parece deteriorar as situações no país, e conseqüentemente a construção das instituições nacionais e a convivência pacífica entre etnias diferentes.

Um ponto fundamental trazido por de Chand é o apelo ao reconhecimento de um sistema federal pelo SPLM, por ser difícil para uma única pessoa governar mais de 60 tribos em um cenário onde as pessoas pensam primeiramente em sua tribo, colocando a nação em segundo plano.

Entretanto, cabe salientar que existem muitas críticas em relação aos posicionamentos de David de Chand, rotulando-o como sendo leal ao regime do presidente Omar al-Bashir.<sup>85</sup>

Um Estado falido é uma forma de governo que não é mais capaz ou disposta a executar as tarefas fundamentais de um estado-nação no mundo moderno. Estados falidos exibem instituições falhas. Ou seja, apenas a instituição das funções

---

83 *Sudan Vision Daily*. Disponível em:

<<http://www.sudanvisiondaily.com/modules.php?name=News&file=article&sid=76463>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

84 David de Chand afirma que fontes europeias divulgaram que 600 bilhões de dólares em receitas do Sudão do Sul foram transferidos para bancos na Austrália, e muitos líderes do SPLM tem casas na Austrália, pois no país não há imposição de taxas anuais sobre as casas, como haveria nos EUA, por exemplo.

85 Disponível em: <<http://www.southsudan.net/ssnot.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

executivas. Se legislaturas existem de qualquer modo, elas são máquinas de carimbar. O Judiciário é derivado do Executivo ao invés de ser independente, e cidadãos sabem que eles não podem confiar no sistema judicial para compensação significativa ou ressarcimento, especialmente contra o Estado. A burocracia há muito tempo perdeu seu senso de responsabilidade profissional e existe exclusivamente para realizar as ordens do executivo e, de maneira mesquinha, oprimir os cidadãos. (ROTBURG, 2003, p. 6-7)<sup>86</sup>

Outro indicador de Estado falido comum ao Sudão do Sul é a oferta desigual de oportunidade econômica, em que apenas poucos privilegiados da elite dominante beneficiam-se enquanto os menos afortunados chegam a passar fome.

Além de todos os indicadores apresentados anteriormente, a sustentação eficiente do judiciário, legislativo e executivo são fundamentais para a estruturação de um Estado que não “falhe”<sup>87</sup>.

O Sudão do Sul corresponde a todos os indicadores de um Estado falido apresentados anteriormente<sup>88</sup>. Entretanto, o foco da pesquisa será dado no fortalecimento do Governo por parte do PNUD e

---

86 [...] A failed state is a polity that is no longer able or willing to perform the fundamental jobs of a nation-state in the modern world. Failed states exhibit flawed institutions. That is, only the institution of the executive functions. If legislatures exist at all, they are rubber-stamping machines. The judiciary is derivative of the executive rather than being independent, and citizens know that they cannot rely on the court system for significant redress or remedy, especially against the state. The bureaucracy has long ago lost its sense of professional responsibility and exists solely to carry out the orders of the executive and, in petty ways, to oppress citizens. (ROTBURG, 2003, p. 6-7) Traduzido livremente pela autora.

87 A qualidade de Estado falido não é necessariamente estática. Líbano e Nigéria, por exemplo, recuperaram de um estado de colapso para uma situação de Estados fracos. Os Estados Colapsados são versões extremas de Estados falidos. (ROTBURG, 2003)

88 Além dos critérios citados anteriormente, o autor (ROTBURG, 2003) lista ainda outros critérios que auxiliam na identificação de um Estado falido, como análise do Produto Interno Bruto (PIB), identificação da perda de legitimidade do Estado e alcance do governo central.

mais restritamente a partir da atuação da agência no processo eleitoral sul-sudanês com foco no referendo de secessão com o Sudão.

A complexa identidade social e cultural do Sudão impôs um dilema aos governos que assumiram o poder após a independência. Dominados pelos nortistas baseados em Cartum, esses governos falharam em responder às necessidades de diferentes grupos de pessoas, particularmente os habitantes do sul, localizados longe do centro de poder.

A prevenção da falência do Estado e o fortalecimento de Estados mais fracos por parte da comunidade internacional configuram-se como questões de extrema relevância no século XXI, e explicar o papel do PNUD na construção do governo em um Estado que já nasce com características de Estado falido é o objetivo de todo o trabalho, pontuado no próximo capítulo.

### **3 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NA CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL**

O presente capítulo será dividido em 4 subtópicos que abordarão o histórico do PNUD e objetivos da agência no Sudão do Sul; elementos de análise da atuação no país, com foco no trabalho realizado na área de governança democrática; a construção do governo no Sudão do Sul no período pré-secessão; governança democrática do PNUD na construção do governo do Sudão do Sul, com foco nos projetos realizados, no trabalho do PNUD um ano após a eleição, as principais críticas relacionadas a atuação do PNUD e as considerações finais da pesquisa.

As instituições internacionais desempenham papel decisivo na atual conjuntura da política mundial, em um contexto contemporâneo caracterizado pela perda relativa de poder dos Estados nacionais e necessidade de cooperação interestatal em temas cujo tratamento exige soluções comuns, como explanado no capítulo anterior em relação à governança.

Para compreender o papel das instituições, faz-se interessante explanar brevemente posições teóricas sobre a cooperação internacional, tanto as que observam as instituições internacionais com ceticismo, quanto as que sustentam sua efetividade.

Relacionado à governança, as instituições regulam e direcionam o comportamento dos governos, buscando o aperfeiçoamento dos Estados e fornecendo ferramentas para a consolidação do governo, como é o caso do PNUD no Sudão do Sul. (RONIZE, 2001)

Tal ajuda para a melhoria da capacidade de gestão do governo impulsiona a perda de características que identificam um Estado como falido, já mencionadas anteriormente.

A cooperação internacional refere-se, entre outras coisas, à ajuda ao desenvolvimento. Na atual pesquisa, a cooperação internacional é realizada através do PNUD, braço da ONU responsável pelo desenvolvimento.

A criação da ONU em 1945 surgiu como consequência direta das lições colhidas da Segunda Guerra Mundial, criando condições para um novo ordenamento das relações internacionais alicerçado na paz, cooperação e perspectiva de atuação coletiva.

Para a comunidade global, a ajuda representa um mecanismo para exprimir a solidariedade humana e para alargar as oportunidades. Um dos posicionamentos do PNUD é de que seja motivada pelos

direitos humanos, por valores religiosos, ou por sistemas éticos mais amplos, o papel da ajuda na eliminação da pobreza extrema, da fome e das mortes evitáveis é um imperativo moral, e as ações são direcionadas para isso, como será percebido nos próximos subtópicos. (PNUD, 2005, p. 78)

Todavia, a cooperação internacional cruza valores morais e interesse próprio, em que a ajuda internacional é realizada por instituições ocidentais formadas por países com interesses políticos particulares.

A cooperação internacional é consequência direta da vontade política de duas ou mais unidades políticas, sendo um instrumento de realização da Política Externa. Tal conjugação de vontades entre Estados traduz-se em instrumentos jurídicos internacionais, na edificação de quadros específicos de cooperação, na constituição de alianças e na dinamização de atividades de instituições multilaterais.

Keohane (1984) argumenta que a hegemonia tem papel crucial na formação dos regimes internacionais, e quando interesses comuns são suficientemente importantes e outras condições cruciais encontram-se, a cooperação pode emergir e os regimes podem ser criados sem hegemonia.

A cooperação requer que as ações dos indivíduos e organizações que não estão em harmonia sejam conformadas umas com as outras através de um processo de negociação que é geralmente denominado como coordenação política. Quando os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros através de coordenação política, a cooperação ocorre. (KEOHANE, 1984)

A discórdia ocorre quando os atores não procuram ajustar suas políticas aos objetivos dos outros, e pode levar a tentativas de mudança das políticas dos outros Estados. A cooperação é consideravelmente política, pois de alguma maneira os padrões de comportamento devem ser alterados. (KEOHANE, 1984)

Para John Gerard Ruggie (1982), os regimes internacionais são um conjunto de expectativas comuns, regras e regulações, planos, energias organizacionais e compromissos financeiros aceitos por um grupo de Estados.

A definição de regimes internacionais de Stephen Krasner é uma das mais completas e utilizada por diversos teóricos de RI. O autor afirma que regimes internacionais podem ser definidos como conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores



convergem em uma determinada área das relações internacionais. (KRASNER, 1983, p. 2)

Logo, o conceito é complexo pois é definido em termos de quatro componentes distintos: princípios, normas, regras e processos decisórios; em que as normas e regras são difíceis de serem distinguidas.

As instituições internacionais auxiliam ao explicarem ou preverem variações na conduta individual e coletiva dos Estados em termos de funcionamento dos arranjos institucionais, sendo determinantes da conduta na sociedade internacional. (YOUNG, 1992)

Uma instituição é “efetiva na medida em que seu funcionamento obriga os atores a se conduzirem de modo diferente daquele como se comportariam caso a instituição não existisse, ou em seu lugar existisse um diferente arranjo institucional.” (YOUNG, 1992, p. 221)

As instituições minimizam os efeitos negativos da disputa de poder derivada da anarquia e do conflito, sendo instrumentos capazes de atuar como catalisadores da cooperação internacional. (KEOHANE, 1984)

De acordo com Keohane (1984), que defende uma posição neoinstitucionalista liberal, as instituições são definidas como jogos de práticas e expectativas, ajudando governos a perseguir seus próprios interesses através da cooperação.

O liberalismo institucional pode ser resumido da seguinte forma: instituições internacionais contribuem para a cooperação entre os Estados e, assim, para aliviar a falta de confiança entre os Estados e o sentimento de medo mútuo presente no ambiente; todos considerados problemas tradicionais da anarquia internacional. O papel positivo das instituições internacionais para o aumento da cooperação entre os países, no entanto, continua a ser questionado pelos realistas. (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 170-171)

Na pesquisa, o PNUD será a instituição internacional estudada, com foco nos principais projetos realizados para a construção da governança democrática no Sudão do Sul. O PNUD permite usar a ajuda internacional por meio da coordenação do sistema das Nações Unidas como um todo. Além disso, a cooperação externa é realizada com a participação de uma rede de parceiros: governos nacionais e locais,

terceiro setor, universidades e centros de excelência, setor privado, outros organismos internacionais, entre outros.

No caso do Sudão do Sul os principais parceiros do PNUD são os governos locais, a própria Missão da ONU no Sudão do Sul e o *United Nations Integrated Referendum and Electoral Division* (UNIRED), criado pela ONU para dar assistência ao referendo, instituições financeiras internacionais, além de outras agências da ONU.

No capítulo anterior o significado de governança foi trabalhado. Aqui cabe uma breve explanação sobre governança institucional. “Governança não precisa necessariamente ser conduzida exclusivamente por governos e organizações internacionais aos quais eles delegam autoridade”.<sup>89</sup> Logo, as instituições também conduzem a governança, a partir de projetos, influência no comportamento dos governos, além de outros mecanismos. (NYE; KEOHANE, 2000, p. 12)

Neste sentido, organizações não-governamentais e firmas privadas, por exemplo, associam-se a corpos governamentais para criar governança, em que outros atores exercem funções que antes pertenciam somente à esfera do Estado-Nação, que não é mais o único importante ator no palco das políticas globais. (NYE; KEOHANE, 2000, p. 12)

O PNUD é um organismo internacional que atua para a governança democrática a partir da execução de projetos nesta área que fortaleçam principalmente os sistemas eleitorais e legislativos do países ajudados e fomentem o acesso à justiça e administração pública pela sociedade.<sup>90</sup>

No próximo tópico será abordada a experiência do PNUD em governos e seus objetivos no Sudão do Sul.

De acordo com Finemore (2004) o fato de morarmos em uma sociedade internacional significa que o que queremos e o que somos, de certa forma, é moldado pelas normas sociais, regras, entendimentos e relações que temos com os outros. As instituições internacionais desempenham papel ideológico, e neste sentido é interessante lembrar que o PNUD está ajudando a definir diretrizes políticas do GoSS, além de legitimar certas instituições e práticas no plano nacional do país.

89 Do original: “*Governance need not necessarily be conducted exclusively by governments and the international organizations to which they delegate authority.*” (NYE; KEOHANE, 2000, p. 12) Traduzido pela autora.

90 Mais informações disponíveis em:

<<http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/democraticgovernance/overview.html>.> Acesso em 04 abr. 2012.

A ONU tem sido um importante parceiro do povo sudanês há décadas, focando esforços no trabalho de salvar vidas, reduzir o sofrimento humano, prover serviços sociais essenciais, apoiar e reforçar as capacidades nacionais, além de fortalecer os mecanismos para a construção da paz. (ADAMS, 2004)

O PNUD, uma das agências que atua no Sudão desde antes da secessão, tem como Missão Social: “O PNUD se esforça para apoiar o desenvolvimento humano sustentável, através de programas de intervenção e advocacia, melhorando a governança, gestão ambiental e promovendo paz e inclusão social para a redução da pobreza.”<sup>91</sup> (ADAMS, 2004, p. 12)

### **3.1 ELEMENTOS DE ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PNUD NO SUDÃO DO SUL**

Neste subtópico serão apresentados os 3 elementos para o estudo da atuação do PNUD no Sudão do Sul, com foco na governança democrática.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi fundado em 22 de novembro de 1965, a partir da fusão do Programa Ampliado de Assistência Técnica (EPTA), criado em 1949, e do Fundo Especial das Nações Unidas<sup>92</sup>, criado em 1958.<sup>93</sup>

O PNUD é o órgão da ONU com o mandato central de combate à pobreza no mundo, caracterizado como a rede de desenvolvimento global da ONU. O PNUD trabalha ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil, atuando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros

A organização trabalha em quatro áreas principais: redução de pobreza e realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio,

---

91 Traduzido livremente pela autora.

92 O EPTA foi criado para ajudar os aspectos econômicos e políticos dos países subdesenvolvidos, enquanto o Fundo Especial foi criado para alargar o escopo da assistência técnica das Nações Unidas.

93 *UNDP. Disponível em:* <[http://www.undp.org/governance/focus\\_anti-corruption.shtml](http://www.undp.org/governance/focus_anti-corruption.shtml)>. Acesso em: 04 mar. 2012.

governança democrática, prevenção de crises e recuperação, ambiente e desenvolvimento sustentável.<sup>94</sup>

Na década de 90 a organização introduziu mundialmente o conceito de desenvolvimento humano sustentável, promovendo a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado às pessoas - não a acumulação de riquezas - como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de determinada sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo professor Amartya Sen<sup>95</sup>.

O PNUD provê consultoria especializada e treinamento, concedendo apoio aos países em desenvolvimento com ênfase na assistência aos países menos desenvolvidos e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Neste sentido, a organização foca-se em ajudar os Estados à construírem e desenvolverem soluções para os desafios relacionados à Governança Democrática, Redução da Pobreza, Prevenção de Crises e Recuperação, Meio Ambiente e Energia, HIV/AIDS; todos relacionados aos Objetivos do Milênio.

Faz-se importante salientar que pelo seu mandato e força, o PNUD coordena todas as atividades de desenvolvimento das Nações Unidas. Além disso, a organização administra o Fundo de Desenvolvimento do Capital da ONU, promovendo microcrédito em países menos desenvolvidos, e os voluntários das ONU, cerca de 7.500 voluntários de 160 países que trabalham através do voluntariado mundial.<sup>96</sup>

O PNUD trabalhou junto ao GoSS durante o período interino do CPA, concentrado em três áreas: desenvolvimento econômico, social e humano; prevenção do conflito; segurança e governança democrática.

Relacionados ao desenvolvimento econômico, social e humano, existem os seguintes projetos em curso: Construção de um Setor Financeiro Inclusivo; Apoio ao Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento da Capacidade de Troca; Apoio ao Planejamento Econômico, Programa de Recuperação do Governo Local; Apoio aos Estados; Programa Colaborativo de TB e HIV; Fortalecendo Sistemas de

---

94 UNDP. Disponível em:  
<[http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about\\_us.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us.html)>.  
Acesso em: 19 abr. 2012.

95 Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998.

96 *UNDP at Gance*. Disponível em:  
<[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/wundp\\_brochure\\_2011-ENGLISH.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/wundp_brochure_2011-ENGLISH.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2012.

Saúde; Apoio ao Planejamento de Desenvolvimento e Gestão Financeira Pública; Análise de Mapeamento de Crises e Transformação; HIV/AIDS Prevenção e Cuidados; Melhorando e Expandindo o Controle de TB; Apoio ao Desenvolvimento de Quadro de Proteção Social.

Os altos níveis de pobreza e desenvolvimento humano deplorável assolam a situação da população sul-sudanesa. Após décadas de guerras civis intermitentes, o país encontra-se atrasado em relação ao cumprimento dos Objetivos do Milênio.

Neste sentido, entre os objetivos das ações do PNUD no país, o fortalecimento das capacidades nacionais e instituições destacam-se como iniciativas centrais a serem desenvolvidas. Porém, os principais desafios enfrentados pelo Programa para a realização dos Objetivos do Milênio, são: fraca capacidade institucional das instituições nacionais, fraca coordenação entre setores, incerteza política e insegurança em grande parte do país, infraestrutura básica pobre, organizações da sociedade civil fracas e recursos limitados para o desenvolvimento. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010)

No Sudão do Sul, o Plano de Desenvolvimento busca formar a base do orçamento do Governo e programação de doadores para os próximos três anos, em que o PNUD defendeu prioridades de desenvolvimento para a realização dos oito Objetivos e estabeleceu uma relação com o Governo ao assumir certas funções governamentais. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010)

O Plano de Desenvolvimento refere-se à Constituição Provisória, direcionando o Governo à alcançar os Objetivos do Milênio através da construção de capacidade institucional adequada e infraestrutura sólida.

No sítio oficial do PNUD<sup>97</sup> são apresentadas as prioridades do Programa para Redução da Pobreza e Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio, que envolve, entre outras coisas, a promoção dos direitos básicos dos cidadãos em áreas como consolidação do Estado de Direito, finanças, planejamento urbano, etc.

Entretanto, muito é falado sobre os objetivos e pouco sobre os resultados concretos em relação a este Programa para Redução da Pobreza. Logo, nesta área de Desenvolvimento Econômico, Social e Humano, é possível elencar outras realizações do PNUD, como a construção de parcerias sólidas com o Ministério da Saúde e Comissão da AIDS do Sudão do Sul; o estabelecimento de escritórios do PNUD

---

97 Disponível em: <<http://ss.undp.org/our-work-overview.php.html>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

em todos os estados, fortalecendo a estruturação das instituições; a arrecadação de impostos, a partir das ações de voluntários da ONU.

Na área de desenvolvimento social e humano, o PNUD apoiará o Governo na administração dos recursos do Fundo Global de Combate à AIDS, Malária e Tuberculose, proverá assistência em fortalecer e expandir o sistema de saúde, provendo suporte técnico no estabelecimento e implementação do programa do Governo de transferência planejada de numerário.

Como a pesquisa foca-se na Governança Democrática, não serão apresentados os projetos realizados pelo PNUD nessa área.

Relacionados à prevenção de conflito e segurança, durante 2010 o PNUD trabalhou para fortalecer a Segurança da Comunidade, através do Programa de Prevenção de Crises e Recuperação. O programa apoiou intervenções nas seguintes áreas: Comunidade de Segurança e Controle de Armas; Fundo de Recuperação do Sudão do Sul; Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

As principais realizações deste programa foram a desmobilização de 10.604 ex-combatentes; realização de treinamento para 5.281 ex-combatentes; provisão de planejamento e recuperação dos estados; distribuição de insumos agrícolas para 47.000 pessoas; disponibilização de subsídios para agricultura, educação, saúde e projetos de saneamento, alcançando aproximadamente 55.000 beneficiários.<sup>98</sup>

Na área de prevenção de conflito e segurança, podem ser elaborados critérios para análise a partir do estudo de ações como reintegração de ex-combatentes; estabilização de áreas inseguras; promoção de *peacebuilding*; acesso à justiça no nível nacional e local; promoção dos Direitos Humanos. Como a pesquisa foca-se na Governança Democrática, não serão apresentados os projetos realizados pelo PNUD nessa área.

Neste tópico serão apresentados os principais objetivos do PNUD na área de Governança Democrática no Sudão do Sul, e no próximo serão apresentados os principais projetos e resultados alcançados nesta área, assim como os projetos em andamento, em um momento pós-eleição.

Na área de Governança o PNUD apoia mecanismos de fiscalização e de responsabilização<sup>99</sup>, construindo a capacidade do Governo em funções de auditoria e anti-corrupção, fortalecendo a

---

<sup>98</sup> UNDP *Annual Report* (2010).

<sup>99</sup> Tradução de *accountability*.

governança democrática ao apoiar um governo responsivo e descentralizado e uma agenda “pró-pobre”, através de planejamento baseado em gestão financeira pública.

Além disso, o PNUD apoiou o Governo na implementação da *Medium Term Capacity Development Strategy* (MTCDS), que visa aumentar a capacidade do serviço civil no nível estatal e nacional, onde o vácuo de capacidade é grande, inclusive por meio de cooperação sul-sul com organizações regionais como IGAD e UA.

De acordo com o relatório anual do PNUD no Sudão do Sul publicado em 2010, a construção do Estado está no cerne do compromisso do PNUD para com o Sudão do Sul, pois sem um governo estável capaz de prestar serviços ao povo, o futuro do Estado recém-formado estaria em perigo.

O PNUD tem auxiliado o GoSS a identificar as funções de governança centrais que precisam estar funcionando, para assegurar a sustentabilidade do governo no período pós-referendo. Estas funções envolvem 19 áreas prioritárias, como Estado de Direito, gestão de financiamento público, administração pública e gestão de recursos naturais.

As décadas de guerra contribuíram para a falta de capacidade humana em várias instituições do governo, e para suprir a demanda, o PNUD lançou a Iniciativa de Fixação de Capacidade Rápida (RCPI100), que iniciou seu trabalho implantando 150 especialistas diretamente nos governos estaduais, para fortalecer a capacidade de planejamento e orçamento, gestão de finanças públicas, além de outros setores.

O Estado de Direito e a segurança são prioridades compartilhadas entre o PNUD e o GoSS. Os programas de Acesso à Justiça realizados pelo PNUD contribuíram com a entrega de soluções em parceria com o GoSS e os governos estaduais do Sudão do Sul.

Neste sentido, as ações voltadas para fortalecer a segurança são fundamentais para consolidar a paz e evitar o ressurgimento de conflitos que possam desestabilizar a política e a ordem social no país.

Durante 2010 o PNUD realizou e apoiou fóruns com o intuito de promover a liderança do Executivo, dando oportunidade aos funcionários eleitos de compartilhar ideias e relatar suas conquistas e desafios. No relatório<sup>101</sup> são elencadas as principais realizações do

---

100 *Rapid Capacity Placement Initiative* (RCPI), em inglês. Traduzido pela autora.

101 No relatório é possível visualizar os resultados do Programa de Governança Democrática, a partir da descrição detalhada dos resultados.

Programa de Governança Democrática em 2010, que aumentou a Segurança e o Estado de Direito, fortaleceu a Capacidade do Governo, os Processos de Referendo e o Processo Eleitoral e melhorou o Diálogo e Coordenação.

O PNUD deu assistência ao referendo como parceiro chave do GoSS, conduzindo a votação em todos os dez estados do Sudão do Sul. O referendo, último marco do CPA, aconteceu de 9 a 15 de janeiro de 2011 e resultou na secessão do Sudão. O PNUD juntou-se com a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) para formar o *United Nations Integrated Referendum and Electoral Division* (UNIREED), dando suporte a todo o processo, em particular à Comissão de Referendo do Sudão do Sul (SSRC).

O principal papel do PNUD neste processo foi a administração de um fundo de 61 milhões de dólares, financiado por 10 países<sup>102</sup> doadores. O fundo possibilitou a realização de diversas atividades relacionadas ao referendo, como registro dos eleitores, educação eleitoral, treinamento de mídia, observação doméstica, e treinamento policial, além do fornecimento de materiais necessários para a realização do processo eleitoral.

O referendo foi um sucesso, considerado “livre, justo e pacífico”, de acordo com a Missão de Observação japonesa, que monitorou o referendo junto a observadores de vários países.

O PNUD reconheceu a importância de uma sólida governança para o futuro do Sudão do Sul, e através do Programa de Governança Democrática lançou as bases para um novo Estado, apoiando parceiros nacionais na construção de instituições democráticas, estabelecendo governança sustentável, responsável, e transparente.

O programa de Governança Democrática do PNUD no Sudão do Sul apoia o país a construir instituições democráticas e estabelecer uma governança sustentável, responsiva e transparente.

Uma estratégia de *statebuilding* empregada pelo PNUD tem sido apoiar o GoSS a identificar suas funções centrais, que incluem apoio a 19 áreas tais como estado de direito, gestão de financiamento público, administração pública e gestão de recursos naturais.<sup>103</sup>

---

102 Os 10 doadores da comunidade internacional que contribuíram com o *Referendum Basket Fund* foram: Países Baixos, Noruega, Canadá, Suécia, União Europeia, Japão, Dinamarca, Austrália, França e Reino Unido.

103 SS UNDP (2012). Disponível em: [http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/ourwork/democraticgovernance/in\\_depth/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/ourwork/democraticgovernance/in_depth/). Acesso em: 02 out. 2012.



Na área de Governança Democrática do sítio oficial são elencados os projetos<sup>104</sup>: Apoio a Polícia e Prisões; Apoio ao Ministério de Assuntos Jurídicos e do Desenvolvimento Constitucional; Apoio a Educação Jurídica e Pesquisa Acesso à Justiça e Estado de Direito; Apoio ao Judiciário; Iniciativa de Aprimoramento da Capacidade Regional IGAD; Apoio ao Gabinete do Presidente.<sup>105</sup>

Os projetos acima não serão apresentados na pesquisa, mas os projetos Apoio à Responsabilização, Apoio à Descentralização, Apoio à Democracia e Participação e Apoio à Administração Pública serão apresentados no item 3.3, que versa sobre a governança democrática do PNUD na construção do governo do Sudão do Sul, pois são ainda mais focados na área de governança.

### **3.2 CONSTRUÇÃO DO GOVERNO NO SUDÃO DO SUL PRÉ-ELEIÇÃO**

Apesar de terem sido apresentados alguns projetos do PNUD na área de Governança Democrática, neste subtópico e no próximo serão apresentados os principais projetos do PNUD no Sudão do Sul nesta área.

Neste subtópico serão apresentados projetos realizados no período pré-eleição, com foco na atuação do PNUD no pré-referendo.

No caminho para a independência, o PNUD apoiou o referendo de 2011 através de um fundo de 62 milhões de dólares, que apoiou a educação dos eleitores, registro de quase quatro milhões de eleitores, bem como pesquisa, fornecimento de cédulas e outros materiais.

O PNUD trabalhou com o Governo na construção de instituições e implementação de mecanismos que assegurem as funções essenciais do Governo, essenciais para a viabilização da largada do novo país. Até o final de 2011, o PNUD tinha incorporado mais de 120 Voluntários das Nações Unidas (UNVs) aos governos estaduais por todo o país para apoiar o esforço de construção do Estado, incluindo especialistas em gestão fiscal, receita, economia, estatísticas, administração pública, Estado de direito, planejamento urbano, engenharia civil e TI. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010)

---

104 SS UNDP (2012). Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects.html)>. Acesso em: 02 out. 2012.

105

O referendo para decidir a unidade ou independência do Sudão do Sul foi estipulado pelo CPA, e a Lei do Referendo do Sudão do Sul foi aprovada pela Assembleia Nacional em 2009, e em julho de 2010 foi criada a SSRC.

A partir da criação da lei um curto espaço de tempo foi definido para a preparação do referendo, evento de extrema importância para o povo sudanês.

O CPA também buscou construir uma democracia multi-partidária no Sudão, com mandato para realizar referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul e eleições em seis níveis: “Presidente do Sudão, Presidente do Governo do Sudão do Sul, Assembleia Nacional, Assembleia Legislativa do Sudão do Sul, Assembleias Estaduais e Governadores Estaduais”<sup>106</sup>. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010, p. 5)

A formação da Assembleia Legislativa do Sudão do Sul em 2011 foi um grande passo para a consolidação da governança democrática do país, pois solidificou a estrutura legislativa. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010)

As autoridades sudanesas foram responsáveis pelo referendo, mas as Nações Unidas proveram assistência técnica e logística para os preparativos do referendo, através do apoio em missões de paz e do exercício de ações para garantir a eficácia do processo, através do UNIRED, fusão do UNMIS *Electoral Assistance Division* e PNUD, dando suporte a todo o processo eleitoral, em particular à Comissão de Referendo do Sudão do Sul, responsável pela organização do referendo no Sudão do Sul.

O papel do UNIRED<sup>107</sup> foi dar assistência técnica ao SSRC em todas as fases do referendo, auxiliando no desenvolvimento dos arranjos logísticos, treinando o pessoal que trabalhou no referendo, transportando equipamentos necessários para o referendo, auxiliando no registro de eleitores, elaborando procedimentos eleitorais, além da coordenação com observadores nacionais e internacionais.

---

106 “*President of Sudan, President of the Government of Southern Sudan, National Assembly, Southern Sudan Legislative Assembly, State assemblies, State governors.*” Traduzido livremente pela autora. (UNDP, p. 5) Disponível em: <[http://www.sd.undp.org/doc/prodocs/dg16%20elections\\_PD.pdf](http://www.sd.undp.org/doc/prodocs/dg16%20elections_PD.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2013.

107 Disponível em: <<http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Referendum/UNIRED.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2013. Acesso em: 29 mar. 2013.

Entre as medidas anti-fraude utilizadas nas eleições estiveram a apresentação de um cartão de registro com número único que correspondia ao número do formulário de inscrição, além de medidas como perfuração do cartão dos eleitores após a votação para evitar o voto múltiplo.

Neste sentido, cabe salientar que o PNUD integrou seu esforço junto ao UNMIS e ao UNIRED como parceiros no processo de realização do referendo.

A partir da leitura de documentos publicados pela ONU como “Factsheet Sudan Referendum 07012011”<sup>108</sup> percebe-se que a UNMIS e o UNIRED proveram assistência ao SSRC, (340 funcionários do UNIRED trabalharam para apoiar o SSRC no Sudão do Sul) e o PNUD financiou tais ações como a distribuição via voos domésticos de material para votação, de equipamentos de TI a manuais de educação eleitoral a partir do *UNDP Basket Fund*<sup>109</sup>, fundo gerido pelo PNUD, que recebeu doações de países como Austrália, Dinamarca, Japão, Noruega, entre outros.

O projeto *Support to Southern Sudan Referendum (SSSR)* implementado em 2010 é um dos principais projetos realizados pelo PNUD no processo de preparação do referendo. O projeto tinha como objetivos apoiar o CPA na condução de um referendo transparente; apoiar o referendo assegurando que o povo pudesse exercer seu direito de escolha; fortalecer a polícia, sociedade civil e mídia durante o processo.

Os principais objetivos do projeto foram distribuídos em seis áreas diferentes: unidade de gestão de projetos, fortalecimento da mídia, apoio para educação eleitoral e educação civil, introdução de princípios de observação doméstica, desenvolvimento de capacidades do SSRC e apoio a outras organizações.

---

108 *Factsheet*. Disponível em:

<[https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmis/documents/factsheet\\_sudan\\_referendum07012011.pdf](https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmis/documents/factsheet_sudan_referendum07012011.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

109 De acordo com o orçamento do projeto, o montante necessário para realização do mesmo seria de 58.523.650 dólares. Em setembro de 2010 7.2 milhões de dólares foram gastos, principalmente na compra de material de inscrição, aluguel de depósitos e para estabelecimento de postos.

No primeiro relatório de implementação trimestral do projeto, publicado em setembro de 2010<sup>110</sup>, percebe-se que o desenvolvimento do referendo foi um processo desafiador, devido às múltiplas variáveis e aos curtos prazos.

Nestas seis áreas o UNIRED realizou *workshops* voltados para a educação eleitoral, criou materiais eleitorais como adesivos, camisas e *banners*, estabeleceu contato com rádios e televisões locais para cobertura nacional, treinou policiais para a segurança do referendo, planejou a logística para armazenamento e transporte dos materiais necessários para a votação, entre outras ações pontuais.

Como foi citado anteriormente, a estrutura de ação para realização do referendo foi integrada, com a cooperação de agências e comissões para o mesmo fim, a exemplo do UNIRED. Nessa fase a responsabilidade maior do PNUD foi a gestão do fundo comum e coordenação com os doadores, apesar de também ter provido assessoria técnica junto a UNMIS, que ficou responsável por toda a assessoria administrativa do UNIRED.

A assessoria técnica eleitoral especializada precisou ser fortalecida em Cartum, Juba e Abyei, e foi realizada pelo PNUD e a UNMIS mais uma vez de forma integrada, mas com a presença menor do PNUD em campo, em relação à força operacional da missão de paz.

Além disso, o PNUD liderou a prestação de apoio complementar seguindo as intervenções da ONU. Tal apoio complementar é simbolizado pela assistência técnica e administrativa fornecida pelo PNUD.

Aparentemente, esta forma de ação integrada criou sinergias e evitou a repetição de ações, tanto do PNUD quanto UNMIS além de parceiros como UNPOL e UNIFEM, por exemplo.

Na página 12 do relatório trimestral do projeto são apresentados os principais desafios enfrentados durante a execução do projeto nos primeiros meses de implementação e também as oportunidades geradas.

O principal desafio apresentado foi o curto prazo para realização do referendo, que pressionou a implementação do projeto. Além disso, outros desafios são citados, como a necessidade de uma estruturação rápida das estruturas do SSRC no Sudão do Sul e do estabelecimento de novas relações de trabalho integradas com culturas

---

110 Disponível em:

<http://www.sd.undp.org/projects/referanda/south/1st%20QPR%20Oct%204th%202010.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2013.

organizacionais diferentes, representada pela união dos times da UNMIS e do PNUD.

A principal oportunidade apresentada no relatório é a realização do trabalho de maneira integrada, pois tal estrutura integrada fortalece o apoio das Nações Unidas para o processo, facilitando a implementação de decisões na gestão.

Um dos principais projetos do PNUD relacionado a construção do governo do Sudão Sul é intitulado “Suporte às Eleições e Processos Democráticos”<sup>111</sup>, instituído em abril de 2009 no país, que relaciona-se com o CPA pois é parte de um programa de assistência ao Governo da Unidade Nacional<sup>112</sup>, e GoSS na implementação do CPA.

Os principais objetivos do projeto são apoiar o processo democrático no Sudão, as eleições em 2010 e a participação dos eleitores; e prover assistência à Comissão das Eleições Nacionais<sup>113</sup> (NEC, em inglês), o Alto Comitê das Eleições do Sudão do Sul<sup>114</sup>, *Political Parties Affair Council*<sup>115</sup> (PPAC, em inglês), além de outros atores no processo democrático como partidos políticos, mídia, jovens, e grupos com necessidades especiais. (SSSR Project UNIRED, 2010, p. 1)

O projeto enquadra-se na área de governança democrática, em que o PNUD tem como objetivos fortalecer instituições nacionais, realizar as eleições, promover a participação das minorias, apoiar o desenvolvimento da comissão eleitoral e de outras instituições fundamentais para sustentar a democracia no país, além de promover a sustentabilidade no período pós-eleitoral. (SSSR Project UNIRED, 2010, p. 9)

A assistência eleitoral do PNUD no Sudão visa apoiar a realização das eleições reconhecidas como verossímeis e transparentes por observadores nacionais e internacionais, e promover a participação dos eleitores e outras

---

111 “*Support to Elections and Democratic Processes*”. Traduzido pela autora.

112 *Government of National Unity* (GoNU, em inglês). Traduzido pela autora.

113 O NEC atua na administração das atividades eleitorais no Sudão. O projeto analisado é operado sob pedido oficial de assistência do NEC.

114 “*Southern Sudan Elections High Committee*”. Traduzido pela autora.

115 Tem a função de registrar e monitorar atividades dos partidos políticos com base no Decreto dos Partidos Políticos 2008 (*Political Parties Act 2008*, em inglês) (UNDP, p. 5). Traduzido pela autora.

partes interessadas da sociedade civil em todos os eventos de fortalecimento da democracia. É importante ressaltar que a duração do Projeto Apoio às Eleições e Processos Democráticos está programada para Dezembro 2010 para assegurar transição adequada ao período pós-eleitoral estratégico. Como um exercício de propriedade nacional, o PNUD respondeu a um pedido oficial de assistência à Comissão Eleitoral Nacional (CNC) e ao Conselho de Assuntos de Partidos Políticos (CAPP) para o fornecimento de materiais, treinamento de pessoal, apoio logístico e conscientização do eleitor. (SSSR Project, UNIRED, p. 8)<sup>116</sup>

Em abril de 2008 o projeto teve início, com um Plano de Iniciação de Projeto<sup>117</sup> que permitiu que o PNUD realizasse algumas funções essenciais para o estabelecimento das eleições nacionais no Sudão, como o recrutamento de funcionários-chave e mobilização de contribuições financeiras, etc. (UNDP ANNUAL REPORT, p. 8)

O projeto é respaldado oficialmente sob mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Assembleia Geral e pelo *Country Programme Action Plan* (CPAP). A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) também relaciona-se ao projeto, pois a Resolução do Conselho de Segurança 1590 (2005) mandou que a Missão deveria prover apoio às eleições e referendo a partir do fornecimento de orientações.

O projeto apresenta o processo eleitoral no Sudão, e apesar de o presente trabalho ser um estudo sobre a governança no Sudão do Sul, tal

---

116 UNDP's electoral assistance in Sudan aims to support the holding of elections recognized as transparent and credible by national and international observers, and to promote the participation of voters and other civil society stakeholders in all democracy strengthening events. Importantly, the Support to Elections and Democratic Processes Project duration is scheduled through December 2010 to ensure proper transition into the strategic post-electoral period. As a nationally-owned exercise, UNDP responded to an official request for assistance to the National Elections Commission (NEC) and the Political Parties Affairs Council (PPAC) for materials provision, training of staff, logistical support and voter awareness. (SSSR Project, UNIRED, p. 8) Traduzido pela autora.

117 *Project Initiation Plan* (PIP, em inglês). Traduzido pela autora.

documento será utilizado como fonte pois para explicar o período pré-eleitoral os documentos utilizados versam também sobre o Sudão.

O ciclo eleitoral no projeto envolve três fases: “as preparações pré-eleitorais, o período eleitoral e as estratégias pós-eleitorais” (SSSR Project, UNIRED, p.10)<sup>118</sup>. Entretanto, a maior parte do ciclo concentra-se no período pré-eleitoral, que envolve cinco fases principais: “quadro legal, planejamento e implementação, treinamento e educação, registros e nomeações e campanha eleitoral” (SSSR Project, UNIRED, p. 10).<sup>119</sup>

Este subtópico tem como foco o período pré-eleitoral, por isso serão apresentadas as atividades planejadas pelo PNUD para assistência eleitoral.

O PNUD apoia atividades em seis áreas de produção: programa de educação cívica e eleitoral; programa de monitoramento da mídia e treinamento de profissionais da mídia; programa de apoio a observação doméstica do processo eleitoral desenvolvido e implementado; apoio ao NEC; apoio ao *Political Parties Affairs Council* (PPAC); apoio a outras partes interessadas e reforço da capacidade do judiciário, polícia, mulheres e jovens no processo democrático.

Em todas estas áreas o projeto enfrentou dificuldades devido às condições políticas e culturais, como o alto número de pessoas analfabetas; a restrita cobertura da mídia, pois menos de 50% da população tem acesso a rádio, TV ou jornais; e a falta de experiência da população em processos democráticos.

O projeto Apoio ao Referendo 2011<sup>120</sup>, realizado de 2010 a 2012 pela *Canadian International Development Agency* é um dos principais projetos para a pesquisa, pois buscou a realização das eleições de maneira pacífica e legítima e teve como parceiro o PNUD.

No setor eleições o projeto dedicou 60% de suas ações, em participação democrática 35%, e no fluxo livre de informação 5%.<sup>121</sup>

Pode-se afirmar que a participação de 99% de eleitores em todos os estados do Sudão no Sul no referendo é um dos resultados do projeto, assim como a transferência de conhecimento aos cidadãos sobre suas responsabilidades e funções enquanto eleitores a partir da

118 Traduzido pela autora.

119 Retirado do gráfico “*Figure 1: The Electoral Cycle*”, publicado na página 10 do projeto. Traduzido pela autora.

120 *Support for 2011 Referendum*, em inglês.

121 Mais informações disponíveis em: <<http://www.acdi-cida.gc.ca/cidaweb/cpo.nsf/projEn/A034997001>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

distribuição de materiais eleitorais e a realização de treinamento de policiais, jornalistas, juízes e observadores gerais.

Neste projeto o PNUD contribuiu com a doação de 9.142.520,00 dólares do seu fundo comum para o referendo, que foram investidos de novembro de 2010 a dezembro de 2012.

Pelo que se lê nos relatos de observadores internacionais, em artigos de grandes jornais e também nos discursos de membros do PNUD, o referendo foi transparente e verossímil, e foi considerado pelos observadores internacionais como realizado de forma pacífica e transparente, com o registro de aproximadamente 3,9 milhões de pessoas, em que 98.8% votaram a favor da secessão.

Apesar de todas as diferenças e todas especificidades das ações da ONU no Timor Leste, considerando que a cultura, localização geográfica, situação política e jogos de interesse dos dois Estados são diferentes, ainda sim faz-se interessante realizar uma comparação com a construção do governo do Timor Leste pela ONU, ao passo que o país também sofria com conflitos interétnicos, e teve sua governança estruturada com ajuda da ONU, que também trabalhou nas eleições no Timor.

No Timor Leste também foi realizado referendo em 1999 em que a população votou pela independência, e foi estabelecida uma missão de paz da ONU que incluía exercer toda a autoridade legislativa e executiva no país até sua independência formal.

No caso do Timor a ONU realmente criou a estrutura política essencial para a consolidação do Estado, em que o Representante Especial do Secretário Geral (SRSG) atuou como chefe de Estado interino, coordenando todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento e consolidação administrativa e política do Estado.

No Sudão do Sul, entretanto, o PNUD não assume diretamente todas as funções ligadas ao executivo e judiciário, mas trabalha junto ao GoSS.

A missão da ONU no Timor também foi responsável pela realização de eleições para presidência em 2002, quando houve transferência de poderes da ONU para as autoridades timorenses e o Timor Leste tornou-se independente.

A missão de paz da Organização das Nações Unidas no Timor Leste – a UNMIT é considerada uma missão de sucesso da ONU, e atualmente é pensada a possibilidade de a ONU retirar a missão pois o país tem conseguido manter a estabilidade e promovido o desenvolvimento, que são objetivos finais de missões de paz promovidas por agências onusianas.



Apesar de ser considerada um caso de sucesso da atuação da ONU por muitos autores, cabe salientar que o país estava mais estabilizado apenas em 2002, e a ONU estava presente desde 1999.

No Sudão do Sul a ONU tem atuado através do PNUD na construção do governo desde 2011, e devido às condições instáveis do país na atualidade e a velocidade observada na consecução dos projetos pelo PNUD, não é possível vislumbrar ainda a possibilidade da ONU retirar-se do país, ao passo que o PNUD ainda trabalha junto ao GoSS, como será visto no próximo tópico 3.3.

### **3.3 A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DO PNUD NA CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DO SUDÃO DO SUL**

Neste subtópico serão apresentados os principais resultados dos projetos realizados pelo PNUD na área de Governança Democrática no período pré-referendo assim como será apresentada a situação da Governança no Sudão do Sul um ano após sua independência.

#### **3.3.1 Principais Projetos Realizados na Área de Governança Democrática**

Os principais resultados alcançados através do Programa de Governança Democrática, na área de Fortalecimento da Capacidade Governamental, foram: implantação de 150 voluntários da ONU em Ministérios do governo através da Iniciativa de Colocação de Capacidade Rápida, em que 77 foram colocados e outros estão sob recrutamento; o PNUD está co-localizado em 16 Ministérios do GoSS e Comissões, incluindo o Gabinete do Presidente, Finanças e Planejamento Econômico, Ministério do Interior, Ministério de Assuntos Jurídicos e outros, provendo assistência com desenvolvimento de capacidades.

Na área de fortalecimento eleitoral e processo de referendo, os resultados obtidos são os seguintes: apoio ao referendo através da gestão de 61.000.000 de dólares do *Basket Fund* para aquisição de cédulas de votação, educação eleitoral e outras atividades em todo o país; o referendo foi avaliado como livre, justo e verossímil, de acordo com grupos de observadores internacionais; assistência às eleições democráticas de Abril de 2010 através do treinamento de observadores e da mídia; provisão de campanhas de educação eleitoral e de material de

votação, e gestão de fundos de doadores agrupados; formação inicial fornecida a todas as Assembleias Legislativas dos dez estados em supervisão e funções de representação. (UNDP ANNUAL REPORT, 2010, p. 11)

Na área de diálogo melhorado e coordenação, as conquistas apresentadas no relatório foram as seguintes: o Fórum dos Governadores em 2010 permitiu aos estados compartilhar informação sobre os desafios do desenvolvimento e realizações; reuniões para ajudar o GoSS a identificar as funções essenciais de governança foram realizadas; dez fóruns de Delegados, um por estado, foram realizados, permitindo o diálogo em nível estadual em questões políticas essenciais entre os governos municipais.

Na área de Maior Segurança e Estado de Direito, as principais realizações foram: construção de salas de aula, instalações médicas e mecanismos de saneamento e água no novo Serviço Policial do Sudão do Sul; academia de formação, em que a primeira classe teve mais de 5.000 recrutas formados, incluindo 250 oficiais da polícia mulheres; mais de 25.000 policiais foram treinados em segurança de referendo, em parceria com a UNPOL; expansão da capacidade de aplicação da lei e cobertura, com 63 novas delegacias construídas e postos sendo construídos em todos os estados do país.

O projeto Apoio à Responsabilização<sup>122</sup> buscou fortalecer os mecanismos de responsabilização e transparência do GoSS a partir do desenvolvimento de capacidade de dois anos programado com a Comissão de Combate à Corrupção do Sudão do Sul (SSACC) e a Câmara Nacional de Auditoria.

O projeto<sup>123</sup> tornou a capacidade institucional de pessoal no SSACC capaz de investigar e processar casos de corrupção, além de reforçar a capacidade de rotina e de auditorias especializadas.

O objetivo do projeto Apoio à Democracia e Participação<sup>124</sup> é fortalecer a transparência dentro do governo a partir do desenvolvimento de uma fiscalização e responsabilização mais efetivas, reforçando a

---

122 *Accountability*. Tradução livre da autora.

123 *SS UNDP (2012)*. Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-accountability.html/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-accountability.html/). Acesso em: 18 out. 2012.

124 *SS UNDP (2012)*. Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-democracy-and-participation.html/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-democracy-and-participation.html/). Acesso em: 18 out. 2012.

capacidade da sociedade civil e da mídia de influenciarem no discurso nacional em desenvolvimento político e no processo de governança.

O programa fortaleceu as capacidades da Assembleia Legislativa no processo de fiscalização e tomada de decisão; institucionalizou processos de fluxo de informação entre a Assembleia Legislativa Nacional e a sociedade civil; melhorou a cobertura da imprensa dos procedimentos parlamentares.

O projeto Apoio à Administração Pública<sup>125</sup> tem como objetivo apoiar o GoSS na reforma do setor público e fortalecimento do serviço civil, abordando níveis de capacidade legal, regulatório, institucional, entre outros.

Além disso, a iniciativa busca implementar capacitação de tutoria; fortalecer o serviço público; apoiar mecanismos de coordenação para reforma do serviço público; impulsionar processos de desenvolvimento de capacidade.

Os resultados alcançados pelo projeto foram o desenvolvimento de uma estratégia de reforma do setor público compreensiva; implementação de uma estratégia de desenvolvimento de capacidade e de habilidades para o serviço público através do IGAD; reforço do “*Diaspora Desk*”.

O projeto Apoio à Descentralização<sup>126</sup> visa implementar um Programa de Apoio à Descentralização com o Gabinete do Presidente do Sudão do Sul, Conselho de Estado e o Conselho de Administração Local, buscando apoiar também as tentativas do GoSS de fortalecer a administração descentralizada.

O projeto conseguiu aumentar o desenvolvimento local, melhorar a transparência e responsabilização na administração pública e aprofundar o processo democrático, de acordo com o sítio oficial.

---

125 SS UNDP (2012). Disponível em: <[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-public-administration.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-public-administration.html)>. Acesso em: 20 out. 2012.

126 SS UNDP (2012). Disponível em: <[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-decentralisation.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-decentralisation.html)>. Acesso em: 20 out. 2012.

### 3.3.2 Situação da Governança no Sudão do Sul um ano após a Independência

Este item apresentará um panorama do Sudão do Sul após a independência, apresentando projetos que mantiveram-se, resultados obtidos até o momento e a situação atual da governança no país.

A construção do Centro Nacional de Direito Consuetudinário, por exemplo, enfrentou diversos desafios, como a compreensão variada entre os atores tanto estatutários e consuetudinários sobre as distinções entre os dois corpos da lei. Além disso, não há capacidade suficiente para administrar e supervisionar o funcionamento dos tribunais consuetudinários em conformidade com a Constituição e as leis do país (SS UNDP, 2012).

O discurso de George Conway proferido em Mesa Redonda Sobre Descentralização e Articulação Intergovernamental no Sudão do Sul ilustra uma dificuldade enfrentada pela agência no processo de descentralização do sistema de governo, que é a complexa estrutura de sistemas de governança tradicionais.<sup>127</sup>

O Sudão do Sul tem a maior lacuna de capacidade na África, em que os indicadores de desenvolvimento estão entre os piores do mundo. Além disso, a insegurança alimentar que assola o continente africano<sup>128</sup> é um grande desafio ao desenvolvimento da governança, pois dificulta o processo de capacitação de funcionários do governo, por exemplo, além de manter o Estado fraco.

A insegurança alimentar no Sudão do Sul está ligada às políticas erradas, às fracas instituições e aos mercados em falência. Esta insegurança surge como paradoxo, pois apesar da secessão e do maior

---

127 Publicado em 28 de Junho de 2012. SS UNDP (2012). Disponível em: <[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan.html)>. Acesso em: 31 out. 2012.

128 Entre 2006 e 2008, 218 milhões de pessoas (uma em 4) estavam desnutridas na África, incluindo 55 milhões de crianças. No Sudão do Sul, uma em cada sete crianças morre antes do quinto aniversário. SS UNDP (2012). Disponível em: <[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/articles/2012/06/05/national-launch-of-the-first-africa-human-development-report.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/articles/2012/06/05/national-launch-of-the-first-africa-human-development-report.html)>. Acesso em: 31 out. 2012.

investimento externo, está em seu nível mais alto desde a assinatura do CPA em 2006 – atingindo atualmente 4,7 milhões de pessoas.<sup>129</sup> Desta maneira, o crescimento econômico parece insuficiente para lidar com a natureza multifacetada da pobreza e do desenvolvimento humano.

Além disso, o Sudão do Sul enfrenta muitos desafios ambientais, como mudança climática, desmatamento acelerado, aumento da poluição e competição por água. (CONWAY, 2012)<sup>130</sup>

A corrupção desponta como um entrave sério, que põe em risco todo o progresso feito, impactando todos os níveis governamentais. Apesar dos sinais de que o governo tem feito progresso na introdução de medidas de responsabilização e transparência, há muito a ser feito para garantir que as medidas propostas possam dissuadir a má gestão de recursos públicos.

A criminalidade em geral é maior nos estados de Equatoria Central, Equatoria Ocidental e Equatoria Oriental, e na região do Nilo, enquanto é baixa na região de Bahr el Ghazal.<sup>131</sup>

O grande número de repatriados<sup>132</sup> coloca alguns desafios para o país, que são intensificados pela falta de oportunidades econômicas e conflito por recursos.

Desde Outubro de 2010 cerca de 377.000 repatriados voltaram ao Sudão do Sul, principalmente do norte. Desse total, cerca de 72.000 voltaram para Northern Bahr Gazal, que com assentamentos com pouco planejamento começou a crescer rapidamente, salientando os fracos utilitários públicos e aumentando o risco de superlotação e os problemas de saúde associados.<sup>133</sup>

129 *Ibid.*

130 SS UNDP (2012). Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/03/28/george-conway-undp-country-director-a-i-launch-of-the-environmental-impact-risks-and-opportunities-assessment-juba-south-sudan/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/03/28/george-conway-undp-country-director-a-i-launch-of-the-environmental-impact-risks-and-opportunities-assessment-juba-south-sudan/). Acesso em: 31 out. 2012.

131 SS UNDP (2012). Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/undp-country-director-statement-at-the-official-launch-of-the-crime-statistics-report/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/undp-country-director-statement-at-the-official-launch-of-the-crime-statistics-report/). Acesso em: 31 out. 2012.

132 Pessoas que voltam à sua terra natal.

133 SS UNDP (2012). Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/05/24/george-conway-undp-country-director-a-i-handover-of-land-certificates-to-returnees-aweil-northern-bahr-el-ghazal/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/05/24/george-conway-undp-country-director-a-i-handover-of-land-certificates-to-returnees-aweil-northern-bahr-el-ghazal/). Acesso em: 31 out. 2012.

Em relação à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio os principais desafios são a fraca capacidade das instituições nacionais, fraca coordenação entre setores, incerteza política e insegurança em muitas partes do país, infraestrutura básica pobre, falta de desenvolvimento e estratégia anti-pobreza, organizações da sociedade civil fracas e recursos limitados para o desenvolvimento.<sup>134</sup>

---

134 O Primeiro ODM “Erradicar Fome Extrema e Pobreza” tem dois alvos: reduzir pela metade entre 1990 e 2015 a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia; reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem com a fome. O *status* no Sudão do Sul é de que embora a fome crônica tenha reduzido de 48% para 33% entre 1995 e 2006, mais de 90% da população vive com menos de 1 dólar por dia. O Segundo ODM “Alcançar Educação Primária Universal” tem como meta garantir que até 2015 meninos e meninas de todo país sejam capazes de concluir um ciclo completo de ensino primário. No Sudão do Sul, embora 1,3 milhões de crianças estejam matriculadas na escola primária, apenas 1,9% completa o nível. Ademais, a relação de alunos por professor é impressionante, chegando a 1.030. O Terceiro ODM “Promover Igualdade de Gênero e Autonomia das Mulheres” tem como meta eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária e em todos os níveis de educação até 2015. No Sudão do Sul, entretanto, as meninas constituem apenas 27% das matrículas no ensino primário, e mais de 90% das mulheres são analfabetas. O Quarto ODM “Reduzir Mortalidade Infantil” busca reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos. No país, embora esta taxa tenha diminuído de 250 (por mil nascidos vivos) em 2001 para 135 em 2006, uma em cada oito crianças morre antes de completar o quinto aniversário. O Quinto Objetivo “Melhorar a Saúde Materna” tem como meta reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna. O Sudão do Sul tem a maior taxa de mortalidade materna do mundo, de 2.054 mortes para 100.000 nascidos vivos. O Sexto Objetivo Combater HIV/AIDS, Malária e Outras Doenças visa parar o HIV/AIDS até 2015 e reverter sua propagação e parar a malária e outras principais doenças até 2015 e começar a reverter a incidência destas doenças. Embora haja informação limitada sobre HIV/AIDS no país, relatórios mostram aumentos anuais na taxa de prevalência e conhecimento limitado entre a população sobre prevenção. Além disso, a malária é considerada hiperendêmica no Sudão do Sul. O Sétimo Objetivo “Assegurar Sustentabilidade Ambiental” tem como alvos: integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais; reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico; ter atingido em 2020 uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de favelas. No país apenas 48,3% da população tem acesso a água potável, e apenas 6,4% tem acesso a saneamento. Disponível em: <<http://www.bsf-south->

Junto ao GoSS, O PNUD atualmente apoia os 29<sup>135</sup> Ministérios do Sudão do Sul; Serviços da Polícia Nacional do Sudão do Sul; CSAC *Bureau; Peace Commission*, Governos Estaduais; Gabinete do Presidente; Diretório de Descentralização; Conselho de Estados; Assembleia Legislativa; o Judiciário; as Comissões Independentes Câmaras; os parceiros para o desenvolvimento; além das ONGs envolvidas no processo de *statebuilding* sul-sudanês.

No sítio oficial do GoSS existe a sessão<sup>136</sup> *United Nations*, informando sobre as instituições das Nações Unidas no Sudão do Sul. O texto publicado nesta sessão aponta a importância da ONU no processo de intensificação dos esforços de paz e construção.

Uma das recomendações do PNUD ao Governo é a descentralização política, administrativa e fiscal; fortalecendo o alinhamento entre prioridades do Governo e o desenvolvimento das necessidades das comunidades.<sup>137</sup>

A descentralização é articulada no Ato do Governo Local de 2009 e está enraizada na Constituição de Transição de 2011, que reconhece a importância de delegar alguma autoridade política, administrativa e fiscal governamental aos governos nos níveis subnacionais. Esta Constituição também faz referência aos três níveis do Governo sendo estruturados com base na descentralização.<sup>138</sup>

O PNUD apoia também o GoSS na implementação do Plano de Desenvolvimento do Sudão do Sul (SSDP, em inglês) 2011-2013<sup>139</sup>,

[sudan.org/sites/default/files/MDG%20Handbook.pdf](http://sudan.org/sites/default/files/MDG%20Handbook.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2012.

135 GOSS. Disponível em: <<http://www.GoSS-online.org/magnoliaPublic/en/ministries.html>>. Acesso em: 19 out. 2012.

136 GOSS. Disponível em: <<http://www.GoSS-online.org/magnoliaPublic/en/United-Nations.html>>. Acesso em: 19 out. 2012.

137 SS UNDP. Discurso do *Diretor Country a.i* do PNUD George Conway. Disponível em: <[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan/)>. Acesso em: 29 out. 2012.

138 *Ibid.*

139 *South Sudan Development Plan 2011-2013*. Disponível em: <<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.jdt-juba.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F02%2FSouth-Sudan-Development-Plan-2011->

programa que visa apoiar os planos do governo para construir sua própria capacidade, desenvolver políticas pró-pobre, melhorar sistemas de saúde e reintegrar ex-combatentes.<sup>140</sup>

O SSDP foca na construção de instituições fortes, para promover um estado transparente e responsável, melhorando a capacidade em todos os níveis do governo.

Nesta área, o PNUD tem trabalhado na elaboração e implementação de políticas que ajudem a garantir crescimento inclusivo e construam a confiança do cidadão sul-sudanês.

Com o apoio do PNUD e da comunidade internacional, o GoSS foi capaz de construir poços e reservatórios, estradas, postos policiais, delegacias e fornecer equipamentos agrícolas e infraestrutura necessária para reduzir violência e insegurança.

Os impactos de tais projetos refletem no empoderamento do povo, que pela primeira vez foi consultado pelo GoSS sobre seus problemas. Esse processo serve como mecanismo para que as comunidades possam decidir coletivamente como lidar com a insegurança.

Os programas também estendem a autoridade do Estado, provendo ao GoSS a informação necessária para oferecer serviços que atendam às necessidades das pessoas; e fortalecem a plataforma de negociação entre o Governo e as comunidades, construindo confiança mútua e promovendo um contrato social entre o povo e o Governo.<sup>141</sup>

No documento “*State building in South Sudan The UNDP Experience*” escrito por Francis Luwangwa, gerente de projeto do PNUD, informações sobre o foco estratégico do PNUD no Sudão do Sul e os principais resultados alcançados ilustram as realizações da agência no país, como por exemplo: 32 ministérios e 17 comissões independentes foram criados e câmaras foram estabelecidas; uma assembleia legislativa funcional está ativa; assembleias legislativas estaduais são igualmente operacionais; após 24 anos de guerra as primeiras eleições multipartidárias foram realizadas; instituições de

---

[13.pdf&ei=rY2QUIXSKovi8gSulICADw&usg=AFQjCNGI2Uz7Q0sP9kaT91-Z1cHQlt6KAA](#)>. Acesso em: 30 out. 2012.

<sup>140</sup> UNDP. Disponível em:

<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/articles/2012/02/03/south-sudan-undp-board-approves-first-ever-country-programme-for-new-state/>>

Acesso em: 31 out. 2012.

<sup>141</sup> *Ibid.*



direito foram estabelecidas; mais de 3.000 quilômetros de estrada de terra foram estabelecidos ligando cidades e vilas.

Entretanto, alguns dados são alarmantes, e impõem grandes desafios a saúde, como por exemplo: 90% da população vive abaixo da linha de pobreza definida internacionalmente; 92% das mulheres não sabem ler e escrever; 20% da população convive com a insegurança alimentar; uma em cada sete crianças morre antes de completar cinco anos; 80% da população não tem acesso aos centros de saúde; apenas 6,4% da população tem acesso a instalações sanitárias; menos de 2% da população completa o ensino primário; o país tem uma das taxas mais altas de mortalidade materna do mundo; há um grande déficit de capacidade no país, em que 50% dos servidores públicos tem apenas educação primária, e apenas 5% são graduados; em todos os escritórios e ministérios há necessidade de treinamento e assistência técnica.

O PNUD apoiou as eleições de 2010 a 2011 e continua a contribuir na área de governança democrática, mesmo dois anos após as eleições. Com o trabalho do PNUD nesta área muitas pessoas passaram a ter acesso à ajuda legal graças à criação de centros de justiça que desde 2011 já assumiram muitos casos.

Além disso, os projetos realizados em áreas como desenvolvimento econômico e social contribuíram também para melhorar a governança no país, pois projetos que melhoraram o acesso a serviços básicos como reservatórios de água, construção de escolas, delegacias, hospitais e postos de saúde, por exemplo, melhoram substancialmente a vida da população local.

No documento “*South Sudan: Six months after Independence (UNDP UPDATE)*” publicado pela ONU em março de 2012 são exibidas prioridades para o desenvolvimento do Sudão do Sul na época em que o documento foi publicado, que se apresentam após seis meses de independência.

Neste sentido, cabe aqui uma reflexão sobre a atual situação do Estado sul-sudanês. O Sudão do Sul ainda é um Estado falido?

Logo após a independência o Governo lançou o Plano de Desenvolvimento do Sudão do Sul (SSDP, em inglês), que teve o apoio do PNUD enquanto parceiro, como medida do governo para prover serviços a seus cidadãos.

O PNUD continua trabalhando no país mesmo após as eleições desenvolvendo este plano, que desde a independência busca o fortalecimento do país a partir de três áreas: crescimento econômico, social e humano; prevenção de conflito e segurança e governança democrática.

Aparentemente o plano parece ser abrangente, é considerado pelo documento medida de direcionamento do GoSS, um “roteiro para o futuro”, (UNDP UPDATE, p. 1, 2012) embora seja complicado pensar na construção de um Estado baseado em apenas um plano de ação.

Após a independência o PNUD tem atuado ainda na gestão fiduciária de doações de parceiros internacionais e tem trabalhado próximo ao GoSS, articulando reuniões entre grupos e organizações interessadas para discutirem a implementação do SSDP.

Ao indicar recomendações como a construção da capacidade nacional e melhoria da infra-estrutura, o GoSS demonstra as dificuldades de um Estado que ainda sofre com problemas que caracterizam um Estado falido, como a falta de uma estrutura legislativa, executiva e judiciária funcional, de *know-how* para extração e exportação do petróleo, de estradas pavimentadas; e existência de fronteiras porosas em conflito, entre outras características que serão exploradas nas considerações finais da pesquisa.

A partir de 2012 o PNUD passa a concentrar suas ações nas três áreas acima citadas com foco no apoio de mecanismos de responsabilização que incluem o desenvolvimento de medidas anti-corrupção no GoSS e solidificação da governança democrática; apoio à implementação de outra iniciativa do GoSS, a *Medium Term Capacity Development Strategy* (MTCDS), que busca fomentar a melhoria do serviço civil; apoio ao crescimento inclusivo a partir do investimento no setor privado em setores como agricultura e acesso a crédito; apoio ao GoSS na administração de fundos voltados ao fortalecimento da saúde, na luta contra a AIDS, malária e tuberculose; apoio na área militar a partir de ações como reintegração de ex-combatentes, estabilização de áreas e expansão do acesso à justiça.

O presidente do Sudão do Sul anunciou no final de 2011 que o GoSS iria prover 17 ações, como a criação de postos policiais e fortalecimento do Estado de direito, e o PNUD tem apoiado o GoSS na realização destas ações desde então.

O PNUD tem realizado também consultas em todos os municípios do estado de Eastern Equatoria a partir de um projeto na área de segurança e controle de armas, articulando o governo local e o povo na elaboração de soluções na área.

Possivelmente estes são os principais projetos atuais focados em melhorias futuras realizados pelo PNUD desde a independência do Sudão do Sul.

Neste mesmo documento há um artigo sobre a aproximação do PNUD e Sudão do Sul. Apesar de ser um documento publicado pelo

próprio PNUD, os números apresentados são interessantes para ilustrar as ações da agência no país.

Afirma-se que o PNUD prestou apoio crítico na realização do referendo em 2011, a partir da gestão de um fundo de 65 milhões de dólares que possibilitou a educação eleitoral de 4 milhões de eleitores, assim como os materiais necessários para a realização do mesmo.

Além disso, o PNUD construiu instituições nacionais desenvolvendo assim a capacidade institucional do GoSS, em que a participação de voluntários da ONU nos governos estaduais foi interessante para o treinamento dos funcionários locais, além de outros resultados alcançados por projetos realizados na área de governança já apresentados anteriormente.

Como foi visto, o PNUD realizou projetos em prol da governança democrática no país, mas o governo do Sudão do Sul ainda enfrenta diversos desafios, e o PNUD continua a atuar no país mesmo após as eleições. Para solidificar o estudo sobre o papel do PNUD neste processo de construção da governança, serão apresentadas as principais críticas da atuação da agência no Sudão do Sul no próximo item.

### **3.3.3 Críticas à Atuação do PNUD na Governança Democrática do Sudão do Sul**

Neste subtópico serão reunidas críticas sobre a atuação do PNUD na construção da Governança Democrática no Sudão do Sul, a partir do estudo de artigos publicados sobre o papel do PNUD que vão além dos documentos oficiais publicados pela ONU, na busca por um viés crítico de análise do processo. Além disso, também serão apresentadas conclusões em relação ao estudo realizado neste trabalho dos documentos oficiais lançados pelo PNUD e pela ONU.

No artigo *“We are laying the groundwork for our own failure”*, publicado por Jort Hemmer em 2013 o autor discorre sobre a UNMISS, e apesar de não focar-se na atuação do PNUD, o artigo é útil para o estudo pois ambos atuaram como parceiros, e o material que verse especificamente sobre a atuação do PNUD com um viés mais crítico ainda é escasso.

A UNMISS começou a atuar no Sudão do Sul em julho de 2011, sob a resolução 1996 adotada pelo Conselho de Segurança. Uma das críticas do autor sobre o trabalho da UNMISS é a de que o mandato da missão é excessivamente ambicioso, com objetivos difíceis de serem alcançados, criando assim expectativas frustrantes. Além disso, a missão divide-se internamente em relação ao tratamento de algumas questões,

como no monitoramento das violações de direitos humanos por agentes do governo, por exemplo, ao passo que a missão deve trabalhar junto ao governo e agir imparcialmente.

Estes elementos contraditórios do mandato dificultam as ações da UNMISS, que deve ser crítica ao lidar com os oficiais do governo evitando também um embate diplomático, o que limita o espaço operacional da missão. Todavia, esta é uma das consequências que resulta da escolha de uma atuação múltipla como é a realizada pela UNMISS.

Uma situação que demonstrou que as relações entre a missão e o governo não estão tão boas foi a expulsão de uma funcionária da ONU que trabalhava com monitoramento de direitos humanos, por conta de um relatório publicado sobre o processo de desarmamento em Jonglei.

O autor (HEMMER, 2013) afirma que a missão enfrenta problemas como a falta de recursos e de meios aéreos adequados, a desconfiança em relação ao SPLA, falta de clareza em relação ao mandato e de definição das ações, pouca seletividade na escolha das ações prioritárias, dilemas políticos, fraca coordenação interna, entre outros.

Na área de reintegração de refugiados, por exemplo, a cobertura tem sido incompleta, apesar dos esforços de agências da ONU.

A literatura provê evidência crítica limitada sobre o papel do PNUD, pois a grande maioria das publicações até o momento são lançados pelas próprias agências da ONU.

Em relação ao estudo dos documentos lançados pelo PNUD, a ausência de relatórios que descrevam a situação dos projetos dificulta a pesquisa, além de que a análise de resultados descritos não é rica o bastante. Por exemplo, ao apresentar o projeto “Apoio ao Gabinete do Presente” no sítio oficial<sup>142</sup> o PNUD disponibiliza documentos que apresentam apenas os resultados pretendidos e não os alcançados, mesmo após a conclusão do projeto, como é o caso citado.

Em alguns casos, os resultados são resumidos em tabelas, descritos de maneira geral como “Todos os escritórios da Presidência estão eficientemente e efetivamente gerenciados”, e são apresentados prazos, parceiros, fundos, doadores, orçamento planejado, e quantidade gasta.

---

142 Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/closed-projects/democratic-governance/support\\_to\\_officeofthepresident.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/closed-projects/democratic-governance/support_to_officeofthepresident.html).

Acesso em: 30 out. 2012.

Projetos que já encerraram, ao menos de acordo com a data final prevista exposta na visão global do projeto, como o Fundo de Recuperação do Sudão do Sul: Rodada Um - Meios de Subsistência e Recuperação, perdem credibilidade na pesquisa pois não são disponibilizados na área “Documentos Relacionados” do projeto no sítio<sup>143</sup> nenhum relatório sobre os resultados alcançados, apenas o Resumo do Projeto. Não é possível assegurar que o projeto realmente encerrou apenas pelo *status* estar ativo no sítio, pois percebe-se que o mesmo não é atualizado com frequência.

Além disso, em 2010 foi publicado Relatório Anual do PNUD<sup>144</sup>, e são citados no mesmo os principais resultados alcançados no ano.

Em termos de ações do PNUD durante a realização do referendo, este documento ressalta que a atuação da agência focou-se na gestão do fundo comum para ao referendo. Como foi colocado anteriormente, o UNIRED foi a fusão do PNUD e da Missão para realização do referendo, mas não fica claro quando as ações são tomadas pelo PNUD ou quando são articuladas pela Missão.

Desta maneira, é difícil afirmar o papel efetivo do PNUD na articulação política com o GoSS, que parece muito eficaz de acordo com os documentos publicados pela agência. Entretanto, o papel do PNUD enquanto gestor fiduciário e como articulador do diálogo com parceiros internacionais repete-se em diversos documentos.

Como espera-se de um país recentemente independente que ainda experencia o conflito diariamente e a falta de infraestrutura, há muitas lacunas em torno da disponibilidade dos dados. A maioria da literatura publicada repousa em releituras de relatórios já publicados. Além do PNUD, o Banco Mundial e a UNESCO (*UN Educational, Scientific and Cultural Organization*), por exemplo, coletaram dados sobre o Sudão do Sul, e apesar de os dados terem fortalecido as ações destas instituições, parece que existem muitos dados e pouca tradução destes dados em respostas políticas.

---

143 Disponível em:  
<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/crisis\\_prevention\\_and\\_recovery/south\\_sudan\\_recovery\\_fundroundone-livelihoodsandrecovery.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/crisis_prevention_and_recovery/south_sudan_recovery_fundroundone-livelihoodsandrecovery.html)>. Acesso em: 30 out. 2012.

144 Disponível em:  
<<http://www.ss.undp.org/content/dam/southsudan/library/Reports/UNDP-SS-2010-Annual-Report-final.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

Pós-CPA a capacidade das instituições do país para pesquisa melhorou, mas ainda há limitações de capacidade na nova burocracia em incorporar os dados das pesquisas realizadas por diversas agências em programas de desenvolvimento. (MAXWELL; GELSDORF; SANTSCHI, 2012)<sup>145</sup>

Os conflitos étnicos no Sudão do Sul emergem além das divisões tribais por combinação de falta de recursos e crise de governança, e essa crise é evidente na região de Kordofan.

Neste caso, o conflito que poderia ser resolvido com medidas legais através dos sistemas costumeiros de posse de terra não o são pois os sistemas estão fracos, e o PNUD tinha como objetivo na área de governança fortalecer o sistema judiciário.

Os autores (MAXWELL; GELSDORF; SANTSCHI, 2012) não citam o trabalho do PNUD no fortalecimento do Estado de direito, mas afirmam que o trabalho do GoSS tem sido dificultado por falta de capacidade e pela reflexão sobre os mecanismos que consolidem a identidade nacional do sul-sudanês no processo jurídico, que acaba tornando-se um trabalho lento, pela necessidade de harmonização do direito costumeiro entre seus diferentes corpos e entre o direito estatutário.

Neste sentido, o papel do PNUD faz-se importante pois os direitos humanos e o direito humanitário internacional influenciam esta harmonização do sistema jurídico.

O Decreto do Governo Local, Judiciário, o Código Penal e o Código de Processo Penal são ações do governo para averiguação do direito costumeiro e a legislação no país, mas ainda há críticas de que cortes de alto-nível favorecem alguns, desfavorecendo os mais pobres.

O estabelecimento de iniciativas governamentais do Sudão para o Sudão do Sul focaram-se por muitos anos na expansão agrícola, em que muitas terras foram vendidas para corporações implementarem mecanismos agrícolas avançados e investirem em biocombustível.

O GoSS tem instituições desde 2005 que apoiam meios de subsistência, mas ainda há falta de capacidade em alguns Ministérios, como o da Agricultura, que sofre com a falta de capacidade técnica e administrativa satisfatória.

Apesar da emergência de alguns programas de desenvolvimento social, muitos programas implementados por agências externas ainda não "decolaram". (MAXWELL; GELSDORF; SANTSCHI, 2012)

---

145 O artigo produzido pelos autores faz parte de uma série produzida pelo *Secure Livelihoods Research Consortium* (SLRC).

No relatório publicado pela *Human Rights Watch* a organização apresenta alguns desafios enfrentados pelo Sudão do Sul, como conflitos interétnicos e relacionados à disputa por recursos, que mataram cerca de 2.600 pessoas apenas em 2011, demonstrando que "O governo falhou em cumprir sua responsabilidade de proteger civis dessa violência." (HUMAN RIGHTS WATCH WORLD REPORT, 2011, p. 1)

Desta maneira, percebe-se que o PNUD não foi capaz de cumprir a função de solidificar a governança do Sudão do Sul a partir da melhoria de suas capacidades, pois o governo não foi capaz de evitar o grande número de mortes.

Neste relatório também constata-se que há ainda falta de treinamento adequado da polícia e juízes, por exemplo, o que compromete a governança do país. Cabe aqui mencionar que no ponto 3.2 foram apresentados projetos do PNUD na área de treinamento da polícia e de membros do judiciário, com a realização de oficinas com a participação de funcionários da ONU e de parceiros africano do IGAD. Aparentemente, os resultados apresentados pelos documentos do PNUD não são tão decisivos assim, pois há ainda notável falta de capacidade jurídica e policial.

No campo político, já foi mencionado que há disputa tribal e que há também insatisfação por parte de alguns partidos políticos em relação à dominância do SPLM.

Entretanto, nesta área é delicado julgar a qualidade do trabalho do PNUD, ao passo que os objetivos de ação envolviam o diálogo direto construtivo com o GoSS, mas se a interferência do PNUD nestes diálogos políticos fosse muito acentuada poderia gerar discussões sobre os limites de sua intervenção na soberania do Estado em moldes ocidentais na influência do diálogo entre partidos locais que sofrem com clivagens interétnicas únicas.

A partir da leitura dos relatórios publicados pelo PNUD, percebe-se a presença de diversas organizações atuando em uma mesma área com projetos similares aos do PNUD, mas a falta de conexão entre organizações não otimiza o trabalho humanitário, além de que os recursos financeiros poderiam ser melhor canalizados.

A partir da análise da situação dos projetos, percebe-se a realização de obras em número menor ao que foi estipulado; atraso na realização de projetos; gastos abaixo do orçamento pretendido; fraca atualização dos relatórios de trabalho; baixa articulação com outras organizações e disponibilização de dados.

As críticas apresentadas são fundamentais para compreensão do papel do PNUD no processo de construção do Governo do Sudão do

Sul, pois indicam que a situação do governo poderia estar melhor se as diretrizes políticas fossem mais diretas, claras, e aplicadas com mais celeridade.

A atuação do PNUD no Sudão do Sul tem auxiliado na estruturação de instituições em áreas fundamentais para a consolidação do país. Porém, há muito a ser feito em relação a implementação dos projetos propostos, além das críticas já expostas.

Durante o processo eleitoral, o PNUD focou esforços na administração dos fundos de investimento, e talvez o foco no trabalho burocrático não tenha sido uma boa opção em um momento de parceria com a UNMISS que demandava solidez e não foi harmônico o suficiente.

No período pós-eleitoral os projetos do PNUD na área de governança democrática conseguiram capacitar muitas pessoas, ao menos de acordo com os dados apresentados no tópico 3.3, coletados no sítio do PNUD.

Entretanto, as diretrizes dos projetos apresentados parecem excessivamente ambiciosos para os prazos estipulados, e carecem de foco e clareza, alguns objetivos são gerais e repetem-se em projetos diferentes, o que dificulta a implementação rápida e efetiva dos projetos propostos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais novo país do mundo tornou-se independente após cerca de quatro décadas de guerra civil que devastaram as vidas dos sudaneses. Somadas, todas as guerras no Sudão formam a mais longa guerra na história da África moderna, afetando as vidas de milhões de pessoas.

Apesar do potencial do país e da atuação do PNUD para o fortalecimento de sua governança, o Sudão do Sul é atualmente um Estado falido, aparecendo em quarto lugar (após o Sudão) no *Failed States Index*.

Além de considerar apenas o *Failed States Index*, o Sudão do Sul pode ser considerado falido pois o governo ainda não pode oferecer serviços públicos essenciais aos seus cidadãos e de acordo com indicadores de falência apresentados anteriormente no primeiro capítulo da pesquisa, como oferta desigual de oportunidade econômica, ausência de sustentação do judiciário, legislativo e executivo, etc.

Além disso, O Sudão do Sul identifica-se como Estado falido pois ainda sofre com conflitos interétnicos e transfronteiriços, favoritismo tribal; existência de reservas de petróleo mas falta de tecnologia para extração e distribuição; disputas entre SPLA/M e a população; fraca capacidade institucional; fraca capacidade dos funcionários públicos; existência de um sistema legislativo, judiciário e executivo em formação; maior índice de mortalidade infantil do mundo; um dos piores sistemas de saúde básica; além de outros diversos problemas sociais como um dos maiores índices de analfabetismo<sup>146</sup> do mundo. Todos os problemas mencionados impossibilitam a formação de um Estado consolidado.

Foram identificados também outros problemas que indicam falência do Estado, como a maioria da população vivendo abaixo da linha de pobreza; insegurança alimentar; alto número de refugiados e deslocados internos; dependência de ajuda internacional, seja a partir de fundos comuns, envio de funcionários para treinamento da capacidade local, investimentos, policiamento, elaboração de programas e projetos de desenvolvimento, etc; falta de infra-estrutura básica, como estradas que conectem os estados e cidades; falta de saneamento básico; escassez de água, fraca infraestrutura rural, de comunicação e de mercado etc;

---

146 Apesar da nova Constituição garantir o direito à educação, atualmente 2% da população completou ensino primário.

além dos problemas específicos ligados à segurança, considerada serviço básico fundamental para o fortalecimento do Estado.

Estas são algumas das principais demandas do GoSS na atualidade, e um dos papéis do PNUD neste momento é auxiliar o GoSS no fortalecimento de suas capacidades para lidar com todas estas dificuldades enfrentadas pelo Estado.

A literatura atual impulsiona o desenvolvimento de políticas a partir da apresentação de muitos dados sobre áreas como desenvolvimento econômico, social e humano, governança segurança, mas ainda há muitas lacunas em relação a literatura que não provenha dos documentos oficiais do PNUD ou de outras agências da ONU. Além disso, alguns autores que tratam sobre o tema governança no Sudão do Sul referem-se às agências internacionais como "ajuda internacional", generalizando as mesmas, tornando assim impossível afirmar se estão tratando do PNUD, de alguma outra agência da ONU ou até mesmo de outra instituição internacional.

Mesmo assim, é possível inferir quando um autor refere-se ao PNUD ao identificar iniciativas externas voltadas ao acesso de serviços básicos e desenvolvimento, por exemplo, ao passo que o PNUD é a agência líder de desenvolvimento da ONU e tem diversos projetos no Sudão do Sul neste sentido. Entretanto, percebe-se que muitos projetos foram implementados, mas falta objetividade e rapidez na execução dos projetos, que tem demandas de curto prazo mas estão sendo realizados a longo prazo.

Em relação à proposta da pesquisa, a partir da leitura de artigos produzidos por acadêmicos de outras instituições foi possível perceber que o trabalho do PNUD durante o período pré-eleitoral foi bem realizado, pois as eleições foram consideradas como transparentes, verossímeis e seguras; mas foram apontadas algumas dificuldades em relação ao período pós-eleitoral na área de governança.

Por exemplo, em relação à necessidade de resolução de disputas de terra e de harmonização dos vários sistemas consuetudinários de posse de terra, que são significantes para melhorar a governança, ao passo que envolve a expansão do Estado de direito para áreas rurais mais remotas do país em um país em que 83% da população do país é rural, não foram identificados projetos do PNUD neste sentido na sessão sobre os principais projetos de governança publicados no sítio oficial, que já foram apresentados anteriormente no 2.4.

Para construção do trabalho foram utilizados artigos científicos, artigos de jornais, livros, periódicos, relatórios e outros documentos oficiais. O trabalho foi baseado a partir de uma revisão da literatura

existente sobre o contexto de independência do Sudão do Sul e seu nascimento com características de Estado falido, sobre as considerações de autores em relação aos critérios de identificação de um Estado falido, sobre a governança internacional a partir do estudo de autores consagrados na área e finalmente sobre o papel do PNUD na construção da governança do Sudão do Sul, abarcando desde o período pré-eleitoral até um ano após a independência.

Uma boa governança democrática é uma característica essencial de um Estado soberano, e no Sudão do Sul a governança ainda deixa muito a desejar. Como foi citado anteriormente, o Estado é fraco ainda em diversas áreas, e apesar do trabalho do PNUD em parceria com a UNMISS em vários momentos, o GoSS ainda não desenvolveu suas capacidades como era esperado pelos projetos desenvolvidos.

Algumas críticas ao trabalho do PNUD já foram elencadas anteriormente, mas também foi identificado, a partir da leitura de matérias publicadas em diversos jornais locais, o fraco diálogo com a sociedade sul-sudanesa para identificação das principais demandas do povo, que é fundamental para consolidação de uma governança democrática.

Além disso, percebe-se que a parceria junto ao UNMISS durante a administração financeira tirou o foco do PNUD de suas capacidades enquanto agência fomentadora do desenvolvimento, pois a agência assumiu neste momento a função de distribuidora de recursos financeiros, focando-se nos aspectos burocráticos desta função.

Ao assumir tal função o PNUD parece ter enfraquecido o monitoramento de seus projetos, a partir da observação de que os relatórios sobre o andamento dos projetos em governança passaram a ser publicados em um longo período de tempo, e quando foram publicados apresentaram alguns dados pontuais e não foram tão aprofundados.

Tal mudança de foco pode ter tornado a atuação do PNUD na área de governança democrática mais lenta, algo crítico frente à situação atual do Sudão do Sul, que demanda uma atuação mais decisiva e rápida por parte do PNUD.

Apesar de todos os desafios, o Sudão do Sul tem um grande potencial a ser desenvolvido para deixar a categoria de Estado falido, pois tem a riqueza do petróleo e recursos minerais diversos; tem terras agrícolas férteis e clima ameno. Com combinação apropriada do setor público e privado, o país tem grande potencial para crescer. Além do PNUD, outras agências da ONU e ONGs tem apoiado o desenvolvimento de capacidades no setor público. Além disso, existem

grandes oportunidades econômicas no setor privado, que ainda não foi bem explorado, devido à capacidade inadequada no setor privado.

O Sudão do Sul deve quebrar os padrões politicamente repressivos de governança característicos do Sudão para emergir como um país firme e independente. Para isso, a comunidade internacional deve contribuir positivamente, fortalecendo o engajamento construtivo com o governo em instituições chave de governança, desenvolvimento, ajuda humanitária, desenvolvimento econômico e segurança; para desenvolver uma governança baseada na justiça, igualdade e paz sustentável.

Muitas lições podem ser tiradas a partir dos resultados dos projetos, como a necessidade de uma melhor definição dos papéis e responsabilidades para um planejamento de trabalho mais integrado e a importância do fortalecimento das capacidades individuais.

O poder econômico, político, militar e social invocado para estabelecer o colonialismo na África relaciona-se com a busca por lucro, vantagem política contra outros poderes europeus e o compromisso de “civilizar” nativos.

Como aconteceu com outras colônias europeias, o Sudão do Sul lutou por sua liberdade, igualdade e justiça. O processo de construção de uma nação é complexo e lento, e no Sudão do Sul não é diferente, ao passo que o país enfrenta dificuldades como conflitos étnicos, fome e fraca infraestrutura.

Entretanto, o país possui terras férteis para agricultura, clima favorável e corpos d'água abundantes, como o Rio Nilo, apropriado para produção de alimentos, criação de animais e pesca. Em discurso em uma feira de agronegócios, o presidente Salva Kiir afirmou que não havia razão para a existência de desnutrição infantil quando o país possui mais de 11.000.000 de rebanhos de gado. Todavia, grande parte da população sofre com a insegurança alimentar.

As origens dos problemas atuais no Sudão do Sul estão ligadas ao legado desigual do sistema colonial do século vinte, que construiu um sistema institucional segregado na África. O legado da escravidão no período pré-colonial, por exemplo, tem tido sérias consequências no período colonial e pós-colonial no Sudão do Sul.

Os conflitos políticos violentos associam-se diretamente com o legado da escravidão e colonialismo, que estruturam as relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre o Estado pós-colonial e seus grupos oprimidos. Neste sentido, as percepções ideológicas da diferença e hierarquia construídas pela escravidão e institucionalizadas

pelas políticas coloniais mantiveram o Estado pós-colonial, e a violência política presente no país é reflexo destes processos histórico-políticos.

O colonialismo político europeu pode pertencer ao passado, mas as consequências morais e culturais do colonialismo ainda fazem parte do presente.

O cristianismo, islamismo e crenças diversas no caldeirão africano de religiões criam um ambiente de competição e também um ambiente onde as crenças ocasionalmente fundem-se, criando uma África constantemente renovada.

O Sudão do Sul é um país multiétnico que recentemente libertou-se da influência islâmica do Norte, porém tem que lidar com as lutas entre os diversos clãs que compõem sua sociedade.

O processo de construção da nação sul-sudanesa depende enormemente da união entre os povos que a formam e da consolidação da paz há muito almejada. Tal processo requer a atuação coordenada de diferentes esferas e instituições, e consequentemente das ações daqueles que as formam, seguindo uma lógica construtivista. Sem cooperação, transparência e diálogo entre os poderes que formam o Estado e entre o mesmo e a sociedade civil, será difícil para o Sudão do Sul superar a corrupção que já assola a política e a economia, dificultando o trabalho dos que lutam por uma sociedade mais justa.

Além disso, o país deve resolver as disputas fronteiriças com o Sudão urgentemente e manter ao menos uma relação estável com o vizinho que dificultou por tanto tempo seu crescimento.

O Sudão do Sul conta com o apoio financeiro de diversas organizações internacionais, que tem estabelecido projetos para a melhoria do país e trabalho para seu desenvolvimento. Entretanto, como já foi apresentado anteriormente, organizações diversas tem atuado em áreas comuns sem diálogo; representando a possibilidade de um gasto de tempo maior na conclusão de projetos e um dispêndio maior de recursos, considerando que as ideias poderiam ser discutidas e trabalhadas em conjunto, com a canalização de esforços e recursos, já que as áreas e até mesmo os procedimentos são os mesmos, ou muito parecidos.

Os resultados sobre a atuação do PNUD no Sudão do Sul desde a independência já foram detalhados, e apesar dos obstáculos que surgiram neste trabalho, sejam os trazidos pela própria agência como os relacionados aos conflitos interétnicos e disputas partidárias, ainda há tempo para que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento harmonize suas parcerias, torne suas ações mais objetivas, pontuais e

rápidas, para que o Sudão do Sul tenha um governo sólido e transparente.

Todavia, o papel do PNUD vai perdendo foco ao passo que o país desenvolve-se. O Sudão do Sul em breve irá completar dois anos de independência, e espera-se que a autonomia de suas instituições torne o país independente também de organizações internacionais.



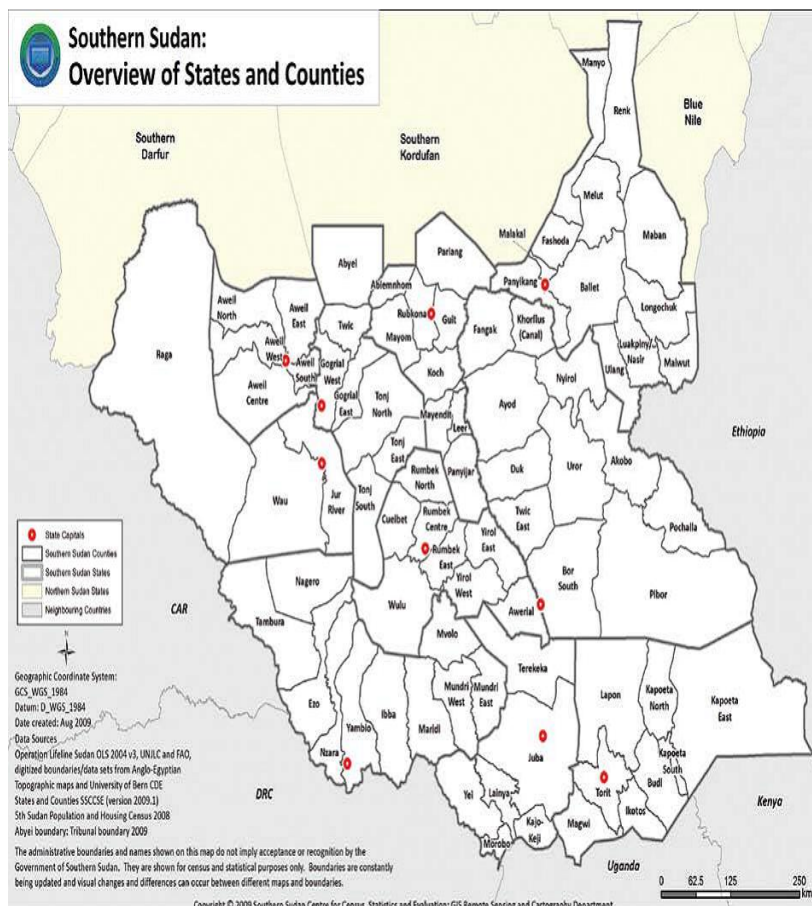


Figura 2 – Mapa dos Estados e Municípios do Sudão do Sul.

Fonte: *Southern Sudan Centre for Census, Statistics and Evaluation: GIS Remote Sensing and Cartography Department.* (2009) Disponível em:

<<http://erininjuba.files.wordpress.com/2011/03/south-sudan-map-counties1.png>>. Acesso em mar.2013.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADMUS, Isiaka Alani. **Nosso Darfur, Darfur deles: a política desviante do Sudão e a nascente limpeza étnica em uma emergente anarquia Africana**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, Aug. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 nov. 2010.

BALDWIN, David Allen. **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993.

BUAY, Gordon. **The Color of Ethnic Domination in South Sudan**. In: Sudan Tribune, 2012. Disponível em:

<[http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf\\_article&id\\_article=41947&nom\\_fichier=article\\_41947](http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf_article&id_article=41947&nom_fichier=article_41947)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

CASTRO, Therezinha De. **África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Arte Poética Livros, 1981.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global. Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996

CONWAY, George. **Press Center Speeches**, 2012. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/05/24/george-conway-undp-country-director-a-i-handover-of-land-certificates-to-returnees-aweil-northern-bahr-el-ghazal/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/05/24/george-conway-undp-country-director-a-i-handover-of-land-certificates-to-returnees-aweil-northern-bahr-el-ghazal/)>. Acesso em: 31 out. 2012.

COSTELLO, Steven. **A Second 'Split' For South Sudan?** Carnegie Council, 2011. Matéria disponível em:

<[http://www.carnegiecouncil.org/publications/articles\\_papers\\_reports/0093.html](http://www.carnegiecouncil.org/publications/articles_papers_reports/0093.html)>. Acesso em: 08 ago. 2012.

DIAB, Sudan: **A Failed State?**, 2010. Disponível em:

<<http://oladiab.wordpress.com/2010/09/19/sudan-a-failed-state/>> Acesso em 02 abr. 2013.

DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Philipp. **Global Governance as a Perspective on World Politics**. Global governance: A Review Of Multilateralism and International Organizations 12 (2): 185-203, 2006

ELNUR, Ibrahim. Contested Sudan: **The political economy of war and reconstruction**. Routledge, Durham Modern Middle East and Islamic World Series, University of Durham, 2009.

FERRO, Marc. **O Livro Negro do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A., 2004.

FINNEMORE, Martha; BARNETT, Michael. **Rules For The World**. In: International Organizations in Global Politics – Cornell University Press Ithaca and London, 2004

FUKUYAMA, Francis. **A Construção de Estados: Governação e Ordem Mundial no Século XXI**. Gradiva Publicações, 2005.

GHONIEM, Amira A. **United Nations Peacekeeping Operations: Improvement for Mission Success**. Ethics of Development in a Global Environment, E297B, 2003. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/class/e297a/United%20Nations%20Peacekeeping%20Operations.pdf>>. Acesso em 12 set. 2012.

HEMMER, Jort. **We are laying the groundwork for our own failure**. Clingendael Institute, No. 25, 2013. Disponível em: <[http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20130100\\_cru\\_policybrief\\_no\\_25\\_unmiss.pdf](http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20130100_cru_policybrief_no_25_unmiss.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2013.

HUMAN RIGHTS WATCH WORLD REPORT, 2011. Disponível em: <[http://www.hrw.org/sites/default/files/related\\_material/southsudan\\_2012.pdf](http://www.hrw.org/sites/default/files/related_material/southsudan_2012.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2013.

IDRIS, Amir H. **Conflicts and Politics Of Identity in Sudan**. Hampshire: Palgrave Macmillian, 2005.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KARABOLAD, Natalia. **Os Caminhos e Desafios para Governança Global e a Responsabilidade Socioambiental como Ferramenta à Sustentabilidade**. Disponível em:

<[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/Os%20Caminhos%20e%20Desafios%20para%20Governan%C3%A7a%20Global.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Os%20Caminhos%20e%20Desafios%20para%20Governan%C3%A7a%20Global.pdf)>.

Acesso em 03 abr. 2013.

KARNS, M. P.; MINGST, K. A. **International organizations: the politics and processes of global governance**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2010.

KEOHANE, Robert. After Hegemony: **Cooperation and Discord in the World Political Economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

LETURCQ, Jean-Gabriel. **Heritage-Making and Policies of Identity in the Post-Conflict Reconstruction of Sudan**. Égypte Monde Arabe, número 3, 2010. Disponível em:

<<http://ema.revues.org/index2904.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

LUWANGWA, Francis. **State building in South Sudan The UNDP Experience**. Disponível em:

<<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&ved=0CGQQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.enticoevnts.com%2Ffss%2Fpdfs%2Fsubmit-report%2Fday-2%2Fhuman-resources%2Fundp-francis-luwangwa.pdf&ei=ZFS9UKKbLZPzqwGGooCYAg&usq=AFQjCNFh5aoGcgiIm0ItLgQGwkMrLM01Rg>>. Acesso em: 09 dez. 2012.

MAXWELL, Daniel; GELSDORF, Kirsten; SANTSCHI, Martina.

**Livelihoods, basic services and social protection in South Sudan**.

Feinstein International Center, Working Paper 1, 2012. Disponível em:

<<http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7716.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2013.

MAZRUI, Ali A. **Africa's International Relations: The Diplomacy of Dependency and Change**. Colorado: Westview Press, 1977.

MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de. **O processo de institucionalização das operações de paz multidimensionais da ONU no pós-guerra fria: direitos humanos, polícia civil e assistência eleitoral**. Rio de Janeiro : PUC-Rio, Instituto de Relações

Internacionais, 2006. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0124810\\_06\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0124810_06_pretextual.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2012.

MILANI, C. **La globalisation des organisations internationales et le débat sur la gouvernance**. In: Beaud, M.; Dollfus et alii (Orgs.) *Mondialisation: les mots et les choses*. Paris: Karthala, 1999.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependece**. Longman Publishing Group, 2000.

OXLEY, Greg; KOUREYCHI, Layla Al. **Sudão – Rivalidades imperialistas por traz da crise de Darfur**. Tradução de Odon Porto de Almeida. In *defence of Marxism*, 2004. Disponível em: <<http://www.marxist.com/languages/portuguese/darfur.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

PEREIRA, Paulo. In: NASSER, Matar (org.) **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Danta de Pós-Graduação, 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**, 2005. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/hdr05\\_po\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/hdr05_po_complete.pdf)>. Acesso em 17 abr. 2013.

QUACH, Thu Thi. **The Crisis in Darfur: An Analysis of Its Origins and Storylines**. Virginia Polytechnic Institute and State University, 2004. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd-12242004-143603/unrestricted/tquachmajorpaper.pdf>>. Acesso em 02 mai. 2013.

ROCHA, Antônio. **Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir sobre a presença do Brasil no Haiti**. In: NASSER, Matar (org.) *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Danta de Pós-Graduação, 2009

ROSENAU, James.N; CZEMPIEL, Ernest-Otto. **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ROTBURG, Robert. **State Failure and State Weakness in a Time of Terror**. Brooking Institution Press, 2003.

RONIZE, Aline Matos. **Conceitos de Governança Global: Problema da Reforma das Nações Unidas**. In: Quo Vadis: A Ordem Mundial Perspectiva. Alexander Zhebit (coord.), Rio de Janeiro: Bennett, 2001).

RUGGIE, John Gerard. **International Regimes, Transactions and Change: Embedded Liberalism in The Postwar Economic Order**. International Organization: Volume 36, Issue 2, International Regimes. Spring, 1982.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. **A defesa dos direitos humanos é uma forma de “ocidentalcentrismo”?** Porto Seguro, 2008

SLAUGHTER, Anne Marie. **A New World Order**. Oxfordshire: Princeton University Press, 2004.

SSSR Project UNIRED, 2010. Disponível em:

<<http://www.sd.undp.org/projects/referanda/south/1st%20QPR%20Oct%204th%202010.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2013.

TATHAM, P; PETTIT, S. **Transforming humanitarian logistics: the journey to supply network management**. International Journal of Physical Distribution & Logistics Management, v. 40, n. 8/9, p. 609-622, 2010.

UNDP Annual Report (2010). Disponível em:

<<http://www.ss.undp.org/content/dam/southsudan/library/Reports/UNDP-SS-2010-Annual-Report-final.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

UNDP UPDATE. **South Sudan: Six months after independence**. In: Volume 4, Issue 1, 2012. Disponível em:

<<http://www.ss.undp.org/content/dam/southsudan/library/Documents/Media%20&%20Publications/UNDP-SS-Update-March-2012.pdf>>.

Acesso em 25 abr. 2013.

WEISS, Thomas G.; THAKUR, Ramesh. **Global Governance and the UN: An Unfinished Journey**. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

YOUNG, Oran. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernest-Otto. **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

YOUNG, Oran R. **Global Environmental Change and International Governance**. In: ROWLANDS, Iran H.;

GREENE, Malory (Eds.). **Global Environmental Change and International Relations**. Basingstoke: Macmillan, 1992.

ZWIER, Lawrence J. **Sudan: North Against South**. Minnesota: Lerner Publications Company, 1999.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DIGITAIS

ACDI CIDA. Disponível em: <http://www.acdi-cida.gc.ca/cidaweb/cpo.nsf/projEn/A034997001>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

Africa Portal. Disponível em: <<http://www.africaportal.org/events/focus-sudan-what-does-independence-mean-north-and-south>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17080658>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-17080658>>. Acesso em: 31 mai. 2012.

BSF SOUTH SUDAN. Disponível em: <<http://www.bsf-south-sudan.org/sites/default/files/MDG%20Handbook.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2012.

Brasil Economico. Disponível em:

<[http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/o-conflito-no-sudao-esta-longo-do-final-aposta-especialista\\_120358.html](http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/o-conflito-no-sudao-esta-longo-do-final-aposta-especialista_120358.html)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CPA. Disponível em: <<http://www.unmis.org/English/documents/cpa-en.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

DN Globo. Disponível em:

<[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2436660&secao=%C1frica&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2436660&secao=%C1frica&page=-1)>. Acesso em: 30 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2436660&secao=%C1frica&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2436660&secao=%C1frica&page=-1)>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Dinka. Disponível em: <<http://www.everyculture.com/wc/Rwanda-to-Syria/Dinka.html>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

Disponível em: <<http://www.southsudan.net/>>. Acesso em 24 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.southsudan.net/thetribalism.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

Factsheet. Disponível em:

<[https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmis/documents/factsheet\\_sudan\\_referendum07012011.pdf](https://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmis/documents/factsheet_sudan_referendum07012011.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

Failed States Index. Disponível em:

<[http://www.foreignpolicy.com/failed\\_states\\_index\\_2012\\_interactive.](http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive.)>

Sudan Tribune. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/Civil-society-body-backs-Kiir-s,42815>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

Folha. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u529278.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Folha Uol. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1076151-sudao-volta-a-bombardear-o-sudao-do-sul-e-mata-cinco.shtml>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

GOSS. Disponível em: <<http://www.GoSS-online.org/magnoliaPublic/en/United-Nations.html>>. Acesso em: 19 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.GoSS-online.org/magnoliaPublic/en/ministries.html>>. Acesso em: 19 out. 2012.

Healthcare. Disponível em: <<http://www.healthcare.reachinformation.com/Sudan.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2012.

IAACA. Disponível em: <[http://www.iaaca.org/AntiCorruptionAuthorities/ByInternationalOrganizations/InterGovernmentalOrganization/201202/t20120215\\_805478.shtml](http://www.iaaca.org/AntiCorruptionAuthorities/ByInternationalOrganizations/InterGovernmentalOrganization/201202/t20120215_805478.shtml)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

Notícias Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5568160-EI17615,00-Sudao+do+Sul+interrompe+producao+de+petroleo+por+disputa.html>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Notícias Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5721361-EI17615,00-Sudao+bombardeia+acampamento+de+capacetes+azuis+no+Sudao+do+Sul.html>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Nuer. Disponível em: <<http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Nuer>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Open Democracy. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/5050/fatin-abbas/sudan-secession-resolving-divisions>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

Operation Briefing On South Sudan, documento publicado pelo

ACNUR/UNHCR. Disponível em: <<http://www.eacnur.org/>>. Acesso em: 22 mai. 2011.



SD UNDP. Disponível em:

<[http://www.sd.undp.org/doc/prodocs/dg16%20elections\\_PD.pdf](http://www.sd.undp.org/doc/prodocs/dg16%20elections_PD.pdf)>.

Acesso em: 27 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<<http://www.sd.undp.org/projects/referanda/south/1st%20QPR%20Oct%204th%202010.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects.html)>. Acesso em: 02 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-accountability.html/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-accountability.html/)>. Acesso em: 18 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-decentralisation.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-decentralisation.html)>. Acesso em: 20 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-democracy-and-participation.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-democracy-and-participation.html)>. Acesso em: 18 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/democratic\\_governance/support-to-public-administration.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/democratic_governance/support-to-public-administration.html)>. Acesso em: 20 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/ourwork/democraticgovernance/in\\_depth/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/ourwork/democraticgovernance/in_depth/)>. Acesso em: 02 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/undp-country-director-statement-at-the-official-launch-of-the-crime-statistics-report/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/undp-country-director-statement-at-the-official-launch-of-the-crime-statistics-report/)>. Acesso em: 31 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/03/28/george-conway-undp-country-director-a-i-launch-of-the-environmental-impact-risks-and-opportunities-assessment-juba-south-sudan/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/03/28/george-conway-undp-country-director-a-i-launch-of-the-environmental-impact-risks-and-opportunities-assessment-juba-south-sudan/). Acesso em: 31 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://ss.undp.org/country-info.php.html>>.

Acesso em: 12 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://ss.undp.org/mdg-ov-country.php.html>>.

Acesso em: 03 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://ss.undp.org/our-work-overview.php.html>>.

Acesso em: 02 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<<http://www.ss.undp.org/content/dam/southsudan/library/Reports/UNDP-SS-2010-Annual-Report-final.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/operations/projects/crisis\\_prevention\\_and\\_recovery/south\\_sudan\\_recovery\\_fundroundone-livelihoodsandrecovery.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/operations/projects/crisis_prevention_and_recovery/south_sudan_recovery_fundroundone-livelihoodsandrecovery.html)>. Acesso em: 30 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/articles/2012/06/05/national-launch-of-the-first-africa-human-development-report.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/articles/2012/06/05/national-launch-of-the-first-africa-human-development-report.html)>. Acesso em: 31 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan.html](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan.html)>

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.ss.undp.org/content/south\\_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan/](http://www.ss.undp.org/content/south_sudan/en/home/presscenter/speeches/2012/06/28/undp-country-director-statement-at-roundtable-meeting-on-decentralization-and-intergovernmental-linkages-in-south-sudan/)>

Sharia. Disponível em: <<http://www.answers.com/topic/sharia>>. Acesso em: 5 ago. 2012.

South Sudan. Disponível em: <<http://www.southsudan.net/>>. Acesso em 24 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.southsudan.net/ssnot.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.southsudan.net/thetribalism.html>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

South Sudan Development Plan 2011-2013. Disponível em: <<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.jdt-juba.org%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F02%2FSouth-Sudan-Development-Plan-2011-13.pdf&ei=rY2QUIXSKovi8gSulICADw&usg=AFQjCNGI2Uz7Q0sP9kaT91-Z1cHQlt6KAA>>. Acesso em: 30 out. 2012.

South Sudan News Agency. Disponível em: <<http://www.southsudannewsagency.com/news/press-releases/position-of-the-splm-dc-on-the-presidents-letter-to-corrupt-government-officials>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

South Sudan News Agency. Disponível em: <<http://www.southsudannewsagency.com/news/press-releases/position-of-the-splm-dc-on-the-presidents-letter-to-corrupt-government-officials>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.southsudannewsagency.com/opinion/analyses/current-negotiations-between-khartoum-and-juba-in-addis-ababa-ethiopia-the-view-from-khartoum>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.southsudannewsagency.com/opinion/analyses/current-negotiations-between-khartoum-and-juba-in-addis-ababa-ethiopia-the-view-from-khartoum>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Sudan Tribune. Disponível em: <<http://sudantribune.com/US-report-accuses-S-Sudan-of-human,42724>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/S-Sudan-dismisses-US-report-on,42751>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
<[http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf\\_article&id\\_article=42815&nom\\_fichier=article\\_42815](http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf_article&id_article=42815&nom_fichier=article_42815)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://sudantribune.com/US-report-accuses-S-Sudan-of-human,42724>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Sudan Tribune Report. Disponível em:  
<<http://www.sudantribune.com/Political-vision-of-South-Sudan,23943>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/S-Sudan-dismisses-US-report-on,42751>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
<[http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf\\_article&id\\_article=42815&nom\\_fichier=article\\_42815](http://www.sudantribune.com/spip.php?page=spipdf&spipdf=spipdf_article&id_article=42815&nom_fichier=article_42815)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.sudantribune.com/Civil-society-body-backs-Kiir-s,42815>>. Acesso em: 20. ago. 2012.

Sudan Vision Daily. Disponível em:  
<<http://www.sudanvisiondaily.com/modules.php?name=News&file=article&sid=76463>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
<<http://www.sudanvisiondaily.com/modules.php?name=News&file=article&sid=76463>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

TPA. Disponível em: <<http://tpa.sapo.ao/noticias/internacional/sudao-sul-anuncia-medidas-de-austeridade>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

UNDP. Disponível em:  
<<http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/democraticgovernance/overview.html>> Acesso em 04 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<[http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about\\_us.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/operations/about_us.html)>  
. Acesso em: 19 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em:

<<http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/articles/2012/02/03/south-sudan-undp-board-approves-first-ever-country-programme-for-new-state/>> Acesso em: 31 out. 2012.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.undp.org/governance/focus\\_anti-corruption.shtml](http://www.undp.org/governance/focus_anti-corruption.shtml)> Acesso em: 04 mar. 2012.

UNDP at Glance. Disponível em:

<[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/wundp\\_brochure\\_2011-ENGLISH.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/brochure/wundp_brochure_2011-ENGLISH.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2012.

UNMIS. Disponível em:

<<http://unmis.unmissions.org/Portals/UNMIS/Referendum/UNIRED.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2013. Acesso em: 29 mar. 2013.

UNMISS Mission. Disponível em:

<<http://unmis.unmissions.org/Default.aspx?tabid=515>>. Acesso em: 10 jul. 2012.